

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS
PORTVGVESES



DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redacção: AFFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTI-
NHO DE CAMPOS, ANTÓNIO SARDINHA (LI-
TERATURA); ANTÓNIO SÉRGIO (CRÍTICA LI-
TERÁRIA); CARLOS MALHEIRO DIAS (ESTU-
DOS LUSO-BRASILEIROS); FARIA DE VASCON-
CELLOS (PEDAGOGIA); JOSÉ LEITE DE VAS-
CONCELLOS (ETNOGRAFIA); LUCIANO PE-
REIRA DA SILVA (SCIÊNCIAS MATEMÁ-
TICAS); MÁRIO DE AZEVEDO GO-
MES (AGRONOMIA); JOSÉ DE FI-
GUEIREDO, REYNALDO DOS
SANTOS (ARTE E ARQUEO-
LOGIA); RICARDO JOR-
GE (SCIÊNCIAS
BIOLÓGICAS);
VIANNA DA
MOTTA
(MÚSI-
CA)

SECRETARIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA

REYNALDO DOS SANTOS

COSTA DO CASTELO, 45

PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REIS

a quem será enviada toda a correspondencia relativa á Administração



PROPRIEDADE DA REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES

ADMINISTRAÇÃO

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.º — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

Portugal	...	60\$00
Províncias Ultramarinas	...	70\$00
Brasil	...	80\$00
Estrangeiro	...	£ 0.12

NÚMERO AVULSO 10\$00 Esc.

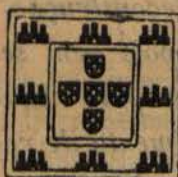
COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS
GRÁFICAS DA BIBLIOTECA
NACIONAL DE LISBOA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

COMPRA
DEZ 1943

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



SUMARIO

FASCICULO I — JANEIRO DE 1924

	Pag.
AO LEITOR..	4
D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS—URIEL DA COSTA	5
LUCIANO PEREIRA DA SILVA—A PROPÓSITO DAS LEITURAS DO INFANTE.	23
AFONSO LOPES VIEIRA—O POEMA DO CID.	29
JOSÉ DE FIGUEIREDO—PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA (FREI CARLOS)	39
JAIME CORTESÃO—DO SIGILO NACIONAL SOBRE OS DES- COBRIMENTOS.	45
REYNALDO DOS SANTOS—A ICONOGRAFIA DOS TÚMULOS DE ALCobaça	83
BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS.	91
D. Julian Ribera y Tarragó: <i>A Musica das «Cantigas»</i> . — Antero de Figueiredo: <i>Espanha</i> . — Júlio Dantas: <i>O Heroismo, A Elegancia, O Amor</i> . — Castelo Branco Chaves: <i>Fialho de Almeida</i> . — <i>Historia da Colonização</i> <i>Portuguesa no Brasil</i> . — <i>Asi se hace Patria</i> . — Jaime de Magalhães Lima: <i>A Lingua Portuguesa e os seus mistérios</i> . — Reynaldo dos Santos: <i>A Torre</i> <i>de Belém</i> . — A. Gonçalves: <i>Estatuaria lapidar do Museu Machado de Cas-</i> <i>tro</i> . — Vergilio Corrêa: <i>Sequeira em Roma (Duas épocas)</i> . — <i>Exposição de</i> <i>Guerra Sousa Lopes</i> . — Henrique Dupuy de Lome e Pedro de Novo: <i>Los</i> <i>limites de manchas arcaicas y primarias en los confines de la provincia de</i> <i>Huelva con el Alentejo en Portugal</i> . — Alberto Seabra: <i>Problemas Sul-</i> <i>Americanos</i> . — Faria de Vasconcelos: <i>Ensaio sobre a psicologia da intuição</i> .	
MARGINALIA.	143
SOMMAIRE	157

AO LEITOR

ASPIRA a LVSITANIA a ser um órgão da nossa cultura, pôsto ao serviço da Reconstrução Nacional. Órgão independente, empresa espiritual — pois nem sequer tem a Revista outro editor que não seja a sua própria redacção — vem esta publicação enquadrar-se no grande movimento de re-criação do Espírito da Pátria, para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa — verdade imortal e pairante por sobre o medíocre, o contingente e o provisório. Amamos e queremos servir a Terra Lusa em tôdas as irradiações da sua alma avoenga e contemporânea. Eis o nosso programa. Condensaremos, indo buscá-lo fora de Portugal, o tão importante (e tão desconhecido do público) movimento de Estudos lusófilos, cuja bibliografia achará nesta Revista o seu verdadeiro lar. Iremos arquivando e desenvolvendo o património da Cultura nacional, integrando-o, com seu carácter próprio, no da Cultura universal, de que elle foi tão decisivo elemento na civilização e na beleza do mundo. Com êste fim, pediremos a todos os valores autênticos da sociedade mental portuguesa que nos ajudem em nosso trabalho. Mas jamais mediremos o valor de cada um pela cotação oficial que o decorar no Estado. Desejamos em as nossas páginas todos os escritores novos que revelarem aptidões de construção. Na secção bibliográfica, a que daremos a mais larga e cuidadosa atenção, permitimo-nos fazer referência apenas às obras que interessarem ao plano literário, artistico e scientifico da nossa Revista. Queremos comunicar com o espirito do mundo; mas, por vastos motivos de intelligência e sentimento, elegemos por mais próximos e mais caros aos fins do nosso trabalho o Brasil — filho grandioso e gentilíssimo da acção de Portugal — e a Espanha, nossa irmã peninsular. E ao depor nas mãos do Leitor o primeiro fasciculo da LVSITANIA, rogar-lhe hemos que atenda com amorável cuidado ao ânimo que nos inspira, nos guarda e nos norteia.

URIEL DA COSTA

NOTAS SUPLEMENTARES RELATIVAS À SUA VIDA E SUA OBRA

ASÉRIE de *Notas* relativas à vida trágicamente acidentada e às obras do livre pensador portuense Uriel da Costa — *Notas* de investigação crítica que durante longos anos eu fôra juntando pouco a pouco com piedoso interesse — redigi-as finalmente em 1919.

Incompletas embora, por eu não haver conseguido, a-pesar-de todos os esforços, a documentação holandesa e hebraica indispensável, deixando por isso em aberto mais de um ponto importante, soltas mesmo e lacônicas, elas fixaram ainda assim o perfil expressivo do apaixonado ideólogo que por causa da religião sofreu cousas inauditas, e finalmente se suicidou (1640), depois de haver dirigido à Humanidade, como testamento, uma das *Cartas* mais perturbadoramente comoventes que ela jámais recebeu.

Vibrantes de sinceridade, segundo a opinião consentânea dos que leram as minhas *Notas*, elas inspiraram, finalmente, alguma simpatia pelo luso-judaico pensador (c. 1585-1640) que no estrangeiro fôra objecto de numerosos estudos literários, e protagonista de mais de uma obra de arte, quando, impressas na *Revista da Universidade de Coimbra*, saíram em Separata. Vol. VII (1920). Em 1921.

No meio-tempo um exímio filósofo alemão, o maior dos Spinozistas do nosso tempo, ocupára-se igualmente do expatriado e sua sorte, mas sobretudo da sua ideologia, com o intuito de estabelecer, mais completamente do que até à data se fizera, o influxo exercido por Uriel da Costa no pensador maior, cuja filosofia é assunto da sua vasta e fecunda laboriosidade¹.

Sciente como Carl Gebhardt está de que outro terceiro dos

¹ Uma nova edição das obras de *Benedictus*, preparada por Carl Gebhardt, sairá em fins dêste ano, seguida de um volume crítico.

LUSITANIA

Judeus portugueses, do princípio da dispersão dos *Sefardim*, havia actuado no sistema de Spinoza e seu misticamente imanente *Amor Dei intellectualis*, importa-lhe agrupar e iluminar a tríada *Leão Hebreu* (1465 c. 1530), que mereceu o título de honra de *Platão do Renascimento*¹ pelos seus *Dialogos de amor*; Uriel da Costa, autor do *Exemplar Humanae Vitae* (c. 1585-1640); e *Baruch Benedictus de Spinoza*² (1632-78), o da *Ethica mathematico more*.

Do trabalho primoroso, que o professor de Francfort s/M dedicou agora a Uriel, julgo dever informar os leitores das minhas *Notas*, falando das novidades apuradas por êle, hauridas naquelas fontes autênticas que me tinham ficado vedadas, e em parte eram completamente desconhecidas.

Por correspondência particular com o illustre Spinozista sei que êle tivera informações sôbre a aparição do meu estudo quando o dêle estava quâsi pronto. Tarde demais para o aproveitar. A benévola afirmação que poucas vezes lêra um livro em que o carácter absolutamente científico se aliasse tão perfeitamente a uma affectividade calorosa, registo-a, não por vaidade senil, sômente com o propósito de documentar a imparcialidade e generosidade do crítico. Segundo êle, as *Notas* têm apenas um defeito, o de não serem dêle ;

¹ *Civilliter Juda Abravanel*. — Luso-judeu, não dos que escreveram em castelhano, conquanto residisse em Espanha até 1492, tendo de fugir de Lisboa por seu pai haver tomado parte na conspiração contra D. João II. — Durante quâsi um decénio. — Saído da península, forçado pelo fatal decreto de 31 de Março, viveu na Itália. Em Nápoles até 1495, em Génova até 1504, depois ora em Veneza, ora novamente em Nápoles. O estilo italiano, em que redigiu os *Dialoghi di Amore*, é naturalmente um tanto defeituoso, tal qual p. ex. o castelhano de Gil Vicente.

Vid. Joaquim de Carvalho, *Leão Hebreu, Filósofo*, Coimbra 1918. Escritos em 1502, publicados em 1535, os *Dialogos* foram traduzidos para castelhano em 1568.

² *Benedictus de Spinoza* — eis a forma internacional do nome que hoje prevalece por boas razões. Quanto às variantes gráficas, empregadas pelo próprio, e seu pai Miguel (além de Spinoza e *despinoza* o primordial *Spinoza*, i. é Espinhosa à portuguesa), Carl Gebhardt publicou uma dissertação cujo *facit*, aqui resumido, aplaudo naturalmente. Observo apenas que escrevendo-se *Spinoza* em tôda a parte, também se deve *pronunciar* em tôda a parte à portuguesa: com ô aberto e s brando intervocalico, e não com ô fechado e sibilante áspera *tss*, como é costume na Alemanha.

URIEL DA COSTA

e o livro dêle tem o de não ser meu. Dos dois trabalhos juntos, se segundas edições se tornassem necessárias, podíamos e devíamos fazer um só definitivo, visto que, encontrando-nos quási sempre nas nossas apreciações, nos completavamos bastantes vezes quanto aos factos.

Intrinsecamente, quanto às ideias e à construção, mas também exteriormente, a obra intitulada *Escritos de Uriel da Costa com Introdução, Traduções e Documentos* ¹ é de uma rara distinção, a-pesar do desfavor dos tempos: Tomo II da *Bibliotheca Spinozana* ² de que o filósofo-alemão é um dos fundadores e o mais activo propagandista ³. Sociedade, cujo fim ideal é reconduzir ao *Amor Dei Intellectualis* todos os desesperados dêste século que, tendo perdido o seu Deus, andam à procura dêle, ansiosos, como outróra Uriel e Spinoza.

O lema *Omnibus*, encimado de uma lucerna, fala claro: *Ut Spinozanæ philosophiæ ad vitam agendam præcepta valeant et vigeant atque doctrinæ cognitio augeatur Societas Spinozana est constituta. Quapropter ut fiant sodales, admonitio sicut epigramma pronuntiat nostræ Societatis: Omnibus* ⁴.

Scientífico e artístico ao mesmo tempo. Não é verdade?

Núcleo central da obra são, em harmonia com o título, os *Escritos de Uriel*. Nunca tinham sido publicados conjuntamente. Acessível aos Portugueses era só o *Examen*, na tradução de Epifânio Dias ⁵. O tratado da *Mortalidade da alma*, apenas desde que o reimprimi. Do terceiro texto falarei logo. Impressos com esmero em

¹ *Die Schriften des Uriel da Costa; Mit Einleitung, Uebertragung und Registern herausgegeben von C. G., MCMXXII.* — Curis Societatis Spinozanae. — Amsterdam: Menno Hertzberger. Singel 155. — Heidelberg, Carl Winter's Universitäts Buchhandlung. — London, Oxford, University Press Amen Corner.

² Com sede na Haia.

³ Os restantes fundadores (e *Curatores*), todos êles de nomes mundiais, são Harald Høffding, Willem Meijer, Sir Frederick Pollock, Léon Brunschwig.

⁴ O tomo I da *Bibliotheca*, do Dr. W. Meijer, contém um tratado sobre publicações spinozanas do quarto de século que decorreu de 1897 a 1923. — O III constará dos *Dialoghi di Amore*, comentados por Carl Gebhardt que já se ocupou do tema, num belo estudo *Spinoza und der Platonismus*, amplamente ilustrado com trechos tirados da obra de Leão Hebreu, inserto no primeiro *Chronicon* (1921, p. 178-259).

⁵ N.º 78 da minha *Lista Cronológica*.

redacção crítica, e acompanhados de versões modelares para o idioma de Lessing, Herder, Goethe, poderão agora falar a muitos.

Na Introdução, também estilizada com clássica nobreza, seu autor expõe os motivos materiais e ideais da expatriação dos peninsulares de origem judaica: o desejo duplo de escaparem às perseguições da Inquisição e de poder confessar suas crenças e praticar sem receio os ritos multiseculares da raça; reforçado ainda no século XVII, em que as sciências profanas passaram da periferia ao centro, por tendências comerciais que transferiram as grandes iniciativas do império de Carlos V para os Países Baixos ¹. Além disso descreve e julga o procedimento dos Rabinos da Comunidade de Amsterdam. Expõe as ideas de Uriel e a sua significação na história do espirito humano ². Tudo rapidamente.

Documentos, cronologicamente ordenados (*Regesten*) autenticam tôdas as asserções feitas na Introdução ³.

Não mencionadas no frontispício há no fim *Anotações* (*Anmerkungen*) para cada uma das partes, com um prefácio geral bibliográfico. Preciosíssimas. Fruto de paciência aturada e de um labor mental penetrante. Admiráveis pela exactidão, poupam-nos p. ex. o trabalho de procurar (não o de verificar quanto ao teor) os numerosos versos bíblicos alegados por Uriel no tratado da *Mortalidade da Alma* ⁴.

¹ Com acêrto o autor lembra que os monopólios e privilégios da aristocracia diminuíram a actividade da burguesia nos países espanhois, ao passo que nos Países Baixos o apreço que o Calvinismo dava a iniciativas positivas impulsinou e criou um solo novo ao comércio mundial.

² Eis as epígrafes dos cinco Capítulos de que consta a *Introdução*:

I *Da Costa e o problema dos Marranos.*

II *A fundação da Comunidade sefardica de Amsterdam.*

III *A dupla consciência dos Marranos.*

IV *A sorte de Uriel.*

V *Da Costa e Spinoza.*

³ Num Apêndice comunica-se a excomunhão do voluntarioso, postó que ortodoxo Manasse Ben-Israel (1640), curiosa debaixo de mais de um ponto de vista.

⁴ O *Epilogo* serve para o autor agradecer às Instituições de Amsterdam e aos eruditos que as regem, os auxilios que prestaram com grande liberalidade: a *Rosenthaliana*, rica em impressos sefardicos; a *Biblioteca do Seminário da Comunidade luso-israelita*, tesouro de manuscritos inexplorados; e finalmente o

URIEL DA COSTA

Poliglota distinto, o Spinozista, até 1920 simples admirador dos *Lusiadas* através da versão de Storck, aprendeu propositadamente a língua de Camões por causa de Uriel, e está hoje persuadido de que não somente êsse precursor, educado em Coimbra, mas também Benedictus de Spinoza se servia do português como língua paterna quando estava a meditar ¹.

Glória não pequena para Portugal.

Êrros de facto, constatei-os apenas a respeito das matrículas na Universidade de Coimbra: a primeira, de 1600 a 1601, por apenas ter sido revelada por mim, e a última, de 1607 a 1608 (e não 1608 a 1609) por vir assim errônea nos *Judeus em Amsterdam* de Mendes dos Remédios. De aí hipóteses sôbre o ano do nascimento que não combinam integralmente, mas quási, com as minhas ².

Idea mestra, — o *Leitmotiv* do estudo de Carl Gebhardt, — vejo-a em êle encarar as vicissitudes da vida e a evolução da religiosidade de Uriel não como destino individual (conforme eu fiz), mas de um ponto de vista mais elevado, como destino típico do *Marrano*. *Ein Marranen-problem. O problema dos Marranos*. E como tal, de magno interêsse para o mundo científico. Por no género ser *único na história*. *Ein Problem von vollkommener Einmaligkeit*.

Com outras palavras: a psicologia de Uriel é para o Spinozista a psicologia de tôda aquela parcela do povo de Israel que, tendo vivido durante séculos na península ibérica (*a Sepharad* da Bíblia) ³ fiel às suas crenças, fôra, com violência iníqua, contra lei e religião,

Arquivo da Comunidade, avaliado alto demais pelos que não tiveram acesso nêle, mas desta vez franqueado com tôda a amabilidade.

A *Biblioteca municipal de Francfort* prestou também serviços. Entre as pessoas bemfeitoras figura a Sr.^a D. Luisa Ey, como conhecedora melhor da língua portuguesa na Alemanha, e também como autora da *Gramatica* que introduziu o filósofo no espírito da língua.

¹ G. acredita na proveniência do pai da vila de Vidigueira. De passagem compara Spinoza com Vasco da Gama, por o filósofo também haver aberto um caminho novo à Humanidade.

² Acauteladamente fixei o nascimento de Uriel entre 1580 e 1585, calculando que, tendo entrado em 1600 na Universidade com exame de latim feito, contaria dezasseis anos, pelo menos, mas provavelmente mais.

³ De aí *Sephardim* como nome distintivo dos Judeus peninsulares (em regra chamados *portugueses*) em oposição aos *Aschkenazim* do Oriente. A prosápia das famílias mais antigas e acreditadas era tal que pretendiam descender do Rei David.

constrangida, pelo decreto de 31 de Março de 1492 ¹, a adoptar o catolicismo. Constrangida a ser baptizada e a substituir as tradições e os ritos do povo eleito, e o ideal da *obediência à Lei divina* — *Gesetz und Gerechtigkeit* — pelos dogmas cristãos do pecado original, da *graça e redenção*: *Erbsünde und Erlösung*.

Foi então que na alma e consciência dos que sempre se distinguiram pela sua religiosidade houve o fenómeno que o filósofo alemão denomina *Spaltung des Bewusstseins* ². O golpe da conversão forçada fendera, rasgara em duas, ou mais, a sua consciência.

Outro golpe novo a feriu quando, ao cabo de um século de simbiose, mais ou menos voluntária e íntima, com Castelhanos e Portugueses do século áureo, — humanistas e poetas e homens de sciência, — os que não se nacionalizaram, incapazes de se adaptar, começaram a fugir às torturas, prisões e aos queimadoiros da Inquisição, vilipendiados tanto com o nome oficial odiento de *Cristãos Novos* como com o de *Marranos* ³. À procura da pátria nova onde pudessem livremente confessar as suas crenças e viver segundo a *Lei do Sinai*, ou seja a *Thora*, eles alimentavam a ilusão de, regressando formalmente ao Judaísmo, regressarem ao estado de alma e modo de vida anterior à catástrofe. O dos *Sefardim*, naturalmente, liberais e assimilados ao ambiente ⁴.

¹ Isto é, quando pela conquista de Granada se havia completado a obra a que Pelayo dera início em Covadonga.

² *Spaltung* é *scissão, scissura, fissura, scindidela, rachadela, fenda*. Também podíamos dizer *incisão*.

³ Esse nome ainda não está esclarecido a contento de todos, etimologicamente e historicamente, a-pesar do erudito estudo *Marrano* (Firenze 1911) do insigne hispanólogo Arturo Farinelli. O Romanista de Torino acredita na identidade de *marrano* e *marrão marrã* = *porco*, tendo a sua aplicação aos Judeus em conta de invenção injuriante dos Cristãos-velhos, ao passo que investigadores israelitas procuram na palavra uma expressão hebraica. Já não o *maranata* em que pensaram Graetz e Gesenius etc., mas *marean* isto é *para a vista*. Simulados Cristãos simulados portanto.

⁴ Não devemos esquecer que, vivendo em Espanha sem serem separados das tradições e praxes rituais da raça, os Judeus haviam evoluído nas suas ideas, dando nascença por exemplo ao racionalismo ou realismo aristotélico de Maimonides. Nem tão pouco, quando, no século áureo, as ideas do Renascimento haviam influído nêles. Eu mostrei, por exemplo, que Uriel sabia de cór poesias de Luís de Camões e de Jorge de Montemor.

URIEL DA COSTA

Encontrando todavia nas Comunidades israelitas do estrangeiro (Holanda, Alemanha, França, Itália, Turquia) a dominar o espírito dos Judeus do Oriente — os *Aschkenazim* e as suas praxes, cheias de formalismo, superstições cabalísticas, e, em vez da *Lei pura*, a tradição farisáica com apertadíssimos regulamentos — ficaram desalentados, desilusionados ¹. A maioria, medíocre, contentando-se com ter escapado ao Tribunal da Fé, submeteu-se exteriormente a todos os preceitos, sofrendo humilde a retroflexão espiritual necessária. A minoria dos audazes, os verdadeiros *Marranos*, profundamente religiosos, como Uriel, revoltou-se, combatendo o rigor apertado das inúmeras prescrições com que a *Tradição* alterara a *Lei*, e preferiu procurar Deus à sua maneira.

Os *Marranos*, na acepção restrita que o Spinozista lhe dá, erguendo o termo de vilipendioso à dignidade de um apelativo histórico (como aconteceu por exemplo com o dos *Geusos* neerlandeses), já não eram Judeus, após três gerações de catolicismo — sem conhecimento do hebraico e do Talmud, com vagas recordações apenas de práticas ancestrais. E para tornarem a sê-lo não bastava um acto de volição, nem o abandono do catolicismo. Entendo que o Spinozista acerta, definindo-os como *Católicos sem fé. Judeus sem saber. Apenas pela vontade de regressar ao Judaísmo.*

Sie waren Katholiken ohne Glauben. Juden ohne Wissen... Juden nur durch den Willen, das Judentum wiederzufinden.

O Judaísmo. — Jahve. — Deus.

Procurar Deus era a missão do Marrano, a qual se cumpriu na filosofia de Spinoza (mal classificada de panteísmo).

Ter sido *Marrano* de um lado, e predecessor de Spinoza do outro lado, haver influído porventura pelo seu *deplorável* fim na escolha da Devisa *Caute* de Spinoza, e quanto às doutrinas por exemplo na crítica bíblica do grande pensador — eis o que dá valia superior ao destino e à ideologia de Uriel. A negação da imortalidade da alma tal como Uriel a praticou está no caminho do Deus

¹ O primeiro Rabi da comunidade de Amsterdam (1593) que instruiu os Sefardim na ordem e nas regras da observância divina, era um *Aschkenaz*. — Os que lá estavam em 1616 e combateram com fanatismo a rebeldia de Uriel, o Libertino, Epicureo, Saduceo, eram Joseph Pardo, de Salonichi (1597-1617); Isaac Uziel, de Fez (1610-1662); Saul Levi Morteira, de Veneza (fal. 1660) onde florescia a mais scientificamente importante das comunidades do século XVII.

imaneute ou *Deus Substância* de Spinoza. E seguramente também a ânsia de Uriel de, sendo bom, encontrar o caminho melhor da bem-aventurança.

A fina percepção do filósofo alemão revela-se também na observação que nós, os modernos, sem formas de pensar categóricas, unitárias, obrigatórias de religiosidade, mal suspeitamos o estado de alma dos homens que nos princípios do século XVII se acharam sem aquelas categorias inatas em que nasciam, viviam e morriam os Católicos, fixadas com rigor inigualável pela Contra-Reforma.

Estado de alma atormentadíssimo como o de Uriel.

Além desses conceitos, relativos à sorte do Portuense como sorte típica do Marrano¹ — julgo havê-lo compendiado correctamente — são novas e valiosas as notícias que dizem respeito aos *escritos*.

Eles são *três*, em vez dos *dois* que eu comentei.

Novo, no sentido de nunca impresso com atribuição a Uriel da Costa, é o intitulado *Propostas contra a Tradição*: onze teses ou considerações, em especial sobre a oração e os *theophilim*, a lei de boca, as festas etc., teses condenatórias de aqueles múltiplos acrescentos e superfetações com que a *Tradição* oral, farisaica, havia alterado e falsificado a *Lei*². A *Lei* que Uriel, mal chegado a Amsterdam, cheio de ilusões, ainda chamava *pura* e *de Moisés* e estava disposto a observar.

Elas são apresentadas em redacção hebraica, que é evidentemente tradução do original, visto que Uriel ignorava a língua santa; em re-

¹ A quem perguntar pelos nomes de outras vítimas do *Marranismo* — isto é da *Spaltung des Bewusstseins*, — citarei com o Spinozista o médico Abraham Farrar — Simão Lopes Rosa como Português. Esse foi acusado (sem indicação do nome, como era regra) pelo polaco Joel Sirkes, Rabi de Brest-Litowsk, de haver transgredido as leis de boca e contrariado a Tradição. Dos mesmos crimes portanto, por causa dos quais Uriel foi excomungado em Veneza no mesmo ano de 1618 em que aquêle faleceu. Das relações que porventura houve entre os dois rebeldes nada se sabe. Outras vítimas são Juan de Prado e Isaac la Peyrère. A meu ver, também Manasse-Ben-Israel, até certo ponto.

² A *Lege abhorrentia*. Essas excrescências eram, segundo Uriel, supérfluas, daninhas e ridículas; influindo perniciosamente na opinião do mundo sobre a Nação, a grande Nação.

URIEL DA COSTA

dacção portuguesa que é um resumo apenas¹ — (ambas estas coevas); e em versão alemã do Spinozista de hoje.

Escrito pequeno, não destinado a sair como livro, as *Propostas* são todavia importantes por serem a estreia do revoltado, o ponto de partida das suas desgraças. Estreia audaz e revolucionária, redigida pouco depois ou logo depois da circuncisão, quando com pequena demora Uriel se transportara a Hamburgo. Ainda em 1616. Importante sobretudo pelo efeito enorme que produziu na cidade do Elba onde a família fundara, como em Amsterdam, uma casa comercial², e na comunidade de Veneza, respeitada como mais antiga, e invocada em conflitos pelas outras duas do Norte.

Dando às teses *propostas* a forma de Preguntas, dirigidas aos *Sapientes* — Hahamim — de Veneza, Uriel tinha de-veras, ou aparentava ter, a esperança de receber *Repostas*³ que satisfizessem.

Em nome dos invocados veio a réplica. Absolutamente repulsiva e condenatória, cominando o autor com a excomunhão. Redigida pelo Rabi Leon de Modena⁴ (1571-1649), polihistor erudito em sciências divinas e humanas, mas de carácter singular, impressionista e talvez sofista, que se comprazia em opor argumentos a argumentos. As *Propostas* dêsse, que combinam exactissimamente com as que Uriel defende na sua obra principal, seguidas das *Repostas*, fazem parte de um tratado hebraico de Leon de Modena, a que deu o título comum de *Escudo e Adarga*⁵ (Magen-Acenah).

O texto veio à luz em 1856, editado por Abraham Geiger, segundo

¹ A doze páginas hebraicas correspondem cinco portuguesas. A última *Proposta* (11) foi omitida por ser relativamente pouco importante, ou por descuido.

² A ida a Hamburgo se realizou talvez por causa dessa casa. E afim de Uriel ver se a Comunidade israelita de lá era mais liberal do que a de Amsterdam.

³ Dos vocábulos jurídicos *Proposta* e *Reposta*, usados por letrados do século XVII, tratei nas minhas investigações sobre o *Cancioneiro Fernandes Tomás*.

⁴ Num outro escrito epigrafado a *Voç do Nescio*, — nome com que provavelmente é visado Uriel, — Leon de Modena argumenta como êsse, contra *Talmud e Tradição*, exige a reforma do Judaísmo, simplificação dos ritos, etc., e defende a possibilidade de as Leis do Sinai serem humanas! No *Rugido do Leão* dá os contra-argumentos. Em ainda outro opúsculo combate as superstições cabalísticas. Não é sem razão que Graetz o colocou entre os *Agitadores* (*Die Wühler*).

⁵ *Schild und Tartsche*. No sentido de *Schutz und Schirm*.

um manuscrito que elle possuía ¹, juntamente com um estudo sobre León que, a seu ver, era autor não só das *Repostas* com que entendia salvaguardar as aparências, mas também das *Propostas* que com o mesmo fim attribuía a um fictício abalador da Tradição e do Talmud ².

Só nos nossos dias ficou provada por N. Porges a autoria de Uriel ³.

Comprovada está agora pelo resumo português — feliz achado de Carl Gebhardt, ou antes fruto de buscas metódicas dêle, seguidas de deduições críticas argutas. Elle encontrou as *Propostas* (reduzidas ao essencial), intercaladas como *Reposta a certas Propostas contra a Tradição* em outra réplica dada a Uriel (conforme a praxe judaica sem citação do nome, aqui e nos mais casos a que me refiro). Por um dos Rabis de Amsterdam. Vinte e três anos depois de escritas. Em 1639. Um ano antes do suicídio, quando, afastadíssimo das crenças de 1616 e 1618, o Portuense já não acreditava em revelações divinas e confessava a religião natural. Quando os Rabis esperavam conseguir a submissão completa e *reconciliação* de Uriel, exausto por vinte e tantos anos de solidão e desconforto.

O autógrafo da breve réplica, brandamente redigida pelo Rabi *Rafael Mosé de Aguilar*, foi descoberto pelo Spinozista numa *Miscelânea* da Biblioteca do Seminário português israelita e publicado integralmente ⁴.

A primeira réplica, do Rabi de Veneza, fôra enviada à Comunidade de Hamburgo, acompanhada de uma *Carta*, cheia de maldições e de excomunhões em que o *Leão* ruge contra o Hereje que se insurgira contra a Tradição e os Sapietes — o *Saduceo*, o *Epicureo*, o *Ateu*, *Boethuseu* e *Qareu* ⁵.

¹ O paradeiro actual do manuscrito é desconhecido.

² *Leon de Modena und seine Stellung zur Kabbalah, zum Thalmud und zum Christenthum*. Breslau, 1856.

Outro hebraista, o erudito *Deutsch*, teve em conta de falsificação moderna a obra de León. Quando a figura de Uriel ainda era pouco estudada.

³ *Leon Modena über Uriel da Costa*, em *Zeitschrift für hebräische Bibliographie*, XV, (Frankfurt, 1911), e *Zur Lebensgeschichte Uriel da Costas*, em *Monatschrift für Geschichte und Wissenschaft des Judentums* (LXII) 1918, Breslau.

⁴ *Schriften* p. 195-188. O texto de Gebhardt é o de Geiger, mas com as emendas de N. Porges.

⁵ Os dois termos são derivados de nomes de sectários, sobre os quais o Spinozista dá as explicações necessárias.

URIEL DA COSTA

É dela que consta a presença, temporária, de Uriel em Hamburgo. Quando *León* escrevia a sua Carta, todavia já lá não estava ¹.

Essa estada em Hamburgo está comprovada, de resto, agora, pelo *Livro dos Termos da Imposta de Amsterdam*, e pelo *Judaísmo* de Joh. Mueller ².

Em Veneza saiu, além da *Replica* e da *Carta*, uma violentíssima *Proclamação* da Comunidade. Do seu teor e em especial do da excomunhão nela inserta, deduz-se de um lado com quanta alegria as propostas de reformas simplificadoras dos ritos haviam sido acolhidas por muitos, e do outro lado qual a sanha dos Rabinos contra a voz poderosa do perturbador — *die Stimme der Macht* — que se levantara a favor delas ³.

A réplica tardia mostra também a enorme repercussão que as *Propostas* tiveram, embora, como já disse, o desejo e a esperança dos Rabinos de Amsterdam de saírem vencedores da luta com Uriel, ditasse a Rafael Mosé de Aguilar palavras comedidas. P. ex. a respeito do *senhor autor como pessoa de ingénio e de consciência* ⁴. Talvez ela ajudasse a levar o ingénuo Uriel ao acto de penitência, que, conquanto fôsse meramente simbólico, segundo o Rabi Ishac Atias, citado por Gebhardt ⁵, foi superior às energias gastas do *homo senex*, de consciência fendida.

Na Autobiografia dessa sua consciência, Uriel nem mesmo menciona as *Propostas*.

Apenas diz que poucos dias bastaram para êle reconhecer quanto os preceitos, as praxes, costumeiras e cerimónias dos Judeus de Amsterdam se afastavam da *Lei* ⁶.

¹ Publicada pela primeira vez pelo Dr. Ludwig Blau (1905), referida a Uriel por Porges, a *Carta* encontra-se em *Schriften* p. 151-153. Dr. Ludwig Blau, *Leo Modena's Briefe und Schriftstuecke, ein Beitrag zur Geschichte der Juden in Italien und zur Geschichte des hebräischen Privatstiles*, zum erstenmal herausgegeben mit Anmerkungen und Einleitung versehen. Budapest, 1905.

² *Schriften* p. 181-202.

³ Publicada pelo mesmo Blau numa Revista húngara.

⁴ *Schriften*, p. 195-198.

⁵ *Schriften*, p. 269.

⁶ *Transactis paucis diebus expertus sum mores et ordinationes Judæorum minime convenire cum iis quæ a Mose præcepta sunt.*

O segundo Escrito de Uriel, reproduzido e traduzido por Carl Gebhardt, é o da *Mortalidade da Alma*, que eu também publiquei nas minhas *Notas* ¹, porque desde Wolf (1733) ninguém reparara no facto de Samuel da Silva haver incluído na sua réplica sobre a *Imortalidade da Alma*, textualmente, verbo a verbo, três Capítulos (o 23.º, 24.º, 25.º) da primeira redacção, ainda manuscrita, do Exame das *Tradições farisáicas conferidas com a lei escrita* em que Uriel continuava a campanha começada nas *Propostas*. Com teimosia tal que em 1623, no próprio ano em que saíra a obra do *Caluniador*, êle chegou a *imprimir* uma segunda redacção do seu *Examen das Tradições farisáicas*, na qual acrescentara logo no título a declaração *com reposta a hum Semuel da Silva seu falso caluniador* ².

Por causa da extrema rareza da obra dêsse Samuel ³, e tendo sido destruída a de Uriel ⁴ — a informação ficou desaproveitada.

Nos vinte e dois Capítulos, que aquele não chegou a ver, havia com certeza o confronto da *Tradição* com a *Lei*, em elaboração circunstanciada e documentada, durante a qual (entre 1618 e 1623) Uriel se certificara de que na *Thora* só se fala de prémios e castigos temporais, e nunca de vida além-túmulo. Certo é também que a segunda redacção se afastava da primeira pelas referências à argumentação de Samuel da Silva.

Entre a reprodução do Spinozista e a minha, o leitor notará uma diferença. A dêle é rigorosamente diplomática. Na minha, intro-

¹ Vid. *Notas*, p. 86 e 126. — *Schriften*, p. 168-181.

² Vid. *Notas*. Ainda assim parece que um ou outro exemplar se reservara. No *Catálogo do leilão dos livros de David Nunes Torres* de 1728, impresso na Haia, estava registado pelo menos um exemplar do *Examen*, segundo S. Seeligmann, na *Zeitschrift für hebräische Bibliographie*, 1911.

³ Quanto a êsse Samuel, não vejo em que se baseia a hipótese de êle haver em Portugal conduzido Uriel ao Judaísmo. O simples facto de na sua crítica haver censurado repetidas vezes o *Jurista*, por êle se chamar hebraico sem conhecer a língua santa, parece-me insuficiente.

⁴ Ao todo sabemos hoje de quatro exemplares. O pertencente a Joaquim de Araújo, posto incondicionalmente à minha disposição, restitui-lho, conforme contei nas *Notas*. Êle deve estar na *Biblioteca de S. Marcos de Veneza*, se as últimas vontades do malogrado poeta (e cônsul em Génova) foram cumpridas pelo nosso ministro em Roma, o Ex.^{mo} Sr. Eusébio Leão.

URIEL DA COSTA

duzi maiúsculas e alterei a pontuação defeituosa do original, no propósito de esclarecer os pensamentos de Uriel.

Com relação ao terceiro Escrito, a Autobiografia da sua consciência, traçada por Uriel, com a pistola ao lado ¹, parecia que não daria margem a dúvidas e questões. Deu-a todavia agora. Talvez justificadas. E talvez não.

O caso é que um dos Hebraístas que nos últimos decénios se ocuparam do luso-judeu ² descobriu o original na Biblioteca da Universidade de Amsterdam. Também numa *Miscelânea*, composta de numerosas parcelas: Cartas, Requerimentos, etc., de fins do século xvi até fins do século xvii ³. Tôdas elas provenientes da antiga livraria dos *Remonstrantes*, e vindas para lá do espólio de Simão Episcópio ⁴, o célebre Arminiano, de cuja posse passou às mãos de seu sobrinho-neto, Felipe von Limborch, seu primeiro publicador. Mas que original? O autógrafo de Uriel? O verdadeiro *Ur-text*? ⁵

De modo algum, por desgracia. — Apenas o manuscrito, de letra alheia, que serviu de modelo para a impressão feita em 1687 em *Apêndice à Conversa amigável sobre a Verdade da Religião Cristã* ⁶, travada entre Limborch e o Marrano Isaac Orobio de Castro, com a refutação dos argumentos de Uriel pelo primeiro.

Um *traslado* portanto. Provavelmente o mesmo que fôra ofertado a Episcópio por um cidadão exímio de Amsterdam: *ab exímio quodam huius civitatis viro communicatum*. Antes de 1643 (ano em que faleceu).

¹ Limborch diz simplesmente que o *Escrito* se encontrou em casa de Uriel — *in defuncti ædibus*. Segundo J. Mueller, êle estava na mesa, ao pé da qual jazia (?) o cadáver, *auff dem Tisch bey seinem todten cörper*.

² O mesmo Sigmund Seeligmann, colaborador da *Zeitschrift für Hebräische Bibliographie*, que citei a respeito do *Examen*.

³ Umas 25.

⁴ *Bibliotheek van de Remonstr. Kerk t'e Amsterdam*: III-E-1, N.º 83.

⁵ Da mesma seita tolerante do Calvinismo.

⁶ *De Veritate Religionis Christianae Collatio Amica cum Erudito Judæo* — Goudæ.

Naquella mesma redacção latina que até agora todos temos tido em conta de primitiva. *Urielana*. Não sòmente por causa das sumárias indicações que o Holandês nos deu como editor, chamando-o *apógrafo* e informando que seu próprio autor lhe dera o título (latino) de *Exemplar Humanæ Vitæ*, mas também pelo estilo que, espontâneo e fluente, parece estar em harmonia com o carácter de Uriel, e em especial com o seu estado de alma depois da flagelação no mês de Abril de 1640.

Há contudo a particularidade de no manuscrito existirem ¹ umas emendas de texto, na letra dos copistas ². Dez ao todo. Pequenas tôdas. Na frase *legi credere*, escrita primeiro, foi em seguida riscado o verbo e substituído por *parere*; *istorum* entrou por *eorum*; *istud* por *illud*; *in quo tunc eram* por *in quo tunc res meae erant*; *imponerent* por *imponebant*; *in foro* por *coram concione*; *omnes etiam* por *etiam omnes*; *declinetur* por *declinatur*; *alios* por *aliena*.

Claro que não são emendas de lapsos de escrita dos copistas. São variantes de redacção ³.

Por isso despertaram a suspeita de Sigmund Seeligmann, de no manuscrito não possuímos um mero traslado do original, mas uma tradução. Latina. Portanto de um original português. Tradução cujo teor não estava fixado ainda, e foi por isso modificado onde o seu elaborador o julgou conveniente.

O Spinozista apoia a suposição.

Ela recebe refôrço do facto de, no segundo traslado de que sabemos, remetido de Amsterdam a Hamburgo ao antisemita Pastor J. Mueller haver, no único passo de algumas linhas por êle alegado no *Judaismo detecto* ⁴, umas quatro variantes, também de redacção, aparentemente. *Judæi* por *Pharisæi*; *homines* por *subditos*; *hodie con-*

¹ Além de insignificantes variantes ortográficas.

² As oito páginas in-fólio do manuscrito accusam duas mãos diversas. Fora delas há duas observações marginaes de Limborch. O corrector, êsse lançou à margem a paginação do impresso. Em caligrafia do séc. xix, um Holandês juntou a informação concisa de o texto haver sido publicado por Limborch; e a data.

³ Ainda há mais duas correcturas: *amicos* e *religionem*. A primeira redacção é todavia ilegível.

⁴ Impresso em 1644. — Vid. *Schriften* p. 202 e seg., e *Notas* p. 106, e sobretudo p. 93 — A caligrafia do manuscrito de Amsterdam não admite a conjectura de êle ser quer *borrão* quer cópia do próprio Uriel.

URIEL DA COSTA

cionaretur por simples *concionaretur*, e sobretudo *quid miser faciet* em vez do veemente *nil mirum si ipse per se quærat se defendere*?

Mesmo se o Pastor, impressionado, tivesse citado de memória (quanto ao significado, bem; mas inexactamente quanto à forma)¹, ficavam por explicar as emendas do manuscrito de Amsterdam.

Segundo os dois intérpretes críticos ha nelas têrmos mais apropriados a reproduzir fielmente o sentido de Uriel, do que os primeiros que o tradutor havia lançado².

Mas nesse caso (replico eu) o trasladador-tradutor, tão perito em ambas as línguas que improvisou a latinização e nesse acto, com a mesma pena e tinta, introduziu as emendas, tinha o *Urtext* diante de si? E, conhecedor perfeito do português, não o copiou talqual? Nem explicou o caso a Episcopio? Nem tão pouco a J. Mueller, deixando às escuras os dois representantes da posteridade a quem entregou o facho?

Duvido. — Não será muito mais natural que, sendo latino o *Urtext*, o próprio Uriel retocasse uma ou outra expressão?³ e nos treslados se reproduzissem essas suas aliás poucas e insignificantes hesitações?

Também pergunto, se na verdade será psicologicamente mais natural que Uriel se servisse da língua materna ao traçar o seu testamento? De modo algum. Nêle se dirige à *Humanidade*. Por isso emprega a pasi-língua da sciência.

O livro do *Exame das Tradições*, que êle lançara em 1623, era

¹ Creio que, citando, todos nós alteramos textos freqüentes vezes?

² *In der Abschrift modifizierte Übertragungen*. Nenhum dos dois alude à possibilidade ou probabilidade de o trasladador ser ao mesmo tempo o tradutor, pensando no próprio Episcopio. Ignoro, de resto, se êste sabia português. Quanto ao « excelente cidadão » que lhe facultou o *Exemplar* (figura suposta, no meu antigo pensar), o Spinozista lembra agora Manasse Ben Israel, que realmente esteve relacionado com o Arminiano (e é mencionado de passagem por Mueller, acrescento eu). — Vid. *Schriften* p. 283 e Kayserling em *Jahrbuch fuer die Geschichte des Judentums* (1860, p. 116). — Do que enviou o *Exemplar* ao Pastor Mueller, Gebhardt diz que o devemos procurar entre os *Marranos* livres-pensadores, sem explicar se mete nessa conta o extravagante Manasse, ou em que outro pensa.

³ *Autógrafos* sem emendas são raríssimos. — Lembrem-se os leitores do de Sá de Miranda que a Academia das Sciências publicou — Traslados feitos realmente com esmero diplomático também não são freqüentes neste país.

de polémica e dirigido aos *coevos*, e é, na segunda redacção, réplica a outro escrito, em que fôra agredido. Em Português. Por isso o redigira em vernáculo. Assim mesmo as *Propostas* destinadas aos Rabinos Sefardins, de Amsterdam, Hamburgo e Veneza.

Vernáculo, como eu disse nas minhas *Notas*, pouco elegante, arcaico, hesitante, trôpego mesmo, ao passo que o latim (não cicero-niano, mas também não inferior ao dos melhores Humanistas e Jesuitas peninsulares de xvi e xvii) me parecia sempre estar em harmonia perfeita com o impetuoso carácter individual do Luso-judéu ¹.

A prova de que êle era latinista bastante para redigir o *Exemplar*, não a possuímos. Dos seus papéis apossou-se, sem dúvida alguma, a Comunidade ou a Família, para os queimar.

Sabemos apenas que em 1600, afim de se matricular em cânones na Universidade de Coimbra, Gabriel da Costa fizera o exame obrigatório de latim. Sabemos também que durante quatro a oito anos consecutivos êle teve de prestar atenção nas aulas às prelecções, feitas tôdas, sem excepção, em latim ², perguntar e responder, e fazer as suas leituras de preferência na língua do Lácio ³.

Da facilidade e relativa elegância com que os Quinhentistas e Seiscentistas desta faixa ocidental (eximios em regra na aprendizagem de línguas estrangeiras) se serviam do *sermo-latinus*, realmente não é preciso apresentar documentação. Tal e tanta é ⁴.

No caso de ser português o original — eu já o disse algures — o *Exemplar* seria mais uma das obras-primas nacionais que a incúria do país deixou perder. Emparelharia com o *Amadis* e as *Cartas de Sôror Mariana*.

Sendo latino, teremos de agrupá-lo com os *Dialoghi di amore* de Leão Hebreu, a *Diana de Montemor*, e a *Historia de los movi-*

¹ Como o latim do flamengo Clenardo condiz com a sua veia humorística; e o de André de Resende com a sua dignidade.

² Vid. *Notas*, Cap. I, sobretudo p. 16.

³ Censurado por não saber hebraico, nunca o foi por não saber latim.

⁴ Além dos oito volumes do *Corpus illustrium poetarum lusitanorum* basta lembrar aqui as obras de Goes e Resende.

URIEL DA COSTA

mientos y separacion de Cataluña de D. Francisco Manuel de Melo, para nomear, de muitas, apenas as três mais afamadas obras.

Nova para mim, meus leitores, e os nossos vizinhos, conforme sei por cartas recebidas, são as elucidações, felizmente definitivas, sobre a *Carta* de Daniel Levi de Barrios a Antonio Enriques Gomes ¹. Como supunha, ela é espúria. Invenção de Menendez y Pelayo que, já Académico, mas ainda no verdor dos anos, a lançou nas Festas de Calderon, num número único do periódico *El Dia*, (25 de Maio de 1880), pouco depois de haver traçado para a sua *Historia dos Heterodoxos* o capítulo relativo aos Judaizantes em que se occupara de Uriel, o rebelde.

Mencionada como autêntica na *Voss* ² de 18 de Julho de 1886, a Carta começou a figurar em publicações judaicas. P. ex. no *Israelitische Nieuwsbode* de 6 e 13 de Agosto. Mas breve houve protestos. O primeiro, de 20 do mesmo mês, partiu de Henriques de Castro, optimo conhecedor da história da Comunidade israelita de Amsterdam. Interrogando directamente o erudito Pelayo recebeu, como era de esperar, a franca resposta de que se tratava de uma fantasia literária «como de resto, seu autor revelara numa brincada fórmula final» ³.

Sem conhecerem essa confissão, comunicada no mesmo jornal holandês a 4 de Março de 1887, dois dos eruditos, que tive de citar nas minhas *Notas*, o Spinozista Dunin Borkowsky e o autor dos *Judeus em Orense* referiram-se à *Carta* como a fonte legítima.

Certíssima estou de que, se Menendez y Pelayo ainda vivesse quando eu terminava os meus estudos sobre Uriel, êle me teria repetido a verdade com inteira franqueza.

Quanto aos não poucos erros, e às lacunas que há nas *Notas*,

¹ *Schriften* p. 232. *Notas*, cap. XVIII e XXVI.

² Jornal antigo e sempre liberal de Berlim que publicou e publica estudos literários notáveis (*Literarische Umschau*).

³ Continuo a desconhecer o seu teor.

tanto na parte biográfica ¹ como na bibliográfica (sobretudo com relação aos últimos decênios), conto emendá-los e preenchê-las num artigo posterior, realçando novamente as qualidades distintas da obra *Schriften* de Carl Gebhardt.

Pôrto, Outubro de 1923.

CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELLOS.



¹ Em especial, com relação aos irmãos de Uriel, e os descendentes deles.

A PROPÓSITO DAS LEITURAS DO INFANTE

QUEM ler o terceiro livro da *História de Portugal*, de Oliveira Martins, cujo assunto é «A conquista do mar tenebroso», encontra, nas primeiras páginas do capítulo intitulado «O infante D. Henrique», um belo quadro do labor, diurno e nocturno, do Infante: «Em Sagres reuniu o infante todos os recursos de que então dispunham a cosmografia e a arte de navegar. D. Pedro trouxera-lhe das suas viagens o manuscrito das peregrinações de Marco Paolo. Êsses livros, os mapas de Valseca, as obras de João Müller (de Königsberg), de Jorge Purbach, as narrativas e roteiros dos pilotos, as rudes cartas marítimas, faziam vergar as mesas, a que o infante, tendo ao lado o seu cosmógrafo, Jaime de Maiorca, então célebre, rodeado de discípulos, passava os dias a percorrer, as noites a interrogar, silenciosamente, os enigmas propostos nos textos e desenhos. Como Raimundo Lúlio, entre drogas e retortas do seu laboratório, se extenuava a buscar o princípio da vida, os corpos simples e elementares da matéria, para obter o segredo da existência física e orgânica: assim o infante procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golfos e enseadas, velados pelo manto azul-negro do Mar Tenebroso».

Eis um formoso quadro, sem dúvida, mas tão inexacto como formoso.

O célebre astrónomo João Müller, mais conhecido pelo nome Johannes de Monte Regio, ou Regiomontanus, nasceu em Königsberg da Francónia, em 1436. Contava, pois, apenas 24 anos quando o Infante D. Henrique morreu, em 1460. Foi para Itália em 1462, visitando as principais cidades sob a protecção do cardinal Bessarion. Regressou a Viena de Austria em 1468. Três anos depois estabeleceu-se em Nuremberg, e aí erigiu um observatório e publicou as suas obras. As *Ephemerides* e as *Tabulae directionum* foram

LUSITANIA

impressas respectivamente em 1474 e 1475. Convidado pelo papa, neste último ano, para ir a Roma tratar da reforma do calendário, lá morreu em 1476, com 40 anos de idade. É manifesta a impossibilidade de terem as suas obras sido lidas pelo Infante.

Jorge de Peurbach, mestre de Regiomontano, nasceu em Peurbach no ano de 1423. Estudou em Viena, onde obteve o grau de mestre em Artes. Depois viajou pela Itália, relacionando-se com Bianchini e Nicolau de Cusa. Regressou desta viagem em 1453. No ano seguinte obteve o lugar de astrónomo do rei Ladislau da Hungria, e pouco depois o de professor da universidade de Viena. Aqui a sua actividade como professor de aritmética e astronomia, e também de literatura latina, exerceu-se desde 1454 até 1461, em que faleceu. Compôs então as obras *Algorismus* e *Theoricae novae planetarum*, que depois se conservaram muito tempo como compêndios nas universidades. As Teóricas dos planetas, mero resumo das construções geométricas de Ptolomeu, foram impressas pela primeira vez em 1460, ano da morte do Infante. Podemos estar certos que o Navegador morreu sem ter lido as Teóricas, que muito mais tarde Pedro Nunes havia de comentar nas suas *In theoricis G. Purbachii Annotationes*, impressas em Basileia, 1566.

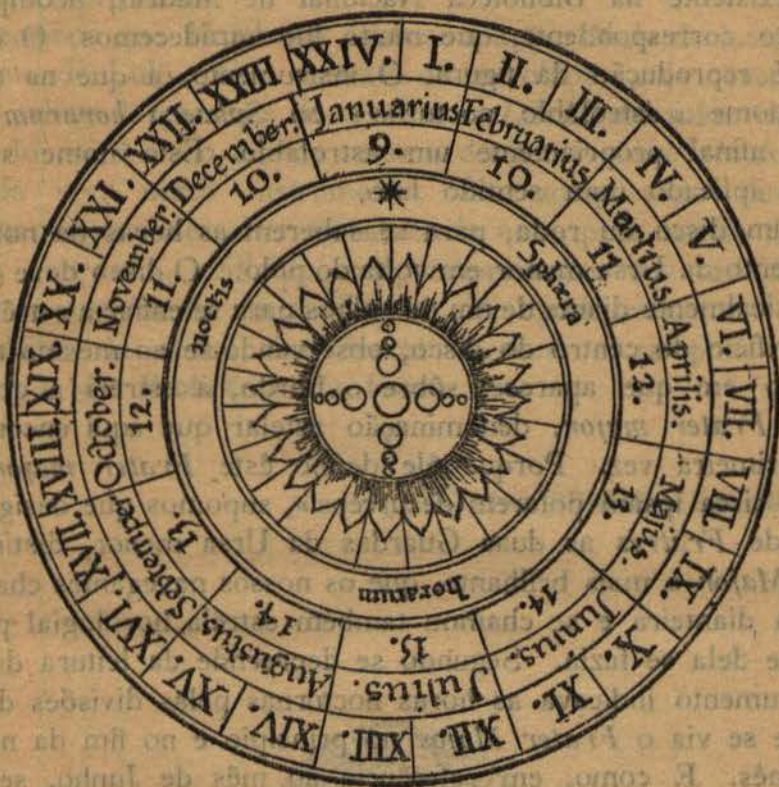
Quanto ao mapa de Gabriel Valseca, de Maiorca, desenhado em 1439, quando os portugueses tinham explorado 170 léguas para além do cabo Bojador, diz o ilustre Visconde de Santarém, nas suas *Recherches sur la priorité de la découverte des pays situés sur la côte occidentale d'Afrique au delà du cap Bojador*, que, nesse mapa, influíram já os descobrimentos portugueses. Sendo assim, não era Valseca que dava novidades ao Infante acêrca da costa africana, antes as poderia dêle receber.

A respeito das cartas marítimas, que Oliveira Martins classifica de *rudés*, terá opinião muito diferente quem ler o *Periplus*, o importante trabalho de Nordenskjöld sobre portulanos medievais. As cartas marítimas dos séculos xiv e xv são monumentos cartográficos admiráveis, derivados do portulano-normal, a obra-prima do século xiii, a que o escritor sueco chama *Iliada da cartografia*. Foi nestas cartas que o Infante mandou acrescentar as 450 léguas de costa descoberta até 1446, como narra Azurara, fazendo notar que tal acrescentamento era « coisa vista por olho », e não pintada à aventura como antes.

Finalmente, não deviam ser as fadigas de Raimundo Lulo,

LEITURAS DO INFANTE

entre as retortas do seu laboratório, objecto de vivo interesse para o Infante. Nas obras do grande maiorquino, cuja influência nos seus planos tem sido afirmada, encontraria êle também assunto atraente na parte relativa a instrumentos e preceitos de navegação. Alexandre de Humboldt, na sua *Histoire de la géogra-*



ASTROLÁBIO NOCTURNO DE R. LULO

phie du nouveau continent, tōmo I, citando Navarrete, diz que, desde o fim do décimo terceiro século, havia na marinha catalã e maiorquina instrumentos de astronomia náutica próprios para determinar, sōbre o mar, a hora da noite pelas estrêlas, e que tal era o astrolábio, invenção de Raimundo Lulo, descrito em 1295 na sua *Arte de navegar*, terminando por deduzir conclusões contra o nosso João de Barros. Tivemos sempre muito desejo de conhecer êste astrolábio, tantas vezes citado depois de Humboldt, mas não sabíamos de nenhum exemplar, existente em

Portugal, da obra completa de Lulo, intitulada *Beati Raymundi Lullii Opera omnia*, edição de Mogúncia, 1721. O notável americanista espanhol, Snr. Don Segundo de Ispizúa, autor de *Los Vascos en America* e da *Historia de la geografia y de la cosmografia*, teve a amabilidade de nos enviar uma fotocópia da página, com a figura do instrumento, do exemplar daquela obra existente na Biblioteca Nacional de Madrid, acompanhada do texto correspondente, que muito lhe agradecemos. O desenho junto é reprodução da figura. O instrumento, a que na obra se dá o nome « astrolábio nocturno » ou *Sphaera horarum noctis*, não é afinal propriamente um astrolábio. Êste nome só pode ser-lhe aplicado num sentido lato.

É um disco ou roda, para se saberem as horas da noite pelo movimento da Ursa menor em volta do polo. O disco deve colocar-se verticalmente diante de um dos olhos para se enfiar a estrêla polar pelo orifício do centro do disco, observando-se ao mesmo tempo a direcção em que aparece, sôbre o bordo, a estrêla a que Lulo chama *Frater major*, denominação estelar que aqui encontramos pela primeira vez. Porque êle define êste *Frater major* como « stella circa ipsam polarem decurrens », supomos que designa pelo nome de *Fratres* as duas Guardas da Ursa menor, distinguindo como *Major* a mais brilhante, que os nossos navegantes chamavam Guarda dianteira e se chamou também estrêla horologial por êste uso que dela se fazia. Segundo se depreende da leitura do texto, o instrumento indicava as horas nocturnas pelas divisões do disco em que se via o *Frater Major* no princípio e no fim da noite em cada mês. E como, em referência ao mês de Junho, se diz no texto: « tunc nox habet tantum novem horas », conclui-se que o instrumento é destinado a latitudes em que o dia máximo é de 15 horas. Os números que se lêem num dos círculos interiores, desde 9 a 15, indicam as horas de duração dos dias no decorrer do ano; cada par de números diametralmente opostos soma sempre 24. Sendo o dia máximo de 15 horas, o instrumento servia para a zona ou clima, a que se chamava de Roma, compreendido entre os paralelos de 39 graus de latitude e de 43 graus e meio. O paralelo dêste clima, que era o quinto entre os sete climas da *Sphaera* de Sacrobosco, passa por Barcelona. Aplicado à navegação, o instrumento seria útil nas viagens entre as ilhas Baleares, Barcelona e Marselha.

LEITURAS DO INFANTE

Temos assim, afinal, uma roda semelhante às que o nosso rei D. Duarte desenhou no *Leal conselheiro*, acrescentando às direcções em que a Guarda dianteira marcava a meia-noite no decorrer dos meses (que então vinham figuradas nas coberturas dos relógios de agulha vindos de fora), os rumos da mesma estrêla ao amanhecer. Mas estas rodas, com as horas da manhã, só serviriam para Lisboa ou latitudes próximas.

Parece-nos que Humboldt avultou a importância do instrumento de Raimundo Lulo. Não se trata do astrolábio, cuja construção e uso se acham largamente descritos nos *Libros del saber de astronomia* do rei Afonso X, do mesmo décimo terceiro século. Mas julgamos ver, nesse instrumento, um antepassado ilustre do «Regimento para se saber as horas da noite pela estrêla do norte e suas guardas», redigido independentemente das latitudes por indicar só os rumos da meia-noite, do qual usaram os nossos navegadores da época dos descobrimentos, e se pode ler no *Regimento* da Biblioteca de Évora.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.



LEITURAS DO INFANTE

A leitura é uma das atividades mais importantes da vida humana. Ela nos permite conhecer o mundo ao nosso redor, desenvolver a nossa imaginação e a nossa capacidade de raciocínio. Além disso, a leitura é uma das melhores maneiras de passar o tempo livre e de nos manter atualizados sobre os acontecimentos do mundo.

Para os infantes, a leitura é uma atividade essencial para o desenvolvimento da linguagem e da capacidade de aprender. É importante que os pais e os professores incentivem a leitura desde a infância, oferecendo livros adequados à idade e criando um ambiente propício para a leitura.

A leitura também é uma das melhores maneiras de nos conectar com o mundo e com as pessoas. Ao ler, podemos conhecer a vida de outras pessoas, entender diferentes culturas e aprender com os erros e acertos dos outros. Isso nos ajuda a nos tornarmos pessoas mais empáticas e capazes de lidar com a diversidade do mundo.

Portanto, a leitura é uma atividade essencial para todos, especialmente para os infantes. Ela nos ajuda a desenvolver a nossa capacidade de aprender, a nos conectar com o mundo e a nos tornarmos pessoas mais empáticas e capazes de lidar com a diversidade do mundo.



O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA,
DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII
« CANTAR DE MIO CID »

À SENHORA D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS
COM GRANDE ADMIRAÇÃO E GRATÍSSIMO AFFECTO.

Quando este Cantar se ouviu, estava Portugal para nascer. Porém o hispano Herói que o poema celebra, e recebeu as armas na Sé de Coimbra, ergueu-se tão vivo na gesta, que ainda vibra. Entoando por minha vez o Cantar épico e belo cujo som Portugal escutou no berço, eu, juglar de hoje, só faço o que fizeram os meus irmãos de outrora: — ressurjo o que digo com palavras que sinto.

O DESTÉRRO DO CID

I

ENVIU el-rei dom Afonso a Rui Dias, o *Cid*, a receber os tributos que em cada ano lhe pagavam os reis de Córdova e de Sevilha. Àquele tempo Almutaniz, rei de Sevilha, e Almudafar, rei de Granada, queriam-se mal como mortais inimigos. Estavam com Almudafar o conde dom Garcia Ordóñez e Lope Sánchez, que o serviam: e elles e o rei de Córdova foram-se contra Almutaniz. Rui Dias, quando soube que assim vinham contra o rei de Sevilha, vassalo e tributário de el-rei dom Afonso, seu senhor, houve-o por mal e teve grão desgosto; e por cartas rogou a todos que não viessem contra Almutaniz, nem lhe destruíssem a terra.

Não cuidando no que as cartas pediam, el-rei de Granada e os ricos-homens que o ajudavam foram mui esforçadamente contra el-rei de Sevilha e destruíram-lhe a terra até ao castelo de Cabra.

Isto sabendo, Rui Dias foi-se a elles, deu-lhes batalha que durou desde a hora de terça até ao meio-dia, fêz grande mortandade em mouros e cristãos da parte de el-rei de Granada e, vencendo-os, os fêz fugir do campo.

LUSITANIA

Prendeu Rui Dias ao conde dom Garcia Ordóñez e arrancou-lhe um punhado das barbas, assim como prendeu a muitos cavaleiros e a tanta outra gente que não tinha conta; e, depois que os houve presos três dias, a todos mandou soltar. Enquanto aquêles guardava cativos, mandou aos seus que colhessem quantos haveres e riquezas haviam ficado no campo, e de aí tornou-se com sua hoste e seu despôjo para Almutaniz, rei de Sevilha, a quem deu, assim como aos seus mouros, quanto reconheceram por seu dêles, e ainda do mais que quizeram tomar.

De ali em diante chamaram mouros e cristãos a êste Rui Dias de Bivar — o *Cid Campeador*.

Fez-lhe Almutaniz grandes dons e pagou-lhe os tributos que êle fôra buscar, com os quais o Cid se tornou para el-rei dom Afonso, seu senhor.

Houveram muitos inveja dêstes feitos e buscaram malquistá-lo com el-rei, a quem disseram que dos tributos cobrados guardara o Cid grandes riquezas. Como el-rei estava muito irado contra êle, logo creu nos enredadores; e por cartas mandou ao Cid que saísse do reino.

Chamou o Cid a seus parentes e vassallos e disse-lhes de como el-rei o mandava desterrar, mais lhe não dando que nove dias para ir cumprir o destêrro, e que queria saber quais iriam com êle e quais se ficariam.

— Os que vierem comigo, bom grado hajam de Deus! E dos que ficarem me quero ir satisfeito.

Então falou Álvaro Fáñez Minaya, seu primo co-irmão:

— Cid, convosco iremos por ermos e povoados, jamais vos faltaremos enquanto formos vivos, e sempre por leais vassallos nos tereis.

Aprovaram todos a quanto dissera dom Álvaro, e o Cid agradeceu quanto lhe ali disseram.

Deixando ermo e abandonado o seu palácio, vai mudar-se de Bivar para Burgos o Cid; iam seus olhos cheios de lágrimas e, voltando a cabeça, olhava as portas abertas, os postigos sem cadeados, os poleiros sem açores.

Então suspirou e, comedido, disse: — Graças te sejam, Padre e Senhor que no alto estais! Isto me urdiram tredos inimigos!

O POEMA DO CID

II

A caminho de Burgos os cavaleiros soltam as rédeas e, à saída de Bivar, voou-lhes um corvo à dextra, mas à entrada em Burgos voou-lhes outro à sinistra.

Encolheu os ombros o Cid e levantou a cabeça:

— Alviçaras, Álvaro Fañez, que mudámos de terra. E, um dia, com grande honra tornaremos a Castela!

Entra o Cid por Burgos, com sessenta pendões a acompanhá-lo. Para o verem passar, saem mulheres e homens; põem-se às janelas burgaleses e burgalesas, e tanta dor sentiam que choravam, ao passo que de tôdas as bocas saía a mesma lástima:

— Deus! que bom vassalo se houvesse bom senhor!...

Todos de bom grado o albergariam, mas nenhum ousava: era grande a sanha de el-rei dom Afonso e antes da noite chegara a Burgos a carta real que ordenava ninguém desse pousada ao Cid, sob pena de perder seus haveres, os olhos da cara, e mais o corpo e a alma. A todos a dor afligia, mas cada um se sumia, sem dar palavra.

Encaminhou-se o Campeador para a sua pousada, mas o medo cerrara também aquela porta; quando os do Cid chamaram em altas vozes, ninguém respondeu. Tirando o pé do estribo, o Cid feriu a porta; mas a porta, trancada, não se abriu. Então acercou-se uma menina de nove anos e falou-lhe assim:

— Ai! Campeador, em boa-hora cingistes espada! Mas el-rei mandou que vos não albergássemos e, se o fizessemos, perderíamos casas e haveres, e mais os olhos da cara. Cid, a nossa perda não vos daria remédio. Mas o Senhor Deus vos ajude com suas virtudes santas!

Assim falou a menina, e tornou a entrar em casa.

Já o Cid entendia que el-rei lhe não perdoava. Partindo-se dali, atravessou Burgos, chegou a Santa Maria e descavalgou.

De joelhos, rezou com todo o seu coração.

Acabada a oração, passou a ponte do Arlançon e no areal fincou a sua tenda.

Rui Dias de Bivar, o que em boa-hora cingira espada, acampou em areal de rio porque ninguém o quis acolher.

Assim como em serra brava, e rodeado de sua companhia, ficou o Cid Campeador.

III

Também aos de Burgos era vedado vender comida ao Cid, e ninguém ousava vender-lhe um dinheiro dela que fôsse.

Martim Antolínez, o leal burgalês, abastece-o e aos seus de pão e de vinho, do que todos se alegram. E porque lhes dá do que lhe pertence, em nada desobedece. E Martim Antolínez disse ao Cid:

— Oh! Campeador, em boa-hora nascestes! Repousemos esta noite e abalemos de madrugada, pois serei acusado de vos servir e a sanha de el-rei me alcançará. Se convosco escapo são e vivo, ainda cedo ou tarde me há de el-rei requestar a amizade. Se não, a tudo que deixo lhe quero menos que a um figo!

Respondeu o Cid:

— Martim Antolínez, sois belo cavaleiro! Se eu viver, dobrar-vos hei o sôldo. Bem vêdes que não trouxe ouro nem prata, de que hei mister para a minha companha; e pois de bom grado os não haverei, tomá-los hei por fôrça. Com vosso conselho quero servir-me de duas arcas forradas de couro vermelho lavrado e com boa pregaria dourada. Enchamo-las de areia a fim de serem pesadas. Com os judeus Raquel e Vidas vos ireis ter e dir-lhes heis que pois em Burgos me negaram pousada à ordem de el-rei que me desterrou, não posso levar meus haveres por serem muito pesados. Levai as arcas de noite, que o não veja ninguém. Julgue-o, sim, o Criador com todos os seus santos, pois, se Deus me ajudar, a tudo remediarei.

Passou Martim Antolínez por Burgos, entrou no castelo, buscou a Raquel e Vidas que estavam entretidos a contar os seus ganhos e, no apêrto em que se via, falou-lhes como se crêsse no que os enredadores haviam levantado:

— Raquel e Vidas, caros amigos, quero falar-vos à puridade. Dai-me as mãos, prometei que me não descobrireis a mouros nem a cristãos, e eu vos farei ricos para sempre! Sabei que o Campeador tomou grandes haveres das párias que cobrou, pelo que foi desterado. Tem duas arcas cheias de ouro fino! E não as pode levar por serem muito pesadas. Ora, quere êle deixá-las em vosso poder, pelo que lhe emprestareis o que fôr ajustado. Tomai pois as arcas e ponde-as a salvo, jurando por vossa fé que não lhes tocareis em todo êste ano.

Raquel e Vidas tornaram-lhe:

— Nós bem sabemos que em terra de mouros tomou êle grandes

O POEMA DO CID

haveres e bem se suspeita que traz muita soma de dinheiro. Quem anda com muito dinheiro não logra sono descansado. Mas quanto nos dará o Cid de juro por um ano?

— O Cid — tornou dom Martim — só há de querer o que fôr justo e pouco vos pedirá por deixar seus haveres a salvo. Seiscentos marcos lhe podem bastar. Mas como a noite já entra e o Campeador tem pressa, dai-me os marcos.

Responderam-lhe os dois:

— Negócios não se fazem assim. Primeiro toma-se e depois dá-se!

— Pois vinde ambos ao Cid e nós vos ajudaremos a levar as arcas de guisa que o não saibam mouros nem cristãos.

Cavalgou Martim Antolínez com Raquel e Vidas, e os três de boa-mente se encaminharam para o areal do Cid, não pela ponte, que poderiam ser vistos, mas passando o rio a vau. Quando os judeus entraram na tenda, beijaram as mãos ao Campeador.

Falou-lhes o Cid, sorrindo:

— Olá! dom Raquel e dom Vidas, já me havieis esquecido? Eis me vou desterrado, que el-rei o manda. Mas pelo que me fizerdes, enquanto viverdes sereis ricos.

Ajustou então com eles Martim Antolínez que sobre aquelas arcas dariam seiscentos marcos; que bem guardadas as haveriam até ao cabo do ano, e que se antes do cabo do ano lhes tocassem, rompido o juramento perderiam o direito aos juro.

— Carregai de pressa as arcas — disse Martim — que o Cid tem de partir antes que cantem as galos.

Custava aos judeus a poder com elas, pôsto que fôsem esforçados e o serviço muito os alegrasse.

— Ah! Campeador, — disse Raquel ao Cid, beijando-lhe a mão à despedida, como quem lhe ia pedir um dom — em boa hora cingistes espada e de Castela vos ides para gentes estranhas! Assim é vossa ventura, e grandes serão vossos ganhos. Cid, eu vos peço uma rica pele vermelha mourisca.

— Concedido — tornou o Cid. — Se vo-la trouxer, bem está; se não, descontai-a das arcas.

Com todo o recato, chegaram Martim, Raquel e Vidas à pousada destes. Estenderam os judeus no chão um cobertor, sobre este uma fina toalha, e começaram a contar o dinheiro: trezentos marcos de prata e trezentos marcos de ouro, aos quais recebia Antolínez sem os pesar.

LUSITANIA

Carregou dom Martim com o dinheiro a cinco escudeiros, e agora ouvireis o que elle disse quando isto houve feito:

— Ah! dom Raquel e dom Vidas, pelos ganhos que vos dou, bem merecia eu alviçaras!

— Demos-lhas — concertaram entre si os judeus — que bom negócio nos trouxe.

E deram-lhe trinta marcos, que Martim agradeceu, despedindo-se dêles.

Recebeu o Cid com os braços abertos a Martim Antolínez:

— Sois vós, meu fiel vassalo? Oxalá chegue o dia em que vos eu retribua o que me fazeis!

— Sou eu, Campeador, e venho com muito bom recado: ganhastes seiscentos marcos e eu trinta! Mandai levantar a tenda e em São Pero de Cardenha nos madrugue. Veremos vossa mulher, a digna filha de algo; pouca demora teremos e deixaremos o reino, do que muito havemos mister porque o prazo expira!

IV

Ditas que foram estas palavras, colheram a tenda e todos cavallaram.

Voltou o Cid a cabeça do cavalo para Santa Maria e persignou-se:

— Eu te agradeço, meu Deus, Senhor dos céus e da terra, e tuas virtudes me valham, gloriosa Santa Maria! De aqui deixo Castela, e não sei se algum dia tornarei. Vossa virtude me acompanhe, Gloriosa, e noite e dia me ampare. Se me assim fizerdes e eu houver boa ventura, ao vosso altar mandarei boas e ricas dádivas e aí farei cantar mil missas!

Assim de alma e coração se despediu o Cid.

Soltam as rédeas e vão para abalar, quando Martim Antolínez, o leal burgalês, lhes falou:

— Quero ver minha mulher e ao que deixo aqui e estimo tanto. Se el-rei mo quizer tomar, pouco se me dará. E convosco serei antes que nasça o sol.

Tornou-se dom Martim a Burgos, e o Cid cravava as esporas a caminho de São Pero de Cardenha, e com elle os bons cavaleiros que o serviam. Já os galos cantavam e os alvares da manhã queriam romper quando o Campeador chegou a São Pero. Rezava matinas o

O POEMA DO CID

bom abade dom Sancho. E dona Ximena, com cinco damas de prol, rezava por seu marido a São Pero e ao Senhor Deus :

— Tu que a todos amparas, vale ao Cid Campeador !

Chamaram à porta do mosteiro e foram reconhecidos. Que alegre ficou o bom abade dom Sancho ! Saíram ao pátio com círios e candeias, e com grande alegria receberam o que em boa-hora nascera.

— Cid, — disse o abade — agradeço a Deus ver-vos aqui e tomai quanto preciso vos fôr.

— Graças, dom abade, que muito me contentais. Eu buscarei comer para mim e meus vassallos, e nem um dinheiro me apraz que o mosteiro gaste comigo. Pois vou sair do reino, dou-vos cinquenta marcos e, se viver, algum dia vo-los dobrarei. Para dona Ximena eis cem marcos ; a ela, a suas filhas e donas heis-de servir este ano. Deixo duas filhas pequenas : acarinhai-mas bem ! Eu vo-las recomendo, abade dom Sancho. Com elas e com minha mulher tereis todos os cuidados. Se a despesa fôr grande e se vos mingüar dinheiro, do mesmo modo mando que tudo lhes deis. Por cada marco gastado, darei quatro ao mosteiro.

A tudo disse que sim de boa-mente o abade.

Ia chegando dona Ximena com suas filhas, cada uma nos braços da sua aia.

Ajoelhou a espôsa aos pés do desterrado e, com lágrimas, quis beijar-lhe as mãos :

— Graças, Campeador, que em boa-hora nasceste ! E assim vos fazem deixar a terra os maus enredadores ! Eis-nos diante de vós, eu e vossas filhinhas, com estas minhas donas. Já vejo que estais para vos ir e que nos hemos de apartar. Por amor de Santa Maria, aconselhai-nos !

Estendeu os braços o da bela barba e abraçou as filhas, apertando-as junto do seu coração.

E, com os olhos rasos de água, suspirou :

— Ai ! dona Ximena, minha tão digna mulher, de mim tão querida como a minha alma, bem sabeis que nos hemos de apartar, indo-me eu e ficando vós aqui. Praza a Deus e a Santa Maria que ainda por minhas mãos case estas filhas, que ainda cobre ventura e viva algum tempo. E a vós, querida mulher, servirei sempre !

Tocam a rebate os sinos de São Pero. Lançam-se pregões por Castela dentro de como se vai do reino o Cid Campeador, e deixam uns as casas, outros as herdades. Na ponte do Arlançon juntaram-se naquêlê dia cento e quinze cavaleiros. Preguntam todos pelo Cid, e Martim Antolínez vai com êles para São Pero. Quando o Campeador soube que tanto lhe ia crescendo a companhia, logo cavalgou e saíu a recebê-los e, quando os enxergou, tornou a sorrir. E aos que vinham fazer-se seus vassalos, falou assim :

— Rogo a Deus e ao Pai espiritual que, antes de eu morrer, algum bem possa dar aos que deixam por mim casas e herdades, e que o que perdem agora, o recebam dobrado.

E assim como ao Cid agradou que a companhia crescesse, agradou a esta ouvi-lo.

Passaram seis dias e restam apenas três.

Bem sabe o Cid que, se romper o prazo, nem por ouro nem por prata escapará à sanha de el-rei.

Quando a noite caíu, juntou os seus cavaleiros e tornou a falar-lhes :

— Ouvide, senhores, e não vos faça pesar: poucos haveres trago, mas havereis vossa parte. Lembre-vos que amanhã, quando os galos cantarem, mandareis aparelhar sem tardança. A matinas dir-nos há o bom abade dom Sancho a missa de Santa Trindade. E, ouvida a missa, abalamos !

Assim como o Cid o mandou, assim se fêz.

Tangem a matinas e todos vão à missa.

Aos pés do altar, roga dona Ximena ao Criador que ampare a seu marido e o guarde do mal :

— Senhor glorioso, Padre que estás nos céus e criaste céus e terra e também o mar ; que fizeste estrêlas e lua e sol que nos aqueça ; que encarnaste em Santa Maria madre e por teu querer nasceste em Belém, onde te adoraram pastores e te deram ouro e mirra três reis da Arábia, Melchior, Gaspar e Baltasar ; que salvaste a Jonas do mar, a Daniel dos leões, ao senhor São Sebastião em Roma, a Santa Susana de falsos testemunhos ; que na terra andaste trinta e dois anos, Senhor espiritual, fazendo milagres, mudando a água em vinho e as pedras em pães, ressuscitando a Lázaro ; que te deixaste prender pelos judeus, os quais te pregaram na cruz entre dois la-

Ó POEMA DO CID

drões e que na cruz deste a vista a Longuinhos, quando, por te haver lanceado, untou os olhos com o teu sangue ; que quiseste descer aos infernos e ressuscitaste no sepulcro : — a ti, rei dos reis e padre de todo o mundo, a ti adoro e em ti creio com tôdas as veras, e rogo a São Pero me ajude a rogar pelo Cid Campeador para que Deus o livre do mal ! E que, separados hoje, nos torne a juntar em vida !

Acabada a missa, abraçou-se o Cid em sua mulher, que chorava e queria beijar-lhe as mãos. Olhava êle as meninas e caía-lhe o pranto em bagas.

— Cid, — disse Álvaro Fáñez Minaya, — que é do vosso ânimo ? Deixemo-nos de isto e vamo-nos embora. Ainda tôdas estas dores se hão de tornar em alegrias. Deus, que nos deu as almas, nos há de dar ajuda !

Então cavalgam todos e, soltando as rédeas, põem-se a caminho, separados uns dos outros como a unha da carne.

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar.





O *BOM PASTOR* (1530?) por FREY CARLOS

MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA

FREY CARLOS

A FRASE de Sua Majestade a Rainha da Bélgica, ao depa-
rar, no museu das Janelas Verdes, com a obra de
Frey Carlos: « é um Memling mais humano », tem
muito de justo. Fortemente realista nos seus retratos,
e idealista até ao misticismo nas suas paisagens, que
são, como na que faz fundo à « Virgem com o Menino » do nosso
Museu, verdadeiras *ante-câmaras do Paraíso*, essa contradição na
maneira de ser de Memling faz com que neste seu painel — como em
todos os seus quadros de composição, exceptuando a admirável
« Santa Catarina » do museu de Bruges — as suas figuras, demasiado
estilizadas, não se integrem no ambiente e se recortem nêle com
uma dureza que lhes tira a humanidade e prejudica mesmo, por
vezes, o efeito do conjunto.

Muito mais perto de Metsys, com quem Frey Carlos é, na trans-
parência das suas tonalidades luminosas, um dos mais ilustres con-
tinuadores do movimento artístico que o grande mestre de Anvers
colheu de Van der Goes por intermédio de Albert Bouts, o frade
do Espinheiro guarda entretanto da escola de Bruges, com o bi-
góde ralo e os diademas polilobados dos seus Cristos, um re-
saibo forte dos velhos iluminadores flamengos que explica a frase
da ilustre soberana dos belgas.

E êsse curioso e raro hibridismo, feito da junção das velhas e
novas correntes, dá ainda mais encanto à obra do artista português,
em cuja paleta as tintas desmaiadas do mestre de Anvers são avi-
vadas por um ou outro tom mais forte (amarelos e verdes), e so-
bretudo aquecidas por a pualha difusa, adelgaçada em certos pontos
até ao inapreciável, de um roxo único e inconfundível na sua iri-
sação doirada. E êsse roxo, que é nosso e da nossa terra, onde
vive, sempre latente, para se acender em violentos poentes de fogo

LVSITANIA

ou para deliquêscer, sem se extinguir, nos crepúsculos mais fantasiosos, é tão fundamental em Frey Carlos que seria sem dúvida o que restaria das suas pinturas, se elas, analisadas num laboratório, ali pudessem ser reduzidas num quimérico e forte cadinho.

Mais de uma vez e a diferentes horas, tenho, da explanada em que se ergue o convento onde professou e foi enterrado o pintor, olhado o campo alentejano, calmo como nenhum outro na sua quasi virgindade de edificações, e aí verifico sempre quanto é justa a visão do artista, e como êle, em época em que a paisagem era apenas um motivo acessorial, soube, mais do que o pitoresco dos acidentes ou o do recorte da casaria, fixar essa luz imponderável que é o verdadeiro espírito e a mais sincera linguagem dessa paisagem.

E nada deixa de ser tocado por êla, desde o vulto dos pequenos personagens com que parcimoniosamente anima os seus fundos até às manchas brancas das flores de sargaço que esmaltam os arbustos em que aquelas se movem. E, não contente com isso, essa luz não só vive com êle a dentro da sua cela, mas parece até guardá-la o artista a dentro de si mesmo, pois, ainda nos quadros privados de paisagem, é essa tonalidade que, por vezes, os envolve e adoça com um poder que de-certo a chapa das vidraças lhe não permitiria. Para mim, Frey Carlos é, entre os nossos pintores primitivos, o maior como paisagista, tal é a verdade com que sentiu e interpretou a terra em que nasceu e de que não se desenraizou a-pesar das suas origens estrangeiras e da aprendizagem que certamente fêz no país de que procediam os seus.

Embora, em outros painéis de Frey Carlos, a paisagem ocupe um mais amplo lugar (*S. Jerónimo*, do Museu do Pôrto e *S. Francisco*, do Museu de Lisboa), em nenhum o sentimento da luz alentejana se afirma contudo tão superiormente como neste do « *Bom Pastor*. » De época aproximada à « *Aparição do Cristo à Virgem* », que é de 1529, quando Frey Carlos o pintou deviam ter passado mais de 12 anos após a sua profissão, estando já assim o artista bem impregnado da atmosfera em que desde então viveu. E isto é fundamental e encerra uma grande lição, pois se a sua profunda sensibilidade e o seu misticismo são suficientes para explicar essa sua comunhão íntima com uma paisagem que, pela sua doce austeridade e intenso lirismo, de tanta devoção devia ser para uma alma como a sua, a sua penetração tão íntegra do espírito dêsse

FREY CARLOS

ambiente, essa só podia o artista conseguí-la na intensa e prolongada intimidade que com elle teve. Assim, Frey Carlos possuiu, pelo menos, essa vantagem sobre os melhores dos seus contemporâneos que, em constantes mudanças de terras, não podiam apreendê-las. tão fortemente, ainda quando dispondo da mesma fôrça de sentimento e igual poder de visão.

Na verdade, não ha neste painel, cuja atmosfera, dada em *profundidade*, como de resto a de todos os outros seus quadros, e ennobrecida pelo espiritualismo que lhe dá a fé enterneçada do artista, seria por si só a afirmação do seu altíssimo valor, nem um só ponto em que o roxo, rico de cambiantes como nenhum outro da luz alentejana, não vibre, acumulando-se e intensificando-se junto ao esplendor dos tecidos e ao brilho dos mármorees, com os quais joga ou se transfunde, para, no justo respeito da natureza delicadíssima dos valores, se eterizar e desfazer ao contacto mais susceptível das carnações.

Num ambiente com um ritmo dêstes, as figuras, uma vez integradas por completo na atmosfera, têm um poder de sugestão excepcional, impondo-se sem ferir a retina, tão grande é sempre a fôrça da eurtmia dos tons quando ella é completamente atingida. E é isso o que succede com o « *Bom Pastor* ». Construído, por assim dizer, implacavelmente, tal é o rigor dos pormenores anatómicos com que é realizada essa figura estranha, em que já alguém, e erradamente a meu ver, quis descobrir um *acromegálico*, ella era sem dúvida a de algum dêsses humildes cavadores da região cujos pés e mãos, excessivamente longos, são a síntese de sucessivas vidas de duro trabalho na labuta extenuante de todos os dias. Dado assim rigorosamente, nem por isso contudo o realismo profundo com que o artista evocou o modelo resulta antagónico na tábua de onde êste emerge. É que, indo buscá-lo à terra e deixando-lhe o sabor rude com que esta o marcou, o pintor, por aquêlle maravilhoso poder que é o segredo dos grandes artistas, fêz dêle, ao mesmo tempo que uma criatura viva, um símbolo, e como tal elevou-o salvando-o da contingência efêmera e mesquinha do tempo.

No simbolismo medieval a que a figura, a-pesar-de tardia, pertence pelo sentimento que a ilumina, nenhuma representação conhecida que se lhe possa antepor; e mesmo o que nêlle possa haver de dúbio quanto à sua interpretação (pois os juízos variam, vendo uns nela S. João Baptista e outros Jesus) isso aumenta-lhe ainda, com êsse vago mistério, a sua admirável fôrça sugestiva. Se há retá-

bulos que profanam e depravam os altares, este é dos que, mesmo fora deles, não deixa de continuar a obra para que o realizou o artista, elevando e espiritualizando.

Simples de processos como tudo o que é realmente grande, não foi a meu vêr, o acaso que levou até à oficina do monge hieronimita esse modelo. Frey Carlos procurou-o de-certo com a mesma tenacidade ou a mesma febre com que, na paleta de que habitualmente se servia, lhe sucedeu buscar a modalidade subtil de uma cambiante; e, uma vez encontrado, fêz dêle conscientemente o tipo dos seus Cristos, tão certo ficou do efeito que dessa figura invulgar de *ganhão* tiraria desde que lhe aumentasse, por contraste, o carácter, cobrindo-a de tecidos belos e dando-lhe, entre colunas translúcidas de mármore e longes estilizados de paisagens, um fundo ainda mais belo e rico. Se assim não fôra, não teria persistido em servir-se dêsse modelo e essa cabeça que, sem o sonho que a anima, seria quasi bestial, não nos appareceria, como apparece, em sucessivos painéis seus.

Variá-la ia como varia as cabeças dos seus anjos e até as das suas madonas, cujas mãos, sempre marcadas dos mesmos estigmas doentios, se repetem contudo numa obcessão que é talvez, quem sabe, a razão de ser da sua profissão religiosa, abandonando a côrte e a reputação que ali já tinha.

No estilo admirável das roupagens do « *Bom Pastor* », essas roupagens maravilhosas que levaram um critico illustre a chamar a Frey Carlos: « le maître des belles draperies », a influência de Metsys manifesta-se já muito menos do que no manto da Virgem que se vê no painel central do tríptico em cujos postigos oram os Príncipes D. João e D. Luís. Os espaços lisos são naquêlles menores e as pregas, aumentando em número e rigidez, dão um carácter mais gótico à pintura, em que assim o espirito pagão da Renascença apenas afluí nos efeitos accessoriais. E esse mesmo arcaísmo, que é um dos maiores encantos dêste painel, menos híbrido por isso do que o da « *Aparição do Cristo à Virgem* », manifesta-se contudo igualmente nesta sua última pintura, onde, entretanto, o espirito do Renascimento tem um muito mais amplo lugar. O seu colorido, desde a sua entrada para o Espinheiro (1517), também se modifica perdendo muito do desmaiado que caracteriza os painéis do tríptico (1512) e o da « *Virgem com o Menino* » do Museu Municipal do Pôrto, painel este que tenho como obra intermediária entre aquella e a

FREY CARLOS

iniciação conventual de Frey Carlos. E ao mesmo tempo que aquilo sucede como consequência natural do estado de absoluto misticismo em que o pintor passou a viver e do seu maior convívio artístico, em Évora, com obras de pintores inteiramente góticos, a matéria plástica de Frey Carlos, sem perder em transparência e fluidez, ganha mais corpo na sugestão que sofre da obra dos outros pintores portugueses com quem trabalhou e que, na corrente tradicional, se serviam das tintas com muito maior saturação.

Ao artigo publicado há dois anos por Luciano Freire, e em que este ilustre professor reuniu tudo o que se sabia da vida de Frey Carlos, juntando-lhe o que a experiência dos seus trabalhos lhe tinha ensinado, alguma coisa há a acrescentar e, felizmente, alguma coisa de fundamental. Frey Carlos, embora flamengo de origem, isto é, filho ou neto de flamengos e, como tal, fazendo parte da respectiva colónia, nasceu em Lisboa. Cheguei a essa conclusão pelo exame do livro de profissões do Espinheiro da Biblioteca de Évora, extratado por Ramalho Ortigão, e de dois manuscritos que tive a felicidade de encontrar, um do séc. xvi e outro posterior, mas cópia de um documento coevo. No do século xvi, que pertence ao sr. conde de Arrochela, apurei também que, em 1553, Frey Carlos já tinha falecido, achando-se enterrado no Mosteiro.

E à lista dos painéis de Frey Carlos mencionada por Luciano Freire, além do «Casamento de S.^{ta} Catarina», da colecção Cook, há a acrescentar dois identificados por mim, ambos representando S. Jerónimo no deserto. O mais pequeno está em Évora na posse de um particular; o outro, de grandes proporções, está no Museu Regional do Porto.

Quanto ao painel o «Entêrro de Cristo», assinado e datado de 1535, e que, segundo Raczynski, pertenceu a Roquemont, parece, conforme as indicações que ultimamente me deram, estar no Museu de Cassel. Até agora, porém, apesar de todas as tentativas, ainda não pude ter confirmação do facto.

A influência de Frey Carlos nos nossos pintores do séc. xvi foi grande e estende-se pelo menos até Cristóvão Lopes. Isto é, porém, assunto que exige mais larga explanação e que ficará para futuro artigo.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.



RUY DE PINA OFERECENDO UMA CRÓNICA A D. MANUEL
ILUMINURA DA CRÓNICA DE D. AFFONSO V

TORRE DO TOMBO (LEITURA NOVA)



DO SIGILO NACIONAL SÔBRE OS DESCOBRIMENTOS

CRÔNICAS DESAPARECIDAS,
MUTILADAS E FALSEADAS
ALGUNS DOS FEITOS QUE SE
CALARAM

DOIS factos culminantes vieram nos últimos trinta anos rasgar âmbito novo e ilimitado à história dos Descobrimentos portugueses: dum lado a demonstração, já hoje realizada, desde Ravenstein a Joaquim Ben-saúde e Luciano P. da Silva, da supremacia e originalidade da nossa ciência náutica durante a Renascença; e do outro a afirmação, ora clara, ora hesitante, feita por vários historiôgrafos desde Oldham Yule a Faustino da Fonseca e Vignaud, do descobrimento pre-colombino da América pelos portugueses. A demora no conhecimento dum e na afirmação do outro só é possível explicar-se pelo extremo cuidado com que a coroa os escondeu dos outros povos.

Retinindo ao presente os materiais para um largo trabalho sôbre aquele segundo facto e tendo procurado conhecer melhor as causas e o processo do sigilo nacional, aliás já hoje comprovado, vamos expor nesta revista, e a pedido de alguns dos seus organizadores, certas das nossas averiguações que julgamos vêm transformar as bases, em que até aqui tem assentado a historiografia dos Descobrimentos durante a Renascença.

O monopólio do comércio oriental, que nós na essência visavamos desde o Infante D. Henrique, realizado que fôsse, havia de acarretar conseqüências e repercussões económicas e políticas tão

LUSITANIA

graves sobre quasi toda a Europa, que os dirigentes da empresa nacional, por menos dotados de previsão que fôsem, não podiam deixar de a rodear das maiores reservas e defesas.

A posse do commercio levantino fôra de longa data para todas as nações mediterrâneas o índice supremo da sua prosperidade e domínio, desde o Império Romano à República de Veneza; ao findar a Idade Média os embaraços que o dificultavam faziam dêsse tráfico o problema de mais urgente solução para a economia da Europa; e em Lisboa e Lagos, onde ancoravam então a cada passo as galés adriáticas, que iam levar ao ocidente e norte da Europa as especiarias indianas, essa eloquente realidade haveria primeiro de deflagrar as ambições e de seguida aconselhar os maiores resguardos à sua realização.

D. Henrique transforma assim logo desde o começo, com o assentimento do Regente seu irmão, a sua empresa marítima num monopólio (1443). As penas applicadas aos nacionais que se intromettessem sem a sua licença e mais tarde sem a licença régia, nas suas navegações, vão desde a confiscação dos navios e mercadorias até à pena de morte. No reinado de D. Afonso V chega-se a ordenar até que as tripulações dos navios estrangeiros, encontrados na zona das navegações, fôsem aí mesmo lançadas ao mar « sem mais ordem ou figura de juízo ». ¿ Até onde ia no ânimo do Infante o pensamento dêsse exclusivo? Cremos que abrangia todas as navegações atlânticas, ressaltadas apenas as que tocavam ao commercio europeu, propriamente dito. Dentro das concepções geográficas de então era natural que se hesitasse, — e sabemos pelo *Esmeraldo* que assim foi, — entre o caminho pelo sul ou pelo ocidente para alcançar a Índia. A não admitirmos êstes vastos propósitos uma parte da sua obra torna-se incompreensível.

Com os estrangeiros e em especial com Castela, — e aqui se move o eixo da questão, — a efectivação dêsse monopólio apresentava grandes dificuldades. Só um poder culminante a todas as nações europeias, o Papado, o poderia sancionar. A Igreja todavia levou muitos anos a fazer, contra as pretensões de Castela, tamanha concessão. Por isso, durante longo tempo, D. Henrique sustenta uma luta renhidíssima para fechar o Atlântico e as suas novas navegações à Espanha. Como os nossos cronistas quasi totalmente se calaram a tal respeito, essa parte da obra do Infante passou até hoje despercebida dos nossos historiadores; e torna-se mister

DO SIGILO NACIONAL

recorrer aos cronistas espanhóis e a alguns documentos esquecidos para estudar certos dos seus propósitos ocultos. Como exemplo apontaremos os seguintes factos. Em 1424 D. Fernando de Castro é enviado com uma forte armada contra as Canárias, que já então os castelhanos tinham começado a ocupar. Posto-que a expedição não fôsse de grandes resultados, no ano seguinte o bispo de Burgos, D. Afonso de Cartagena, vem a Portugal, como embaixador do Rei de Castela, reivindicar para a respectiva coroa a posse de todo o arquipélago. Mas D. Henrique nunca mais desiste nessa luta, que os nossos cronistas esconderam. Em 1435, tendo o Infante conseguido do Papa uma bula em que lhe concede a conquista das Canárias, logo Castela envia embaixadores à Cúria protestando; e o mesmo faz o bispo de Burgos no concílio de Basileia nas *Alegações contra os portugueses*, onde agora não só reclama para a coroa castelhana a posse das Canárias, como a da *Mauritânia e da Tingitânia, isto é, da região e cidade de Tanger, base naval atlântica*¹. Essas pretensões conjuntas representavam para Portugal um perigo enorme. Castela, possuidora dum ponto de apoio no noroeste africano e dum arquipélago atlântico, podia desenvolver, e fatalmente o faria, uma acção navegadora paralela à nossa. Era exactamente na época em que, dobrado o Bojador, o Infante continuava a navegar para o sul, e acabava, além disso, de reconhecer quasi todo o arquipélago dos Açores. Por sua vez, o Papa, hesitante entre as duas nações em luta, envia em Julho de 1436 uma bula a D. Duarte, em que o aconselha a que não intente cousa em prejuízo do Rei de Castela, pois este reclama para si a conquista das terras de África e das ilhas Canárias². Como responde a isto o Infante D. Henrique? Obtém em Setembro dêsse mesmo ano uma bula de cruzada contra os infiéis em África e lança-se, no ano seguinte à empresa de Tanger, como o mais eficaz dos meios de se antepor aos projectos de Castela, enquanto doutro lado continua em luta renhida pela posse das Canárias. Vista a esta luz e

¹ Vide *Alegações feitas contra os portugueses a favor do rei de Castela e Leão no concílio de Basileia*, por D. Afonso, bispo de Burgos, sobre a conquista das Canárias. Mss. da Biblioteca do Escorial, publicado em 1912 por Ernesto do Canto numa edição de 70 exemplares. Texto em latim.

² Extractada em *Alguns documentos da Torre do Tombo*, pag. 4.

conjugada com este último facto, a empresa de Tanger, tantas vezes encarada como produto da belicosidade cega e contumaz do Infante, ganha de súbito um alcance imenso e atinge em relação ao plano dos Descobrimentos e aos perigos da intromissão de Castela, tantos anos retardada, uma visão genial. Desta forma o desastre de Tanger produzia, não obstante, consequências proveitosas: sofrea as ambições alheias, patenteando os perigos terríveis da empresa. Mau grado esse desenlace trágico e a oposição castelhana, o Infante não recua. Ainda no reinado de D. Duarte elle tenta obter pelos meios diplomáticos por parte de Castela a cedência dos direitos que esta se arrogava sobre as Canárias. Esses esforços repetem-se durante a regência de D. Pedro e, logo após a sua morte, no reinado de D. Afonso. Como Castela não cedesse, o Infante resolve-se a empregar os meios violentos; e só entre 1450 e 1453 envia quatro armadas sucessivas a combater o arquipélago. Sabemos igualmente que os castelhanos não desistem dos seus projectos, e, pouco depois dos nossos descobrimentos na costa ocidental da Africa, começaram a enviar navios a commerciar naquelas partes. Em 1452, quando algumas caravelas de Sevilha e Cadiz voltavam da Guiné, foram atacadas pelo varinel do corsário português Palenço, ao serviço do Infante, que aprisionou uma delas, trazendo-a carregada de mercadorias para o reino. Os tripulantes ficaram todos presos, e a um genovês, mercador em Sevilha, que acompanhava o navio, mandou o Rei cortar as mãos. De parte a parte, por causa destes factos, succedem-se as embaixadas, tendo D. João II de Castela enviado em 1454 dois emissários à corte portuguesa com uma carta de protesto contra os ataques às ilhas das Canárias e os apresamentos dos seus navios, que iam à *«la tierra que llaman Guinea, que es de nuestra conquista»*¹. Finalmente, no começo desse mesmo ano, uma bula de Nicolau V, proibindo, sob pena de excomunhão, a todos os cristãos que se intromettessem nas navegações portuguezas, sancionava o monopólio de D. Henrique, sem evitar aliás que os castelhanos o continuas-

¹ Sobre estes factos vejam-se em especial as cartas de D. João II de Castela na *História de las Indias*, de Las Casas, liv. I, cap. XVIII.

DO SIGILO NACIONAL

sem a atacar. Assim os perigos que para a nossa empresa representavam uma possível expansão espanhola no Atlântico e as sucessivas pretensões da coroa castelhana aos nossos descobrimentos justificavam só por si e plenamente que desde o começo nós os rodeássemos do maior sigilo.

Das mesmas citadas *Alegações* de D. Afonso de Cartagena se depreende, todavia, que as crônicas podiam desempenhar uma função especialíssima nos debates internacionais sobre as conquistas de além-mar. Com efeito, depois de declarar que em disputas dessa ordem não se admitia prova por testemunhos que excedessem a nossa memória e a dos nossos maiores, enumera êle as diferentes espécies de prova, que é lícito alegar. A primeira de tôdas, declara o bispo, são as crônicas. « *Prima species probandi est per cronicas...* » E, reivindicando para a coroa castelhana a Tingitânia e a cidade de *Tanjar*, logo cita em apoio vários textos de história. Assim as crônicas, se por um lado podiam desvelar aos inimigos os nossos planos extemporânea e perigosamente, pelo outro podiam servir, em caso de litígio, como documento autêntico do direito de posse ou de *conquista*, segundo a expressão da época.

As crônicas passavam a constituir dêste modo um dos mais graves problemas dentro da política do Estado, pois haviam de ser ou meros instrumentos políticos, relatando apenas o *quantum satis* a alegar como prova, ou, caso contrário, perigosas fontes de informação e de denúncia para as nações rivais. Caso estranhamente ilustrativo: ainda em vida do Infante D. Henrique existe ao serviço de D. Afonso V um certo Álvaro Gonçalves de Cáceres, cujo nome denuncia origem castelhana, e era, de seu ofício, *leitor das crônicas e livros de Castela*. No documento, em que o Rei premeia os seus serviços, dando-lhe armas de cavaleiro, chama-se-lhe *discreto e varão virtuoso e fiel* ¹. Procuravamos habilmente, é bem de ver-se, estar ao facto dos planos, dos segredos, dos títulos de posse de Castela.

E era natural, em quem tão de perto espiava as crônicas alheias, que se acautelasse com as suas.

¹ Arquivo Nacional, *Livro 4 dos Místicos*, fol. I.

Daí vem, como adiante veremos, que uma parte imensa da obra do Infante, a que esclarece definitivamente os seus intuitos, ainda hoje tão discutidos, só agora se pode conhecer. Todavia o maior organizador do segredo nacional dos Descobrimentos foi D. João II. Sabemos pela crónica de Rezende que para o conservar êle usou de todos os meios, quere obrigando os navegantes a grandes juramentos, quere propalando lendas proibitivas sôbre as terras descobertas, quere infligindo a quantos o pretendiam revelar castigos crudelísimos. Mais do que isso êle foi o grande organizador da defesa militar, diplomática e secreta (por meio da espionagem) das navegações e descobrimentos portugueses. É certo que a êsse tempo já outras nações mais nos disputavam a posse do comércio nas novas terras descobertas. ¿Não seria natural que o ciosíssimo organizador do segredo nacional impedisse também a sua divulgação pela história impressa ou manuscrita, quando os estrangeiros procuravam por tôdas as formas o seu conhecimento?

Êste aspecto político da empresa dos Descobrimentos nas suas relações com a historiografia oficial nunca foi encarado. Não obstante, ¿como não haviam as crónicas, mandadas escrever pelos monarcas, sôbre feitos coevos ou de repercussão coeva, de sofrer das enormes limitações e reservas, que lhes impunham os formidáveis interesses que se debatiam? Se em história é perigoso medir todos os factos passados pela mentalidade de hoje, não deixa de ser ingénuo supor por demais primitivos certos processos políticos de outrora.

Quem ler as crónicas de Rui de Pina, o cronista oficial, ao serviço de D. João II, quási de todo omisso sôbre os Descobrimentos, convencer-se há de que, para êle, bem ao invés do que acontecia com o seu régio amo, a empresa marítima e colonizadora dos portugueses era um acidente mínimo na vida nacional. E, se quisermos estudar os propósitos do Infante pelas empresas posteriores a 1448, último ano que alcança a *Crónica da Guiné* por Azurara, vemo-nos desde logo nos maiores embaraços. Se até àquela data já são muitas as dificuldades, desde aí por diante começa aquilo a que podemos chamar a *época negra* na historiografia oficial dos Descobrimentos portugueses. Entramos desde logo na maior confusão e carência dos dados cronológicos, não sendo mais clara ou certa a história no conhecimento dos descobridores, das terras descobertas e sua respectiva atribuição.

DO SIGILO NACIONAL

CRÓNICAS SEQUESTRADAS OU DESTRUÍDAS

Quando mais tarde, depois do primeiro quartel do século xvi, passado o período de esplendor da epopeia marítima, os nossos cronistas, principalmente Barros e Góis, a quem relatar desde os seus inícios, logo se queixam dessas dificuldades em termos duma rara eloquência. O que espanta apenas é que até hoje ninguém tivesse feito reparo de maior nas palavras dos dois historiadores.

Barros, logo no prólogo das *Décadas*, dirigido a D. João III, declara, depois de se queixar do descuido dos portugueses em encomendar os seus feitos «à custódia das letras», que se dispõe a escrever os que eles fizeram, porque estão perdidos até àquela data e sabe *por escrituras particulares serem maiores do que aparentam nas crónicas oficiais* ¹. Depois, terminado o relato dos Descobrimentos durante a vida do Infante D. Henrique, declara que tudo ou a maior parte tirou de Azurara, mas «não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas e por papeis rotos, e fóra da ordem que êle Gomeeanes levou no processo dêste descobrimento» ². Com efeito é muito de estranhar que não houvesse então em Portugal mais do que fôlhas mutiladas e sôltas da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*. Finalmente termina o relato dos descobrimentos em tempo de D. Afonso V com estas estranhas palavras: «Também se descobriu a ilha de S. Thomé, Anno bom e a do Principe por mandado del Rey dom Affonso, e *outros resgates e ilhas*, das quais não tratamos em particular por não termos quando e per que capitães forão descobertas. Porem sabemos na voz comum serem maes cousas passadas e descobertas no tempo dêste Rey do que temos escripto...» ³.

¿Que outras ilhas e resgates (comércios), por consequência terras habitadas, seriam estas? Na África por certo não, pois êle

¹ «Despoendome a escrever o que elles fizeram no descobrimento e conquista do Oriente, por se não perderem da memoria dos homens, que vierem depois de nós, tão gloriosos feitos como vemos serem perdidos de vossos progenitores, mayores em louvor do que lemos em suas chronicas (segundo mostram algũs fragmentos de particulares escripturas)».

² *Década* I, livro II, cap. I.

³ *Década* I, livro II, cap. II.

continua descrevendo o descobrimento das suas costas, dizendo quando e os capitães que as descobriram. ¿E é crível, porventura, que o culto D. Afonso V, que já encarregara Azurara de escrever sobre os descobrimentos em tempo de seu tio e lhe encomendara as crónicas, de não maior interesse, dos Condes de Menezes, esquecesse os feitos descobridores realizados após a morte de D. Henrique?

Góis, se não avança uma afirmativa de tal alcance como esta última de Barros, é, todavia, mais explícito no que toca ao silêncio dos cronistas. Todo um capítulo, o VI da *Crónica do Príncipe D. João*, é dedicado claramente a apontar o desaparecimento duma série de crónicas que deviam versar sobre os Descobrimentos, chegando a insinuar que as furtara Rui de Pina. As suas notáveis afirmações sobre o desaparecimento das crónicas são ratificadas e desenvolvidas ainda no longo capítulo XXXVIII da parte IV da *Crónica de D. Manuel*.

Conjugando o que uns e outros dizem com alguns outros factos que Damião de Góis desconheceu ou calou, e com o exame da *Crónica da Guiné*, cremos alcançar a prova de que o silêncio dos cronistas foi propositadamente organizado, a data em que ele começou e os seus principais agentes e mandatários.

Digamos desde já que em especial Góis cita e relaciona uma série tal de desaparecimentos de crónicas ou omissões de factos nas que ele conhecia, sobre Descobrimentos, que não se pode crer senão que ele soubesse a causa explicativa, mas não a pudesse revelar.

Para melhor intelligência dos leitores vamos referir, um por um, a série desses factos, relacionando-os pouco a pouco até às conclusões finais.

Quando Góis escrevia, segundo as suas próprias afirmações, de longa data que haviam desaparecido :

a) a terceira parte da *Crónica de D. João I*, por Fernão Lopes, e que ia da tomada de Ceuta ao falecimento do Rei, abrangendo assim os começos da época dos Descobrimentos ;

[... «nestes novos descobrimentos... aquilo que por extenso houvera de ser escrito na terceira parte da *Crónica de el-rei D. João*, o primeiro, depois da tomada de Ceuta, até ao seu falecimento, que foi tempo de dezoito anos, dos quais não vi cousa que Fernão Lopes (que foi cronista e guarda da Torre do Tombo e compoz de novo esta *Crónica de el-Rei D. João*) escrevesse, a qual terceira parte eu ousaria de afirmar que ele fez, mas como se lhe este trabalho rou-

DO SIGILO NACIONAL

bou não me atreveria a dizer por honra dos que depois dele escreveram...». Cap. VI da *Cron. do Príncipe*. No cap. citado da *Crónica de D. Manuel* afirma: «... donde se vê na verdade ter este copioso escritor Fernão Lopes feitas e compostas as crônicas dos reis atraz e toda a del Rei D. João I.»]

b) a *Crónica de D. Duarte*, por Fernão Lopes;

c) a *Crónica de D. Afonso V* até à morte do Regente, por Fernão Lopes;

[«Bem claro se vê deste logar que fez Fernão Lopes a *crónica del Rei D. Duarte*...», cap. XXXVIII da parte IV da *Crónica de D. Manuel*. «... a qual história geral Fernão Lopes continuou até à morte do Infante D. Pedro...» cap. VI da *Crónica do Príncipe D. João*.]

d) a *Crónica de El-Rei D. Duarte*, por Azurara;

[... porque o cap. V da *Crónica del Rei D. Duarte* (de Rui de Pina) é seu e assim todos os razoamentos que na dita crónica são escritos sobre a ida de Tanger, o que se bem conhece e vê do estilo e ordem costumada do mesmo Gomez Eanes», cap. VI da *Crónica do Pr. D. João*. Barros neste ponto é mais expresso: «E porque cada um não perca seu trabalho, também escreveu (Azurara) a *Crónica* deste Rei D. Afonso até a morte do Infante D. Pedro e a *Crónica del Rei D. Duarte*, seu padre...» Dec. I, liv. II, cap. II.]

e) uma grande parte da *Crónica de D. Afonso V*, por Azurara;

[Ao anterior testemunho de Barros acrescentemos o de Góis: «De maneira que esta *Crónica del Rei D. Afonso V* foi começada por Gomez Eanes e depois continuada por outros...», cap. XXXVIII da *Crónica del Rei D. Manuel*. Esta mesma afirmação é confirmada por vários passos das outras crónicas de Azurara, a alguns dos quais nos referiremos adiante. Góis crê que êle tivesse escrito essa *Crónica* até ao ano em que morreu, aproximadamente, Azurara faleceu em 1474.]

f) o I e o II volumes da *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, por Azurara;

[«... mas pode ser que o fizesse na história de Guiné, que ele diz que compoz, de que não ha noticia...», cap. VI da *Crónica do Príncipe D. João*. Como vimos atrás, Barros conheceu ainda fragmentos desta crónica; e pouco mais ou menos na data em que Damião de Góis duvidava até que ela tivesse existido, em Espanha, Las Casas extractava-a largamente para a sua *História das Indias*. O I vol. da *Crónica da Guiné* conhece-se apenas desde o meado do século passado, pela impressão do exemplar manuscrito (único em letra do

século xv) existente na Biblioteca Nacional de Paris. O II vol., a que êle envia por vezes o leitor, nalgumas passagens do I, é inteiramente desconhecido. Não há, todavia, razão alguma para crer que êle deixasse de o escrever.]

Outras crónicas ou escritos notáveis sôbre as navegações foram inteiramente desconhecidas por Damião de Góis, quais sejam :

g) a *Crónica sôbre os Descobrimentos*, de Afonso Cerveira ;

[Esta crónica foi escrita antes da de Azurara e era muito mais minuciosa que a sua. Eis como êle se lhe refere: «Não curo de escrever algumas cousas da viagem destes, que achei escritas por Afonso Cerveira, que esta história primeiramente quíz ordenar...» *Crónica da Guiné*, pag. 165. «Não nos pareceu necessário falarmos na chegada das caravelas a Lisboa nem occuparmos nossa escriptura no recontamento da venda dos mouros, assim como o achamos no traslado de Afonso Cerveira, de que tiramos esta história...» *Idem*, pag. 259. «E posto que achassemos o teor daquela carta, intitulada no primeiro livro que fez Afonso Cerveira, pelo qual proseguimos esta história...» *Idem*, pag. 393.

A carta, a que o cronista se refere neste passo, é aquela em que o Regente, a 3 de Fevereiro de 1446, concede a seu irmão D. Henrique o monopólio do comércio com as ilhas Canárias¹. Dêstes trechos, pois, se pode concluir que Cerveira escrevera um volume sôbre os Descobrimentos, o qual abrangia as viagens realizadas pelo menos até 1446; que Azurara o utilizou largamente; finalmente que o resumiu.]

h) O *Esmeraldo de situ orbis*, por Duarte Pacheco :

[Nem Góis, nem Barros o citam. Mas, — facto estranho — Barros na sua *Década* I, introduz alterações notáveis ao texto de Azurara e até alguns factos muito importantes, que êste não relata, como a referência a Jaime de Maiorca, e que todos se encontram no *Esmeraldo*. Um escritor estrangeiro, o primeiro que assinalou êstes últimos factos, num pequeno mas interessante estudo², observa : «Quand on voit avec quel soin l'auteur des décades a cité la chronique de Guinée, l'on cherche em vain la raison qui l'a déterminé a passer sous silence l'*Esmeraldo de situ orbis* de Pacheco Pereira, auquel il fait cependant de larges emprunts. Aussi ce n'est pas qu'il n'attache aucune importance au témoignage de cet écrivain. Au moyen de cette nouvelle source il complète Azurara et il est même curieux de constater qu'il préfère, en cas de contradiction, les données de Pacheco ».

¹ Alguns documentos do arquivo Nacional da Torre do Tombo, pag. 9.

² Dr. Jules Mees. *Les manuscrits de la «Chronica do descobrimento e conquista da Guiné»* par Gomes Eanes de Azurara et les œuvres de João de Barros, in *Revista port. colonial e marítima*, tomo 11, 1901-1902.

DO SIGILO NACIONAL

Adiante veremos que não é difícil encontrar a razão que obrigou Barros, e porventura Góis, se conheceu a obra, a calar o nome de Duarte Pacheco.

i) Desde 1474, em que Azurara faleceu, até 1497, data da nomeação oficial de Rui de Pina, sabe-se apenas da existência dum cronista-mor, — Vasco Fernandes de Lucena¹. Não se conhece de todo o tempo em que êle exerceu o cronistado, uma única página sua escrita, sôbre história, que justifique a sua longa permanência no lugar. ¿E' crível que D. João II durante todo ou quasi todo o seu reinado (Lucena já em 1484 era cronista-mor) o mantivesse nesse cargo sem qualquer proveito ou razão aparente?

Como vimos, a maior parte das notícias sôbre o desaparecimento de crônicas provêm-nos de Damião de Góis. Foi êle o único historiador que apontou êsses factos e os relacionou procurando dar-lhes uma explicação, tendo em cada uma das crônicas de D. Manuel e do Príncipe D. João dedicado ao assunto seu capítulo. Das duas foi esta última, como era natural, a primeira que escreveu; mas só a deu à estampa depois de composta e publicada a de D. Manuel. Esta foi impressa em 1566; aquella em 1568. E do próprio texto do capítulo VI da *Crônica do Príncipe*, em que versa o nosso caso, se depreende que êle a retocou, depois de ter escrito a de D. Manuel. O que escreve, pois, naquela crônica deve tomar-se naquilo em que divergem como a sua última e mais esclarecida opinião.

¿Como explica então o desaparecimento das crônicas? Tanto num como noutro dos citados capítulos atribui-o a furto. A diferença está em que na *Crônica de D. Manuel* é mais lato e claro na atribuição: « Dos quais logares recitados se vê na verdade ter Fernão Lopes escritas e acabadas todas as crônicas do reino, começando do conde D. Henrique até à delrei D. Duarte, que foram em numero de (?) doze, mas como se lhe roubou o louvor de tamanho trabalho, julgue-o quem o bem entender ».

¹ Vide Fr. Manuel de Figueiredo, *Dissertação histórica e crítica para apurar o catálogo dos cronistas mores do reino e do ultramar*, 1789, pag. 14, e João Pedro Ribeiro, *Memorias do Real Archivo*, 1819, pag. 58 e seg.

E adiante, quando fala das crônicas que Rui de Pina escreveu sobre os reis da primeira dinastia, observa que *em muitas partes tem semelhança de estilo com as de Fernão Lopes*, acrescentando depois que o texto das crônicas de D. Duarte e D. Afonso V da-quele mesmo autor pertence quasi sempre a Fernão Lopes e a Azurara. Góis lança, pois, sobre Pina a culpa de furtador, accusação esta que Herculano aceitou ¹.

Na *Crônica do Príncipe* já Góis não fala das crônicas da primeira dinastia, atribuídas a Fernão Lopes, ainda que continui a fazer para as restantes a insinuação de que houve furto. Aquelas deveriam ter constituído, segundo as próprias palavras de Fernão Lopes, o primeiro volume da sua história. Devemos separá-las, pois, das restantes, as únicas que interessam ao nosso estudo. Algumas razões nos levam ainda a fazer essa separação. Conta Góis, transcrevendo uma carta de João Rois de Sá, alcaide-mor do Pôrto, que as crônicas dos reis passados se tinham perdido em poder de Frei Justo, bispo de Ceuta, que D. Afonso V mandara vir de Itália para lhas verter em latim, e quando êle morreu de peste em Almada. Acrescenta além disso que D. João II mandou entregar a Rui de Pina umas crônicas dos reis antigos, que existiam em poder dum tal Fernão de Novais. Mas Pina já antes de 1490 fôra encarregado do officio de cronista por D. João II ² e o bispo D. Justo ainda em Abril de 1493 era vivo ³. Notemos igualmente que foi D. Manuel quem, segundo Góis, encarregou Rui de Pina de escrever as crônicas dalguns dos reis da primeira dinastia e que o documento em que D. João II em 1490 concede uma pensão a Rui de Pina reza assim: « esguardando ao trabalho e à occupação grande que Rui de Pina escriptvão da nossa camara tem com o carrego que lhe demos de escrepver e assentar os feitos famosos asy nossos como de nossos regnos que *em nossos dias são passados e ao deante se fizerem...* »

Ora o escrivão da câmara de D. João II, que o serviu nalgumas das suas embaixadas e conhecia os segredos da política nacional, *não podia escrever sobre os feitos dos dias, isto é, da vida do*

¹ *Opúsculos*, V, pag. 21.

² *Chancelaria de D. João II*, liv. 12, fol. 16.

³ J. P. Ribeiro, *Dissertações cronológicas*, t. V, pag. 199 e 252. Visconde de Paiva Manso, *História eclesiástica ultramarina*.

DO SIGILO NACIONAL

monarca, diminuindo e escondendo em grande parte, como fez, a obra dos Descobrimentos, sem ajustar nesse ponto pela mesma apertadíssima craveira as crónicas dos reis anteriores que igualmente versavam a empresa nacional. Podemos separar assim os desaparecimentos das crónicas não só no que toca à primeira e à segunda dinastia, como à missão de Pina no reinado de D. João II e no de D. Manuel.

O mesmo Góis acaba por separar um do outro facto, pois na *Crónica do Príncipe D. João*, a última publicada, se refere apenas ao desaparecimento das crónicas da segunda dinastia, relacionando-as desta vez e apenas com os Descobrimentos.

Notemos ainda que a grave acusação de Góis a Rui de Pina é claramente confirmada por Barros no que toca às crónicas de D. Duarte e D. Afonso V, de Azurara: « *E porque cada um não perca seu trabalho*, também escreveu a crónica deste Rei D. Afonso até á morte do Infante D. Pedro e a crónica del Rei D. Duarte seu padre, *as quais Rui de Pina que o succedeu no officio fez suas, pelo que emendou* e acrescentou nelas principalmente na del Rei D. Afonso, acerca das cousas que passaram depois da morte do Infante D. Pedro. »¹

O exame das mesmas crónicas de Rui de Pina, comparadas com a de D. João II, que é inteiramente sua e com as que foram escritas por Azurara, nos confirma na opinião de que Pina se apropriou do trabalho daquele.

¿ Como explicar então o furto de Rui de Pina ?

¿ Será que êle, corvo de D. João II, como Herculano insinuou, se quisesse apenas enfeitar com as penas de pavão dos anteriores cronistas ? É crível que êle assumisse tamanha responsabilidade, exactamente na época em que o relato dos feitos *emendados* interessava a muitos dos seus autores ou descendentes e quando existiam por certo muitos possíveis denunciadores desse furto ? Não ; segundo cremos, só o sigilo oficial sobre os Descobrimentos pode explicar o estranho facto.

Uma outra série de razões, que passamos a enumerar, nos confirma inteiramente nessa explicação do enigma.

a) Antes de mais nada convém observar que, pelo que diz

¹ Década I, liv. II, cap. II.

respeito à obra de Azurara, apenas desapareceram as crónicas que certamente se referiam a Descobrimentos. De tôdas as restantes e que hoje se conhecem existiam, antes da impressão, e existem numerosos apógrafos nas Bibliotecas Nacional, Municipal do Pôrto, da Academia de Ciências e Tôrre do Tombo.¹

b) Na *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina, não se fala de Descobrimentos.

c) Na de D. Afonso V, do mesmo cronista, apenas um capítulo se refere muito ligeiramente à grande empresa nacional. Foi o mesmo Góis quem primeiramente o observou: «...porque nas crónicas del Rei D. João e del Rei D. Duarte, seu filho, nenhuma cousa se trata do que toca a estes descobrimentos e na del Rei D. Afonso quinto, seu neto, em um só capítulo, onde se escreve o falecimento do Infante D. Henrique, conta este crónista, brevemente, algumas cousas das que até então passaram...»².

d) Na *Crónica de D. João II*, isto é, quando os Descobrimentos dominam tôda a política do Estado, apenas dois ligeiros capítulos lhes são expressamente dedicados.

e) Sobre as explorações atlânticas, a ocidente dos arquipélagos dos Açores, Madeira e Cabo Verde, realizadas desde o reinado de D. Afonso V e continuadas em tempo de D. João II, nem uma palavra existe nas respectivas crónicas. Todavia, uma dessas expedições, ordenada por êste último monarca, e antes da primeira partida de Colombo, a de Pedro de Barcelos e João Fernandes Lavrador, à América do Norte, alcançava a «parte do norte», segundo os documentos autênticos do tempo.

O ajustamento e simultaneidade dêstes factos, bastaria, se outras razões mais poderosas não tivessemos, a evidenciar que uns se explicam pelos outros, ou melhor que tanto o desaparecimento das crónicas como o silêncio de Rui de Pina sobre os Descobrimentos se filiam no segredo que envolveu desde o comêço a empresa nacional. As crónicas que versavam os Descobrimentos foram sequestradas ou destruídas, tal como

¹ Vide introdução do sr. Edgar Prestage à versão inglesa da *Crónica da Guiné* (da *Hakluyt Society*), vol. I, pag. 60 e seg. e Introdução do sr. Esteves Pereira à sua edição da *Crónica da tomada de Ceuta*.

² *Cron. do Príncipe D. João*, cap. VI.

DO SIGILO NACIONAL

os nossos grandes feitos navegadores desapareceram das obras de Rui de Pina.

Nem este assumiria a grave responsabilidade de chamar suas as alheias crónicas, quando muitos testemunhos o poderiam delatar, se lhe não tivessem dado o encargo de as *emendar*, como diz Barros, isto é, de apagar delas tudo o que pudesse informar os estranhos sobre as causas íntimas e muitos dos resultados da empresa nacional. Qual a alma vil e peca de cronista, que na sua história de mótu-próprio calasse ou diminuisse as nossas maiores façanhas, se alguma grave razão de Estado o não tivesse coibido? Como explicar o desaparecimento duma série tão notável de crónicas se uma razão comum o não justificasse?

Em abôno desta opinião devemos lembrar ainda alguns factos semelhantes e já hoje assentes.

f) Da série de crónicas desaparecidas ou caladas, durante o tempo em que os Descobrimentos foram o eixo de toda a vida nacional, devemos aproximar o mistério que nesta mesma época envolveu os livros que versavam a arte náutica, em que fomos os mestres da Europa. O mais notável dêles, o *Regimento do astrolábio*, espécie de manual prático para ensinaça de marinheiros, e que estes dois cronistas igualmente calaram, tornou-se tão raro que da primeira edição conhecida só ha poucos anos tivemos notícia pelo exemplar único da Biblioteca de Munich, que o sr. Joaquim Bensaúde estudou e publicou pela primeira vez. O mesmo ilustre historiôgrafo conclui que o desaparecimento total duma primeira edição dessa obra e a extrema raridade da segunda, foram deliberadamente provocados.

g) Os documentos da cartografia portuguesa do século xv desapareceram também inteiramente.

h) A mesma sorte ainda tiveram muitos dos documentos originaes, que mais nos poderiam elucidar e se referiam a terras ou ilhas descobertas, as instruções dadas aos navegantes e os seus respectivos relatórios.

Uns e outros factos têm sido explicados pela mesma razão: o segredo nacional.

Finalmente outras razões demonstram, por assim dizer, a nossa afirmação.

i) Quem meditar na compreensão da história que sucessiva-

mente tiveram Lopes, Azurara e Pina depressa compreenderá que êste despojou as crónicas daqueles, ao *emendá-las*, de muitos dos factos e pormenores, que encarnam o povo na vida da nação e tornam forte e palpitante o seu relato. Quem ler a *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, na parte que hoje conhecemos, e onde se sentem tumultuar os interêsses e paixões das classes e onde a burguesia e os mesteres, mais organizados, substituindo-se a uma nobreza dividida, inspiram, servem e amparam os heróis nacionais; ou as crónicas da Guiné e dos condes de Menezes, de Azurara, onde tantas vezes transparecem os grandes objectivos nacionais, e ainda a intervenção das classes, posto-que sem o vigor daquele, mas sempre tão minuciosas, tão humanas em certos passos e tão severas por vezes no juízo dos homens,—e as comparar às crónicas de Rui de Pina, maiormente às do *Africano* e do *Príncipe Perfeito*, onde a nação se apaga e mal rasteja como uma sombra aos pés do trono, anémicas, escassas, subservientes, constatará com dor que as dêste último são um pálido resumo das crónicas dos seus antecessores, que êle aproveitou, e representam com a sua monstruosa deformação uma imensa e irremediável perda para a história nacional.

j) Desde já podemos dar a prova dêsse facto. Em várias das suas crónicas Azurara, para evitar delongas ou repetições, remete o leitor para a crónica geral do reino ¹. Dois passos, por exemplo, da *Crónica da Guiné* mostram-nos que Azurara relatou na sua *Crónica de D. Afonso V*, factos relativos aos Descobrimentos, que Rui de Pina mais tarde totalmente eliminou. « E era ainda ai Palenço, que era um homem que tinha feito mui grande guerra aos Mouros, e que toda sua vida dispendeu em serviço de Deus e do reino, cometendo e acabando por si mui grandes feitos, *segundo temos falado na crónica geral*, depois que Ceuta foi tomada » ². O corsário Palenço, como se depreende das crónicas dos Condes de Menezes, de Azurara, e principalmente da *Historia de las Indias*, de Las Casas, desempenhou papel importantíssimo na defesa do estreito de Gibraltar e no impedimento armado das novas navega-

¹ Pelo que toca à *Crónica da Guiné*, vejam-se por ex. as pag. 4, 31, 63, 68 e 69, 235, 237 e 334.

² *Crónica da Guiné*, pag. 237.

DO SIGILO NACIONAL

ções atlânticas aos castelhanos ¹. Rui de Pina calou êsses feitos culminantes para a compreensão da nossa empresa. Ainda outra remissão de Azurara: « E da primeira vinda destes Canareos a este nosso reino e doutras muitas cousas que se passaram acerca deles, *falaremos mais compridamente na crónica geral dos feitos do nosso reino.* » ²

Êstes canareos, segundo tôdas as probabilidades, ³ devem-nos ter auxiliado na guerra contra os castelhanos nas suas ilhas natais, mas tôda a história dessa longa luta que terminou pela posse das ilhas e sem a qual se não pode compreender o nosso vasto plano dos Descobrimentos, foi eliminada das crónicas de Rui de Pina.

Provado temos, pois, que não só Rui de Pina se apropriou das crónicas dos seus antecessores, como delas omitiu passos fundamentais para a história dos Descobrimentos.

Acrescentemos ainda que de tôda a *Crónica da Guiné*, ou antes do I volume, que nos é conhecido, e abrange os Descobrimentos até ao ano de 1448, Rui de Pina aproveitou apenas o que basta *para parte dum único capítulo* nas suas duas crónicas de D. Duarte e D. Afonso V. ¿ Descaso do cronista ou dos dois príncipes, o *Perfeito* e o *Venturoso*, ao serviço dos quais êle escreveu? Mas durante a primeira quarta parte do reinado de D. Afonso V e quando os Descobrimentos estavam apenas no começo e mal se podiam sonhar as suas conseqüências, dois cronistas, Cerveira e Azurara, eram encarregados de os relatar minuciosamente. Como se pode conceber que em menos conta fôsem tidos êsses feitos, quando por via dêles a nação culminava o apogeu da glória e do poder e de súbito se antepunha em acção civilizadora e transformadora do mundo a tôda a Europa?!

Perante esta série de factos não podem ficar dúvidas de que houve um deliberadíssimo propósito de calar na historiografia oficial do tempo a obra dos Descobrimentos, e que, sendo assim, igualmente se impunha fazer desaparecer dos documentos escritos tudo o que necessariamente se lhe prendesse.

Rui de Pina só em 1497, isto é, já no reinado de D. Manuel, era investido no cargo de cronista-mor, que Vasco Fernandes

¹ *Hist. de Las Indias*, pag. 150.

² *Crón. da Guiné*, pag. 334.

³ Veja-se *Visconde de Santarém*, « Quadro Elementar »..., vol I, pag. 253.

de Lucena, o chanceler-mor do civil lhe cedia¹. Todavia, já antes de 1490, como vimos, ele fôra encarregado de escrever os feitos famosos do Rei e do Reino, por D. João II. ¿A que vinha êsse encargo confiado ao escrivão da câmara, se o ilustre Vasco de Lucena, grande doutor *in utroque jure*, orador e diplomata, figura preeminente da nação, era o cronista-mor?

Conforme cremos, a razão está em que nem todos se prestavam à tarefa de extorquir, mutilar ou destruir o alheio labor, defraudando a uns a glória dos feitos e a outros o mérito de os ter perpetuado, ainda que sob a fácil indulgência da razão do Estado.

A ilustrar o nosso estudo vai a reprodução duma iluminura com que abre o manuscrito da *Crónica de D. Afonso V*, feito no comêço do século xvi, e desde então guardado no Arquivo Nacional, na qual estão representados, e, segundo os entendidos, com todos os caracteres do retrato, Rui de Pina, o autor da *Crónica*, e D. Manuel, o monarca, a quem foi oferecida. Lá se vê, moreno, grisalho e gordo, envolto em rico manto, e farto das benesses que fruía, o cronista, de giolhos em terra aos pés do trono, ofertando ao monarca o seu inglório e minguido epítome.

Adiante veremos que outras razões mais nos convencem de seus *furtos* e *emendas*, e ao mesmo tempo o inocentam em grande parte dêles.

A «CRÓNICA DA GUINÉ» FOI MUTILADA E TRUNCADA

Voltemos agora à *Crónica da Guiné*. De há muito, e sempre que a líamos, ainda que como livro de consulta e sob algum dos seus aspectos parciais, ficavamos com a impressão mal definida de que havia através dela, mormente nos últimos capítulos, ou fôssem insuficiências de relato, ou desconexões ou soluções de continuidade, que a tornavam abortiva e falha. Suspeitosos de que o cronista soubera mais do que nos dizia na sua *Crónica*, e impressionados ainda com a estreiteza dos resultados obtidos pelo

¹ *Chancelaria de D. Manuel*, liv. 29, fol. 25.

DO SIGILO NACIONAL

Infante, medidos pela invocação exclamativa do prólogo, donde era lícito supor que D. Henrique tivera vastos conhecimentos do Oriente, adquiridos pelos seus servidores numa série de viagens por terra, formulámos a hipótese de que o manuscrito de Paris não correspondesse integralmente ao primitivo original. Demo-nos então a uma análise da *Crónica*, o mais minuciosa e paciente que pudemos, pela única edição impressa, a do visconde de Carreira.

Em vez de apresentarmos ao leitor as nossas conclusões, segundo o processo por que as conseguimos alcançar, vamos seriá-las conforme a ordem lógica e por maneira que as faça ressaltar com maior evidência.

Quando o leitor atento, folheando a *Crónica*, entra na última parte, chegado aos capítulos 71.^o a 73.^o (a obra tem noventa e sete), notará que o cronista, sem que nenhum facto até aí relatado o possa explicar, dá um balanço à obra do Infante realizada até ao começo do ano de 1446, sumariando nos dois primeiros alguns informes sobre a geografia física e política do noroeste de África, visitado por nós, assim como sobre os costumes dos respectivos habitantes, e declarando no seguinte o número de caravelas ali enviadas até àquela data, ou sejam cinquenta e uma e o número de léguas de costas exploradas, que vem a ser quatrocentas e cinquenta. Quanto ao número de cativos trazidos para o reino, Azurara promete referi-lo mais adiante, como com efeito vem a fazer no fim da obra, mas abrangendo então a mais os anos que vão até ao fim de 1448. Daqui é lícito inferir que daquela data por diante, isto é, de 1446, qualquer circunstância marcava uma época nova na obra do Infante, e no que expressamente tocava aos descobrimentos. Se rebuscarmos nos restantes capítulos, não encontramos, todavia, nada que justifique esse balanço final referido àquela data.

Notemos já que, fazendo o reconto de todos os navios que foram às novas terras descobertas, em vez de 51 encontramos 53. Mas, como Azurara se refere expressamente a caravelas, tirando da soma pelo menos uma barca, dois varineis, dois navios e uma fusta, aquele número fica reduzido a 47. Além disso também na cronologia das viagens até àquela data se diria que há soluções de continuidade. De 1443 até ao começo de 46, o relato da *Crónica* passa duma viagem para outra sem especificar a data claramente, dizendo, entanto, «aquele ano» ou referindo o dia

e o mês, e ainda factos sincrónicos, como se anteriormente o ano ficasse declarado.

Em cronista tão minucioso aquele êrro de soma e esta obscuridade cronológica, quando é certo que nos outros passos do relato êle se mostra por demais solícito em fazer notar as passagens dum ano a outro, dão direito a supor que exista qualquer lacuna na série das viagens até àquella data realizadas. Mais adiante veremos que há motivos sérios para cre-lo.

Analisemos agora a parte da *Crónica* que imediatamente continua o balanço das caravelas enviadas e das léguas percorridas.

O leitor observará que imediatamente a seguir a êsse capítulo em que Azurara implicitamente fecha uma época navegadora, êle começa a falar sucessivamente do descobrimento das Canárias, Madeira, Pôrto Santo e Deserta, e se refere a algumas das ilhas dos Açores. Dir-se ia assim, relacionando o estranho seguimento duns e dos capítulos restantes, que uma nova direcção nos descobrimentos, quere dizer, para ocidente do Atlântico, — fôra para o autor a razão divisória oculta entre as duas épocas navegadoras. Mas é certo que tôdas as ilhas a que se refere Azurara foram descobertas antes de 1446 e desde o fim dêsse ano até ao fim de 1448, último a cujos feitos se refere a *Crónica*, a darmos crédito a Azurara, por tal forma diminuiu a actividade descobridora, que o cronista refere unicamente três capítulos a êsses dois anos, sem que qualquer das expedições relatadas seja pròpriamente de descobrimento. Poder-se-ia assim alegar que a ausência de avanços exploradores bastava a justificar aquele balanço de Azurara. Mas ainda depois disso, e antes daqueles três capítulos, isto é, durante 1446, êle relata a segunda viagem de Álvaro Fernandes, cujo êxito explorador, como nota o cronista, excedeu em extensão e alcance tôdas as anteriores. Há, pois, a acrescentar ao mistério daquela divisão essa inexplicável pouquidade nos feitos relatados durante os últimos dois anos a que se refere a *Crónica*.

Se o leitor quiser agora mais atentemente ler essa última parte da obra de Azurara, concluirá com pasmo que ela não só está mutilada, mas truncada.

É desde logo de estranhar que tendo o cronista referido, com relativa minúcia, as circunstâncias em que se deu o descobrimento das Canárias, da Madeira e Pôrto Santo, não diga uma

DO SIGILO NACIONAL

palavra sobre o descobrimento dos Açores, referindo-se apenas e perfunctòriamente ao seu povoamento.

Vejam os como êle se refere a estas ilhas. Num mesmo capítulo e depois de ter falado circunstanciadamente do descobrimento e povoamento daquellas, entra assim, de súbito, no assunto :

«E na era de mil e iii^{er}v (1445) anos mandou o Iffante a huũ cavalleiro, que se chama Gonçallo Velho, comendador que era na ordem de Xpo, que fosse povoar *outras duas ilhas*, que estão afastadas daquellas CLXX legoas ao noroeste; e hũa daquellas começou o iffante dom Pedro de mandar povoar com prazimento de seu irmão e seguiu-se sua morte em breve, pello qual ficou depois ao Iffante dom Henrique, e a esta posera o iffante dom Pedro nome a ilha de Sam Miguel, pela singullar devaçom que el sempre ouvera em aquelle sancto. E também fez o iffante D. Henrique tornar aa *ilha de Porto Sancto* Bertollameu Perestrello, aquelle que primeiramente fora com Joham Gilz e com Tristam, que a fosse povoar; pero com a multidam dos coelhos, que casy som infiindos, nom se pode em ella fazer lavra, soomente se criam ally muytos gaados, e apanham sangue de dragom, que trazem a vender a este regno, e assy levam a outras muytas partes. E foe lançar gaado em outra ilha, que está a sete legoas da *ilha da Madeira*, com entençom de a mandar povoar como as outras, a qual se chama *a ilha Deserta*.

«E destas VII ilhas as quatro som tamanhas como a da Madeira e as tres mais pequenas. E por acrescentamento da ordem de Xpõ, cujo governador o Iffante era ao tempo da dita povoaçom, deu aa dicta ordem todo ispiritual da ilha da Madeira e do Porto Santo e todo o spiritual e temporal da outra ilha de que fez comendador Gonçalo Velho, e mais da ilha de San Miguel lhe deixou o dizemo e ameetade dos açucaraes»¹.

Se o texto por mais nada se não tornasse estranho que não fôsse por não dizer uma palavra sobre o descobrimento dos Açores,

¹ Pag. 389 a 391.

e se outras averiguações nos não revelassem o significado que ainda em vida do Infante aquele facto assumia, atribuiríamos apenas o silêncio de Azurara à circunstância do arquipélago ter sido conhecido antes que D. Henrique tivesse começado a sua empresa.

Com efeito, já algumas cartas do século XIV mencionam o arquipélago e desde 1439 pelo menos que nós conhecíamos sete das suas ilhas. Veremos adiante que só em 1452 se descobriram as duas restantes e só no fim desse ano esse facto foi conhecido em Portugal. Não há por outro lado dúvida de que falando de sete ilhas, quatro das quais são tamanhas, como a da Madeira e as outras mais pequenas, se referia aos Açores. Observaremos também, que tendo anteriormente falado apenas da Madeira, Pôrto Santo, Deserta e mais duas ilhas, uma das quais S. Miguel (a outra era S.^{ta} Maria), quando emprega a expressão, — *destas sete ilhas*, — se não podia referir àquelas, quanto mais que a Madeira entrava como termo de comparação de quatro delas.

Pedimos ao leitor que volte agora a ler o trecho do cronista. Colocámos propositadamente uma linha pontuada entre a frase que termina... «ilha Deserta» e a que começa: «E destas VII ilhas...» apenas para chamar a atenção sobre a estranha falta de seqüência que há entre as duas frases. No texto elas estão seguidas e no mesmo parágrafo.

Ora não se tendo até ali falado senão em duas ilhas dos Açores e empregando-se a expressão *destas*, que, segundo a sua função gramatical, se refere a um objecto imediatamente anterior, é evidente que na cópia foi suprimida uma frase pelo menos. Erro de copista, apenas? Não deparamos em toda a *Crónica* outro caso semelhante que nos aconselhe tal explicação. Desleixo casual do cronista? Azurara pode ser e tem sido acusado de prolixo; e nêle, com efeito, se podem apontar os inúteis desdobramentos e enfeites do discurso, mas nunca um descaso, que atingisse a falta de seqüência lógica e gramatical.

Resta a terceira hipótese: — o texto foi propositadamente mutilado. Até que ponto? E que facto ou factos se apontavam no passo eliminado? Note-se que duma para outra frase se passa não só para um objecto novo do discurso, como se menciona uma circunstância que não tem ligação alguma nem com a parte anterior nem subsequente do capítulo. De facto, referindo-se a

DO SIGILO NACIONAL

mais cinco ilhas dum grupo de que até aí apontara apenas duas, continua no período seguinte e final do capítulo a falar sòmente das mesmas duas. Podemos, pois, supor que o passo eliminado, além de ser grande, contava mais do que um período, muito provavelmente. Outras tantas razões para rejeitarmos as primeiras hipóteses. ? Que se poderia então conter naquele passo que justificasse uma mutilação propositada? Antes de respondermos continuemos a examinar a *Crónica*. Abre o penúltimo capítulo da obra pela seguinte forma :

« Cynco razões pus no começo deste livro por que o nosso magnanimo principe foe movido a mandar seus navyos tantas vezes sobre o trabalho desta conquista ; e porque das quatro me parece que vos tenho dado abastoso conhecimento nos capitollos onde falley da devisam daquellas partes do Oriente, ficame pera dizer da quinta rezom, poendo certo numero a as almas dos infieis que daquellas terras vierom a esta... » ¹

Ora, por mais que busquemos nos títulos dos capítulos anteriores e no próprio texto dêles, *não se encontra em tôda a Crónica nenhum que verse a divisão das partes do Oriente*. Daqui se pode concluir que êsses capítulos foram propositadamente eliminados.

Algumas objecções se podem, todavia, levantar. Importa em primeiro lugar saber o que na pena de Azurara, e dentro dos conhecimentos geográficos da época, significava essa expressão — « as partes do Oriente ». Num outro passo do seu livro êle emprega a mesma ou uma expressão equivalente : « E isto me parece que não é de duvidar que no livro de Marco Paulo se diz que geralmente se costumavam estas cousas entre muitas nações daquellas partes orientais... » ². Desta feita não pode restar dúvida sôbre o significado da expressão. *Aquellas partes do Oriente* ou *orientais*, referidas ao livro de Marco Paulo, tinham na pena de Azurara a mesma aproximada significação que na dum geógrafo moderno. A única diferença possível proviria de que na geografia da Idade Média uma parte da África Oriental era in-

¹ *Crónica da Guiné*, pag. 454.

² Pag. 227.

cluida sob a designação de Índia menor, e possivelmente do Oriente. Com efeito em outro passo do seu livro êle emprega a expressão — « nações orientais » e dessa vez depois de ter enumerado sucessivamente os *garamantes* (vaga expressão que envolvia não só os habitantes do Fezzan e parte do Bornu, mas ainda, segundo uma nota da *Crónica*, os *tregoditas*, a sueste do Egipto, à beira do Mar Vermelho); os *etiópios* (cuja situação, conforme várias referências da obra, devia corresponder para o cronista à Etiópia de hoje, ao Sul do Egipto, com âmbito mais vasto, e, naquele tempo, ao famoso reino do Preste João), os *Índios maiores* (ou seja, segundo a geografia medieval, da Índia cis- e transgangética), os *índios menores* (isto é, do sudoeste da Ásia com a Etiópia) e os *vizinhos do Nilo*, « que ocupam os termos da antiga Tebas »¹. Mesmo assim e admitindo que a expressão « nações orientais », envolva todos êstes povos, temos que a limitar à Ásia e parte do oriente de África.

Entramos nestas minudências porque nos dois capítulos a que já nos referimos, imediatamente anteriores ao balanço dos trabalhos náuticos até 1446, e implicitamente àquela referência, de que estamos tratando, ou sejam, o LXXVI, — *Como o autor começa de falar na maneira daquela terra*, e o seguinte, — *Das cousas que aconteceram a João Fernandes* — Azurara dá algumas ligeiras noções geográficas sôbre o norte e designadamente o noroeste de África. Poderia assim levantar-se a objecção de que houvesse apenas no manuscrito de Paris um êrro de copista, e em vez de Oriente no texto primitivo estivesse Ocidente. A essa hipótese duas razões se opõem terminantemente. Com efeito a expressão générica Ocidente nunca poderia aplicar-se em sentido restrito ao norte e noroeste de África. Demais o cronista afirma que nesses tais capítulos deu « abastoso » (abundante) conhecimento das razões que levaram o Infante a enviar navios à conquista da Guiné. Essas quatro razões foram, segundo a ordem por que o cronista as enumerara no capítulo VII: 1.^a aquela que diríamos de interêsse científico; 2.^a a do interêsse comercial; 3.^a a do interêsse militar, isto é, conhecer o poderio dos mouros naquelas partes; 4.^a a do interêsse militar e religioso, ou seja averiguar

¹ Pag. 10 a 12.

DO SIGILO NACIONAL

se naquelas partes haveria algum rei cristão que o quisesse auxiliar na luta contra os infiéis. Se é certo que naqueles dois capítulos se fazem ligeiras referências que podem interessar à primeira e à terceira razão, outro tanto não sucede com as outras. Poderia supor-se, quanto à última, que o Infante tivesse concluído pela negativa; mas, por um dos derradeiros capítulos do livro, o LRIII, — *Como Vallarte foi à terra da Guiné e por que maneira foi sua ficada*, concluimos que o Infante, ainda no último ano a que se refere a *Crónica* (1448), supunha, por informações que lhe haviam dado, que em terras da Guiné existia um rei cristão.

Podemos, assim, afoitamente concluir dessa discordância entre aquela passagem da *Crónica* e o seu contexto que o manuscrito de Paris, ou seja, a *Crónica*, tal como hoje se conhece, *está truncada, pois dela foram eliminados alguns capítulos sobre a geografia do Oriente, os quais se relacionavam com as razões que impeliram o Infante para os Descobrimentos*.

Além disso o próprio capítulo LXXVI, acima referido, e em que o autor «começa de falar da maneira daquela terra», conserva indícios de ter sido mutilado. Aqui não se trata duma falta de seqüência gramatical, mas antes duma desconexão lógica entre êle e o texto restante da *Crónica* e a verdade histórica já hoje averiguada, entre os períodos do mesmo capítulo e até entre as partes do mesmo período. Nêle propõe-se o cronista tratar, conforme começa por dizer, «da devisão daquelas terras, por onde as nossas gentes andaram». Ao contrário, fala sumariamente da navegabilidade das costas e dos costumes dos Azenegues, acrescentando apenas o número de lugares povoados, que há entre o Bojador e o reino de Tunis, e uma ligeira referência a um lugar, chamado Oadem.

Sabemos, porém, pelo que se diz no cap. XV e anteriores, que o Infante tivera largas informações daquela terra pelo cavaleiro mouro Adahu, que em 1441 fôra aprisionado e trazido a Sagres. Azurara claramente informa: «... pello qual o Iffante foe em conhecimento de *mui grande parte das cousas* daquella terra donde elle morava». Diogo Gomes, servidor e contemporâneo do Infante, na sua *Relação*, é mais expresso. Depois de referir várias das informações que êsse cavaleiro mouro dera ao Infante, termina: «E disseram que frequentemente 300 camelos

voltavam de Tombuctu carregados de ouro. E esta foi a primeira notícia que houve do ouro e donde se encontraria a sua origem. » Essas, — as informações que diziam respeito ao comércio do ouro e às vias de penetração até aos respectivos centros produtores, — é que interessavam a D. Henrique, como a qualquer outra nação do sul da Europa, que se entregasse ao comércio ultramarino em África. Tais informes, demais, deveriam ter apenas confirmado e acrescentado os conhecimentos, que o Infante alcançara, quere durante as estadas em Ceuta, quere por determinadas fontes cartográficas, como a carta catalã de 1375. E êle por certo conhecia êsse notável monumento cartográfico, que representava o saber contemporâneo dos cartógrafos judeus do Aragão¹, por mestre Jaime de Maiorca. Comparado aos muitos e preciosos dados sôbre as vias de comunicação do noroeste de África, que aquela carta indica, é duma ridícula pobreza o que Azurara aponta. Temos tôdas as razões para afirmar que o Infante sabia muito mais do que nesse capítulo se diz. A cidade de Tombuctu, cujo acesso era quási tão ardentemente desejado nesse tempo como o do reino do Preste João, nem sequer é mencionada. No entanto os informes que o Infante completou com a vinda de Adahu foram tão decisivos que o levaram logo a pedir de novo ao Papa a bula de concessão para comerciar com os mouros naquelas partes.

Neste capítulo, de que estamos tratando, se vê, a-pesar disto, que êsses conhecimentos foram suprimidos. Assim, depois de ter começado por falar da navegabilidade das costas descobertas, o cronista passa imediatamente para a «terra dos Negros...» quando, como era lógico, e conforme à promessa anterior de tratar da divisão daquelas partes, deveria anteriormente ter falado da região dos Azenegues, aliás, àquela data, muito mais minuciosamente conhecida. Também nesse mesmo período em que trata da «terra dos Negros» atribui a êstes costumes, que evidentemente são dos Azenegues. ¿Confusão ou ignorância de quem não conhecia bem a divisão e costumes dêsses povos? Não, porque no capítulo seguinte, como depois na *Cró-*

¹ Joaquim Bensaúde. *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*, pag. 85 e seg.; Ch. de la Roncière, *Relation de voyage datée du Touat*.

DO SIGILO NACIONAL

nica restante, êle distingue muito claramente os Alarves, Azene-gues e Bárbaros (Berberes) dós Mouros pròpriamente ditos, que os limitam pelo Norte, e dos Negros, pelo Sul. Observemos ainda que o próprio Visconde de Santarém, nas notas, com que ilustra êsse capítulo, faz notar certa obscuridade inexplicável no texto. O seu exame atento convence-nos de que é composto de retalhos dum primitivo texto, versando a divisão das novas terras descobertas, segundo os verdadeiros informes que o Infante já nessa altura possuía e uma ordem que não fôsse, além de ilógica, absurda.

Daqui se pode concluir que da *Crónica* foram igualmente eliminados os mais importantes informes que diziam respeito à geografia comercial do Noroeste africano.

Resumindo: 1.º na *Crónica* estabelece-se uma divisão entre Descobrimientos, que nenhuma passagem do texto de seguida justifica; 2.º da comparação entre o número de caravelas, cujas viagens até 1446 são relatadas, e a soma total que o cronista indica, assim como do exame da cronologia respectiva, conclui-se que no texto falta o relato ou referência a uma ou mais viagens; 3.º o mesmo texto foi mutilado na altura em que se descrevia o arquipélago dos Açores e possivelmente se referia alguma das viagens do seu descobrimento; 4.º foram suprimidos não só os informes sôbre a geografia comercial do Noroeste africano, como sôbre as partes do Oriente, nas suas relações com as verdadeiras causas do empreendimento do Infante.

QUAIS OS FACTOS QUE TERIAM SIDO ELIMINADOS?

Além dessas mutilações feitas sôbre um manuscrito primitivo, temos as maiores razões para afirmar que a mesma crónica nesse original já representava uma falsificação propositada, quere por omitir, quere por desvirtuar certos factos da maior importância. Constituindo alguns dêles afirmações inéditas, de exposição e prova longas, o que êste estudo não comporta, somos forçados a indicar aquêles factos sumariamente e apenas até onde por agora pretendemos chegar.

a) VIAGENS POR TERRA AO PRESTE JOÃO E À ÍNDIA. No II capítulo da *Crónica da Guiné*, — *Invocação do autor*, Azurara faz a estranha afirmação de que o Infante fêz grandes «dádivas de dinheiros e de

roupas, passagêes de navios, gasalhado de pessoa» a Garamantes, Etiópios e Índios maiores e menores, «que por visitaçom do apostollo, ou cobiçosos de veer a fremosura do mundo, chegaram a as fiins da nossa Espanha». Esta afirmação de que os habitantes da Índia e do reino do Preste João tivessem espontâneamente visitado Portugal, ainda que nos navios do Infante, era de facto tão estranha e vem no texto envolta em tamanhas abstrusões retóricas, que passou até aqui despercebida, posto que uma nota do texto original confirme aquela estada em Portugal. Na seqüência do discurso, logo no período seguinte, Azurara volta a fazer outra não menos extraordinária afirmação,—a de que os habitantes do Egipto, nos têrmos da antiga cidade de Tebas, traziam naquele tempo vestidos com a divisa (as armas) do Infante, especificando que as mulheres ostentavam jóias de ricos labores de ouro e prata, que para ali tinham ido à custa do Infante e levadas pelos seus servidores, que tresmudavam «nas fiins do oriente as cousas criadas e feitas no occidente». Desta vez era forçoso concluir que os servidores do Infante fizeram viagens por terra, de carácter commercial, não só ao interior do Egipto, como ao Oriente mais longínquo, segundo a afirmação genérica do autor. Êste facto, junto às passagens em navios do Infante, anteriormente referidas, já podiam explicar que tivessem estado em Sagres os Índios e os Etiópios. Por certo a falta de qualquer confirmação destas afirmações fêz que os historiadores até aqui as tivessem inteiramente desprezado. Tivemos a felicidade de estabelecer entre certos factos isolados, já antes conhecidos, e um documento há pouco publicado o fio de ligação que vem definitivamente comprovar aquelas afirmações de tão vasto alcance para a história dos nossos Descobrimentos.

Há poucos anos, o illustre historiôgrafo sr. Pedro de Azevedo, ao ler na Tôrre do Tombo uma carta de quitação a Gonçalo Pacheco, tesoureiro-mor das cousas de Ceuta, descobriu nela uma passagem, que se apressou a comunicar à Academia de Sciências, da qual se depreende que em 1452 esteve em Portugal um certo Jorge, embaixador do Preste João ¹.

Bastaria êste facto para confirmar a afirmação de Azurara no

¹ Essa carta de quitação, que conhecemos na íntegra, graças à gentileza do sr. Pedro de Azevedo, e que é por vários outros títulos notável, pertence ao liv. I da *Chancelaria de D. Afonso V*, fol. 78.

DO SIGILO NACIONAL

que se refere à estada de Etiópios na côrte do Infante; e como não se compreende que um embaixador do Preste João viesse naquele tempo da Abissínia a Portugal, de mótu-próprio, mas antes e apenas a instâncias e por esforços de D. Henrique, assim se explicam as viagens ao Egipto e ao Oriente e as passagens dos orientais nos seus navios. Por um manuscrito do século xv, *Il Tratatto di Terra Santa e dell'Oriente*, do frade italiano Francisco Suriano, há poucos anos publicado, sabe-se que o curso do Nilo era a via de penetração dos europeus nas suas viagens ao Preste João. Assim o passo de Azurara se compreende inteiramente. Notemos desde já que o documento da chancelaria de D. Afonso V vai mais longe que uma parte do próprio texto do cronista, confirmando a estada de etiópios entre nós, mas revelando a importância dêsse facto, pois se tratava duma embaixada do famoso Preste João, o que só por si torna viáveis as suas afirmações restantes. Para mais, dois anos depois da estada daquele embaixador em Portugal, em Junho de 1454, D. Afonso V concedia à Ordem de Cristo, de que era administrador o Infante D. Henrique, a espiritualidade da Guiné, da Núbia e da Etiópia¹. Esta junção da Núbia e da Etiópia não deixa dúvidas de que também aqui se trata do reino do Preste João. A mesma aproximação das datas o confirma, além de que não fôra natural a concessão do Rei, se os servidores do Infante não tivessem visitado aquela terra.

Ouçamos agora o que nos conta Diogo Gomes, um dos servidores do Infante, na sua *Relação do descobrimento da Guiné*, relatando uma viagem que fizera ao Gambia, em 1457: « O que eu quis experimentar mandando Jacob, indio, que o senhor Infante connosco mandou para que se chegassemos á India nos servisse de lingua, em terra, e mandei-lhe que fosse ao lugar que se chama Alcuzet... »². Se naquele ano o Infante tinha ao seu serviço um índio, que nos podia servir de língua, e por consequência aprendêra o português, de há mais tempo que devia residir em Portugal, o que não só confirma, mas esclarece as restantes afirmações de Azurara na *Crónica da Guiné*. E, ainda quando

¹ Veja-se *Provas da História Genealógica*, vol. I, pag. 445 e 446 e Cf. com o vol. II da *História Genealógica*, pag. 107.

² *Ob. cit.*, pag. 17.

êsse língua fôsse um *indio menor*, a comprovada exactidão dalguns dos factos por Azurara neste passo referidos, sabido que neste particular mais esconde que revela, dá-nos direito a ter por certo o que o cronista, em relação aos outros índios, igualmente afirma.

¿ Em que ano teriam começado as viagens por terra ao reino do Preste João e ao Oriente? Cremos que a mesma *Crónica* nos dá um ponto de referência para o avaliarmos. Ao enumerar as razões que levaram o Infante à empresa dos Descobrimientos, o cronista diz: «A quarta razom foe, porque xxxj (31) annos que avya que guerreava os Mouros, nunca achou rey christiaão, nem senhor de fora desta terra, que por amor de nosso senhor Jhū Xpō o quysesse aa dicta guerra ajudar. Querya saber se se acharyam em aquellas partes alguūs principes xpaãos, em que a caridade e amor de Xpō fosse tam esforçada, que o quisessem ajudar contra aquelles inimigos da fé»¹. O que se depreende dêste passo da *Crónica* é que, só 31 anos depois de ter começado a guerra aos mouros, isto é, depois de Ceuta (1415), por consequência em 1446, e também depois de ter procurado um rei cristão nas partes de África, êle o encontrou. Êsse rei cristão só podia ser o Preste João, donde nos parece lícito concluir que os seus servidores chegaram ao seu reino em 1446. Por mais estranho que se nos afigurem estas viagens neste tempo, devemos notar que a nossa penetração na Etiópia nem sequer um caso isolado representa. Pelo mesmo manuscrito a que já nos referimos, sabe-se que pelo menos desde 1455 vários italianos, um borgonhês e um catalão visitavam o reino do Preste João, levados pela cubiça de riquezas².

Esta série de factos, todos apoiados em prova documental ou relato coevo, constitui indício mais que suficiente para concluirmos que o Infante promoveu e realizou, antes de D. João II, uma série de viagens por terra ao reino do Preste João e às Índias, coroadas de amplos resultados. Essas viagens, averiguação até agora inédita, vêm definitivamente esclarecer, contra a opinião de Vignaud, os intuitos do Infante, que na verdade desejava alcançar a Índia pròpriamente dita e não apenas o reino do

¹ *Crónica da Guiné*, pag. 47.

² Pag. 84 e seg.

DO SIGILO NACIONAL

Preste João, sobre o qual muito antes da sua morte deixou de ter as ilusões que se lhe atribuem.

Finalmente estes factos vêm igualmente explicar que na *Crónica* existissem os capítulos sobre a *divisão das partes do Oriente*, das quais elle teve conhecimento tão directo. Caladas as viagens no seu alcance e pormenores, era lógico que se omitissem os conhecimentos tão importantes, a que tinham levado.

b) O MISTÉRIO DO DESCOBRIMENTO DOS ARQUIPÉLAGOS ATLÂNTICOS. Ainda ninguém, que o saibamos, acentuou suficientemente que uma grande obscuridade envolve a história dos nossos primeiros esforços em relação aos arquipélagos atlânticos. Segundo a versão de Azurara, o descobrimento da Madeira e Pôrto Santo fez-se por influência de Deus, que desejando «encaminhar tanto bem para este reyno... guyouhos assy que com tempo contrario chegaram aa ilha...»¹. Ora sabemos hoje que já nalgumas cartas do século XIV figura a ilha da Madeira, e com esse mesmo nome, *y di legname*. Além disso já Brito Rebêlo afirmava que a ilha da Madeira era visitada no tempo de D. Fernando, o que conclui da designação de Machico dada a uma parte da ilha e da existência dum mestre de barca e dono duma nau, com aquele mesmo nome, em tempo daquele rei². O que nos parece, pois, mais provável é que os navegadores do Infante ali tivessem ido deliberadamente e não pelos acasos do mau tempo. A versão de Azurara deve ser uma fábula política, inventada adrede para afastar os concorrentes eventuais à posse do arquipélago.

No que toca à acção dos portugueses nas Canárias, cujas primeiras notícias conhecidas remontam a um período imediatamente posterior ao hipotético descobrimento da Madeira, também Azurara é singularmente omisso. Lembremo-nos que os factos a que já nos referimos, desairosos por vezes para nós nos resultados e dum tão alto significado nos propósitos, não eram muito de molde a ocupar a pena do historiador tão cauteloso, e quasi incondicional panegirista do Infante.

Quanto aos Açores, já fizemos notar que Azurara não diz uma palavra sobre o seu descobrimento, facto bem estranhável em quem teve à sua disposição os melhores testemunhos e documen-

¹ *Crónica da Guiné*, pag. 386.

² *Livro da Marinharia*, XXIII e seg.

tos coevos. Adiante apontaremos um facto, que nos auxiliará a explicar êsse silêncio. Por agora diremos que o único escritor contemporâneo que se refere a êsse descobrimento, Diogo Gomes, o faz desta maneira: «Em tempo o infante D. Henrique, *desejando conhecer as regiões afastadas do oceano occidental, se acaso haveria ilhas ou terra firme, alem da descripção de Ptolomeu*, enviou caravelas para procurar terras. Foram e viram terra a ocidente além do Cabo de *Finisterrae* umas trezentas léguas e viram que eram ilhas...»¹. Se com efeito os navegadores do Infante nas suas viagens já procuravam terra firme a ocidente, compreende-se bem que Azurara fôsse especialmente cauteloso ao falar dos Açores, base naval e ponto de partida para tais explorações.

Finalmente ainda hoje se não conhece ao certo a data do descobrimento das ilhas de Cabo Verde. Não obstante alguns historiadores contemporâneos se inclinarem para a opinião de que esse facto se tivesse dado em 1460, Damião de Góis, o mais consciencioso e exacto de todos os cronistas que se referiram a esta época dos Descobrimentos, apoiado em Cadamosto, data-o de 1445, colocando a primeira viagem daquele veneziano em 1444². Mendes Trigoso, no prefácio às *Navegações* de Cadamosto, rectificando a respectiva cronologia com o próprio texto, chega a conclusões aproximadas. Observaremos apenas que a versão de Góis sôbre a data das duas viagens explicaria inteiramente a divergência que notámos entre o número de caravelas, que, segundo Azurara, o Infante enviou até 1446 e aquelas que segundo o relato das viagens se averigua terem ido.

c) VIAGENS DE DIOGO DE TEIVE PARA OCIDENTE DOS AÇORES. Fernando Colombo insere nas suas *Historie* um capítulo, o IX, sôbre os indícios que Colombo tivera da existência de terras a ocidente e que extractou dum livro de memórias do Almirante. Entre os muitos dados do maior interesse, que aí se apontam, relata Fernando Colombo que, em 1452 ou um pouco antes, um Diogo de Teive partira da ilha do Faial para sudoeste à procura da Antilha; que depois de ter andado cento e cinqüenta léguas naquela direcção regressara, e na volta descobrira a ilha das Flores; que depois se dirigira para

¹ *Relação das ilhas do Mar Oceano do Ocidente* a pag. 28.

² *Cr. do Príncipe D. João*, cap. VIII.

DO SIGILO NACIONAL

noroeste, até o cabo de Clear na Irlanda lhe ficar a leste e ter sinais de terra, a qual não teimara em descobrir porque estando em Agosto, se temera do inverno.

Não se referem os cronistas às duas explorações de Teive, mas uma série de documentos coevos confirmam que um escudeiro do Infante, com esse nome, descobrira as ilhas das Flores (Flores e Corvo) naquela data aproximadamente, pois em 1452 contratava com o Infante o estabelecimento dum engenho de açúcar na Madeira, em Janeiro de 1453 se fazia doação régia da ilha do Corvo, e em fins de 1452 já o navegador se encontrava em Portugal¹. A exactidão no nome, descobrimento e data das viagens e até o mesmo silêncio dos cronistas confirmam inteiramente o relato extraído dos apontamentos de Colombo. Acrescentemos que, segundo as *Historie*, foi o piloto de Teive, *Pietro di Velasco* (no italiano), que informára Colombo dessas explorações. Mais tarde, quando o filho de Pinzon, com as *Probanças* de 1432, instaura processo aos herdeiros de Colombo para lhes disputar a herança, algumas testemunhas, coevas da primeira viagem do genovês, afirmam que um *Pero Vasques*, piloto que servira com um Infante de Portugal, ensinára ao almirante o caminho das Índias, isto é, da América.

Por certo temos, pois, que já no tempo do Infante se fizeram explorações no Atlântico, à procura de terras a ocidente dos Açores. Havendo assim conhecimento em Portugal das viagens de Teive e descobrimento das Flores, antes que Azurara acabasse o I vol. da sua *Crónica* (terminada em Fevereiro de 1453), é possível que esses factos e a importância que o arquipélago assumia para as navegações do Infante, expliquem a mutilação que a *Crónica* sofreu, no capítulo em que se fala dos Açores.

d) A IXOLA OTINTICHA EM 1448. Finalmente as mutilações da *Crónica da Guiné* vêm dar novo interesse à célebre carta de Andréa Bianco de 1448, em que a sudoeste de Cabo Verde aparece uma terra com aquela designação na mesma latitude e forma aproximada do nordeste brasileiro. Segundo o nosso António Galvão, ter-se-ia descoberto uma terra a ocidente em data um pouco anterior a 1448. Oldham Yule, e depois d'ele outros mais, aceitaram o facto como

¹ Alguns *Documentos da Torre do Tombo*, pag. 14 e 41, *Arquivo dos Açores*, vol. I, pag. 21 a 28 e 250 e *Liv. I da Chancel. de D. Afonso V*, fol. 78.

o descobrimento do Brasil antes de 1448. O estudo desta questão exorbitaria os limites dum trabalho desta natureza. Limitar-nos hemos a fazer notar que a aceitação da opinião de Yule explicaria plenamente a estranha divisão das navegações feita por Azurara, antes de se referir aos arquipélagos atlânticos, mas que não é elucidada por nenhuma viagem posterior, no seu relato.

e) O SEGREDO DOS DESCOBRIMENTOS E AS CORTES DE 1481. Finalmente, só ao cabo d'este estudo queremos apontar um facto do maior significado, porque êle explica e confirma quantos até agora referimos. Nas côrtes de 1481, com que D. João II abriu o seu reinado, num dos capítulos dos povos, pede-se-lhe não mais consinta que os estrangeiros se estabeleçam *em seus reinos e senhorios*, alegando, entre várias razões, pelo que toca a florentinos e genoveses, que «em estes regnos nunca fizeram proveito salvo rouballos de moeda douro e prata e *descobrir vosos segredos da Mina e Ilhas...*»¹. Daqui se vê que *não só era do conhecimento público a existência de segredos sobre os Descobrimentos, como o povo pedia ao Rei a sua rigorosíssima defesa*. E pois que as côrtes se realizavam dois meses e meio depois da subida ao trono de D. João II, os factos e os segredos a que os capítulos se referem devem datar do tempo de D. Atonso V. Acresce que noutro dos capítulos dessas côrtes os povos, corroborando êsse pedido pelo que diz respeito às Ilhas, alegavam que já o Infante D. Henrique, sentindo o dano que os tais estantes estrangeiros podiam fazer defendera que aí fôsem consentidos e aí tratassem².

Não obstante sabermos que em tempo de D. Henrique alguns estrangeiros foram admitidos à colonização dos arquipelagos, devemos concluir que êle chegou a ordenar grandes restrições ao seu conhecimento e acesso, o que mais uma vez nos permite afirmar que data desde então o *segrêdo das Ilhas*.

CONCLUSÕES

a) Chegados ao fim, podemos afirmar que a *Crónica da Guiné*, além de mutilada e truncada, já fôra desvirtuada em certos factos, pelo próprio Azurara.

¹ Visconde de Santarém, *Memória para a história e teoria das côrtes gerais* parte II, pag. 219 e seg.

² *Idem*, pag. 243.

DO SIGILO NACIONAL

Não pode restar dúvida alguma de que em 1452, ano em que o cronista começou a obra, estivesse em Portugal um embaixador do Preste João, e que essa estada fôsse em retribuição de visitas e a esforços da iniciativa do Infante. O sucinto Rui de Pina e Garcia de Resende dedicam capítulos inteiros à visita dum príncipe africano, o Bemoim, à côrte de D. João II. Pois Azurara não diz uma palavra sôbre a visita do embaixador do Preste João, a qual tinha para nós um significado do maior alcance! Refere-se apenas à estada de etiópios, que tinham vindo a Portugal para ver a formosura do mundo! Provado, além disso, que da *Crónica* foram eliminados alguns capítulos sôbre a divisão das partes do Oriente, as quais de facto o Infante visava, *todo o capítulo VII em que Azurara expõe as razões que levaram o Infante ao descobrimento da Guiné é uma espécie de mistificação, pois esconde os motivos essenciaes e apenas se refere ao Preste João por uma forma oculta.*

Como explicar êste facto? Lembremo-nos que a *Crónica* foi escrita exactamente no período em que Castela não só nos disputava os direitos à conquista da Guiné, como enviava os seus navios ao respectivo comércio, e precisamente no ano anterior àquele em que o Papa sancionava com uma bula o monopólio do Infante. Vimos no começo dêste estudo que as Crónicas se aduziam como argumento de posse em pleitos internacionais. A *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné* foi encomendada em 1452 e escrita à pressa sôbre um trabalho anterior muito mais minucioso, de Afonso de Cerveira, segundo o depoimento do próprio Azurara. É de notar que a mesma expressão *conquista da Guiné*, que figura no título da obra, mais que a uma realidade bélica, pois não houve conquista no sentido estrito da palavra, corresponde a um intuito político. Cremos, pois, que a *Crónica* foi adrede fabricada para servir no pleito com Castela, que o Papa em Janeiro de 54 decidia a favor da coroa portuguesa. Deturpada já no original, foi possivelmente sujeita à censura do Infante, que eliminou dela tudo o que ainda não convinha revelar-se¹.

¹ As opiniões do Visc. de Santarém sôbre a data em que saiu o manuscrito de Portugal e os motivos da saída, assim como as de Inocêncio e Gama Barros sôbre as alterações à *Crónica*, depois da morte do Infante, já estão seriamente abaladas. Em trabalho mais largo que não aqui, fundamentaremos a nossa opinião, e desenvolveremos o assunto, aqui apenas esboçado.

Torna extremamente viável esta hipótese a circunstância de que ela explica à maravilha tôdas as mutilações da *Crónica* e as respectivas explicações que damos ou propomos.

b) Averiguado como temos, tôda uma série de lutas pela posse das Canárias, assim como o significado político especial da empresa de Tanger; as viagens por terra ao Oriente; as explorações atlânticas a ocidente dos Açores; e a influência pessoal que D. Henrique forçosamente teve na misteriosa redacção da *Crónica da Guiné*, a sua figura e o seu génio, em acção e pensamento político, ganham uma assombrosa e inédita grandeza.

c) As mutilações e falsificações da *Crónica da Guiné* são mais um argumento a favor do sequestro propositado das crónicas de Cerveira, Fernão Lopes e Azurara e dos *furtos e emendas* de Rui de Pina. Todavia êste não fêz mais do que repetir em maior escala, sob as ordens de D. João II, o que Azurara fizera sob as de D. Henrique. Além disso, D. João II, ainda que procedendo por sua iniciativa, cumpria também um mandato da nação.

d) Conjugando a afirmação de Barros sôbre os descobrimentos de outras ilhas e resgates, no tempo de D. Afonso V, os quais já vimos não poderem ser os da costa africana, com o pedido das côrtes em 81 e o facto das crónicas não dizerem uma só palavra sôbre as viagens para Ocidente, antes de Pedro Alvares Cabral, concluimos que era êste o principal objecto do sigilo da nação.

e) Melhor se pode compreender agora que, referindo-se o *Esmeraldo* a uma viagem e ao descobrimento clandestino da América, ordenado por D. Manuel, João de Barros, nas *Décadas*, o não citasse.

f) Como Damião de Góis foi o cronista-mor dos netos de D. João II e dos Reis Católicos, entre os quais se dera o formidável pleito para a posse das novas terras descobertas, era-lhe impossível dizer tôda a verdade sôbre o grande debate, sem grave melindre ou menoscabo para qualquer das partes. Sabe-se hoje que a sua *Crónica de D. Manuel* foi odiosamente mutilada por ordem real em tudo, — e foram longas passagens, — que podia ferir as pessoas reais vivas ou a memória dos Reis Católicos ¹. No mesmo

¹ Vide *Arqueologia artistica*, n.º 10, — *Goesiana*, *As variantes das crónicas* por Joaquim de Vasconcelos.

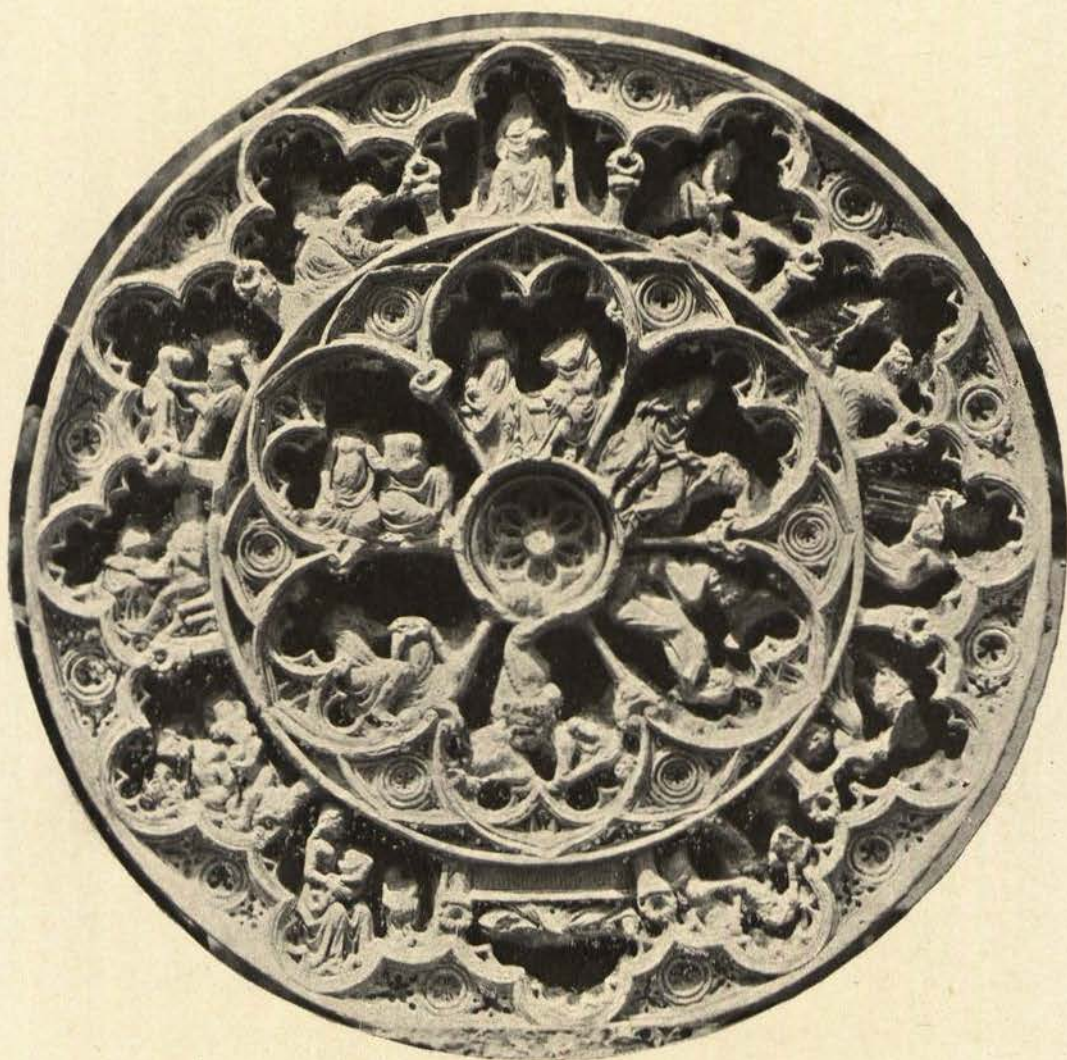
DO SIGILO NACIONAL

ano de 1566, em que saiu a 1.^a edição, se publicou uma 2.^a e se fizeram desaparecer quasi todos os exemplares daquela. Êste facto, que igualmente confirma as mutilações das outras crónicas, explica que Damião de Góis, ao publicar a *Crónica do Príncipe D. João*, não desse a razão oculta dos desaparecimentos e furtos que apontava. Era-lhe vedado, a experiência o ensinava, o publicá-la.

g) As bases, de carácter official, sôbre que até aqui se tem escrito a história dos Descobrimentos só com as maiores reservas se podem aceitar, porque esconderam deliberadamente uma grande parte do esforço nacional. Impõe-se a publicação de edições críticas das nossas crónicas, a começar pela da Guiné, assim como dos inúmeros documentos inéditos dos arquivos nacionais e estrangeiros, que auxiliam a decifrar, uma nova história portuguesa. Para além da epopeia, cantada por Camões, ha outros *Lusiadas ocultos*.

JAIME CORTESÃO.





ROSÁCEA DO TÚMULO DE D. PEDRO

CLICHÉ DE A. NATIVIDADE

A ICONOGRAFIA DOS TÚMULOS DE ALCobaça

FOI Vieira Natividade, a cujos desvelos a arqueologia e a arte de Alcobaça tanto ficaram devendo, quem primeiro se ocupou da iconografia dos túmulos de D. Pedro e D. Inês.

O seu estudo de 1910, rico de documentação gráfica, elegante como edição e como texto, teve a originalidade de interpretar a rosácea do túmulo de D. Pedro como uma ilustração coeva dos amores de Inês, e ler pela primeira vez a legenda «até afin do mundo», interpretando-a como um *adeus* de eterno amor.

Áparte o ilustre mestre, Sr. Joaquim de Vasconcelos, que na *Arte* (Porto, junho, 1911) se referiu á monografia com o maior interesse e louvor, esta interpretação foi mais apreciada pelos poetas que logo sentiram todo o patético dêsse *adeus* admirável, do que pelos historiadores da nossa arte, mal familiarizados, e dir-se-ia, até, pouco interessados, na leitura iconográfica dos monumentos nacionais.

Todavia, a arte medieval ficar-nos-ia completamente estranha no seu sentido profundo e no seu espirito, se não procurássemos alcançar através do simbolismo iconográfico a intenção moral e religiosa que a inspirou.

Os túmulos de Alcobaça são, pela sua riqueza decorativa, os mais dignos dêsse estudo. Neste primeiro esboço (que não pretende alcançar já uma interpretação definitiva) seria injusto não recordar com gratidão o nome de Natividade, aquêle que primeiro, com tanto amor, escrúpulo e boa fé, o tentou.

Embora o problema das influências artísticas não seja o objectivo essencial dêsse estudo, é impossivel deixar de o considerar,

LVSITANIA

ao menos resumidamente, tão íntimas são as relações entre a filiação artística e a inspiração iconográfica.

Olhando a escultura tumular que precedeu a factura dos *moimentos* de Alcobaça — dos meados de século xiii aos do século xiv — das estátuas jacentes dos bispos da Sé de Coimbra, D. Tiburcio e D. Egas Fafes, á do bispo de Braga D. Gonçalo Pereira, reconhece-se tal lógica e harmonia na evolução da arte e do estilo, e até no sentimento nacional que exprimem, que a existência duma grande tradição escultural entre nós fica bem patenteada na própria continuidade dos caracteres comuns.

Lavrados em granito, no lióz de Lisboa ou no calcáreo de Ançã, uma série interessantissima de túmulos revelam, com as diferenças que a matéria impõe e explica, os constantes caracteres da arte nacional, cujo naturalismo grave e calmo, é lírico na expressão, sóbrio na composição, singelo como iconografia, nobre nas proporções.

A obra-prima dèste ciclo escultural, de tão clara lógica evolutiva e de tão forte sentimento nacional, é o túmulo do arcebispo de Braga (1336) que resume e corôa um século de evolução e de sonho plástico.

Por isso os túmulos de Alcobaça, lavrados logo na segunda metade do século xiv (cêrca de 1360), surgem como uma nova arte, cuja génese se não contém e cujos caracteres se não explicam pela evolução atrás citada. Ao realismo tradicional, que conservava ás cabeças, mesmo na morte, o carácter que as vincára em vida, substitui-se na de D. Inês, e sobretudo na de D. Pedro, um idealismo estilizado, inspirado na estatuária francesa do século xiii. Á singeleza iconográfica atrás citada, opõe-se aqui uma riqueza e uma complexidade sem precedentes entre nós; emfim, na decoração, surgem pela primeira vez influências da arte muçulmana a que a nossa escultura até aí fôra estranha e se traduzem no traçado de numerosos arcos em ferradura e polilobados.

O estilo da estatuária jacente e as figurinhas da rosácea, refletem a arte francesa, mais particularmente a de Reims; e como a decoração gótico-mudéxar supõe uma iniciação peninsular, tudo leva a pensar que o mestre de Alcobaça, sem afinidades com a nossa tradição medieval, ou foi um francês que trabalhara em Espanha ou (e menos provavelmente, dado o sentimento da estatuária) um espanhol educado na arte francesa.

Por isso a interpretação do simbolismo decorativo se deve sobre-

TÚMULOS DE ALCobaça

tudo basear nas tradições artísticas da iconografia francesa, em que os túmulos de Alcobaça essencialmente se inspiram.

A arte do século XIII, o século de S. Tomás de Aquino e de Vicente de Beauvais, inspirou-se num idealismo plástico e num simbolismo teológico, que se refletem na iconografia dos portais, túmulos e rosáceas das catedrais.

Como E. Mâle, o mestre e grande renovador dos estudos iconográficos em França, nos fez notar em páginas de erudita e subtil interpretação, a arte do século XIII foge às representações realistas da morte, que só mais tarde, nos séculos XV e XVI, se havia de dramatizar no patético dos calvários, nas danças macabras, no realismo das figuras jacentes, olhos cerrados e faces chupadas pela morte — de que é exemplo a estátua admirável de D. Sancho em Santa Cruz de Coimbra.

Os vultos de Inês e sobretudo de D. Pedro seguem no século XIV a tradição idealista do século anterior, representando *não o morto*, mas o ressuscitado, — na idade simbólica de Cristo, com os atributos da vida terrena, figura idealizada sem presumir o retrato, formas estilizadas, olhos já abertos sobre a eternidade, — rodeado de anjos, não para carpirem a morte como na Renascença, mas para o conduzirem à bemaventurança, numa previsão optimista da sentença final.

Ácerca da estatuária de Inês, notarei de passagem que se a corôa lhe confere honras de rainha, o docél não a santifica, como parecia depreender-se duma referencia de Natividade; os baldaquinos das figuras jacentes teem aqui, como em outros túmulos da época (mulher do senhor de Vilalobos na Sé de Lisboa) ou posteriores (D. Filipa de Lencastre, D. João I, infante D. Henrique, etc.) apenas um significado decorativo.

Os episódios do túmulo de D. Inês representam a vida e a paixão de Cristo (segundo S. Mateus) e no de D. Pedro corre a vida do apóstolo S. Bartolomeu segundo uma tradição apócrifa diferente da de Jacques de Voragine, com episódios que este não refere.

Mas os baixos-relevos capitais são: aos pés do sarcófago de

D. Inês o *juízo final*, e á cabeceira do de D. Pedro a *admiravel rosácea*, joia única da nossa escultura tumular.

O *juízo final* é uma composição abreviada (como o espaço o exigia) da iconografia dos tímpanos e dos portais na transição dos séculos XIII-XIV.

Ao centro, o Deus julgador, num trono gótico sobre nuvens, empunha na dextra o gládio simbólico, a cabeça coroada, o corpo admiravelmente panejado. Rodeiam-no anjos com os instrumentos do martírio, — hoje, áparte a cruz, todos mutilados — são « os símbolos do filho do Homem ». Á direita, a Virgem ajoelhada, põe ainda uma nota humana de intercessão e de esperança no irrevogavel do juizo divino; mas não figura nesta composição, assistindo a Virgem, S. João Evangelista, como em França, ou o Baptista como em Itália e no portal de Reims (Mâle).

Em baixo, os mortos ressurgem dos túmulos, nús, fazendo saltar as tampas dos sarcófagos, e marcham de mãos postas, surpreendidos num instintivo movimento e derradeiro gesto de supplica, a caminho do Destino eterno.

Não se veem, como em tantas composições coevas, as tubas que os chamam, mas todos foram instantaneamente (*in ictu oculi*) revestidos da forma e até das insignias da vida na terra. Nos últimos, um homem barbado e uma mulher, ambos coroados, ser-se-ia inclinado a vêr D. Pedro e D. Inês; mas era freqüente representar entre os ressurtos alguns de corôa, tiara ou mitra, para recordar a igualdade dos grandes e pequenos da terra perante a morte e o juizo de Deus. Mais tarde, o naturalismo de Luca Signorelli havia de representá-los descarnados, numa interpretação que se afasta da lição dos teólogos e de S. Paulo. Outras vezes figuravam envolvidos em tunicas (Rouen) e mais raras vezes vestidos. Era contra o ensino da Igreja, segundo o qual o homem devia sair da terra nú, como Deus o tinha criado no início do mundo, na idade simbólica dos 3o, conforme a doutrina teológica.

Em Alcobaça, Deus julga só, sem o auxilio dos apóstolos que, segundo S. Mateus, deviam julgar as 12 tribus de Israël. O episódio da balança, que nas mãos de S. Miguel havia de pesar as boas e as más ações, não é aqui representado como em Amiens e Bourges; o artista seguiu mais os textos evangelicos, que ignoram essa metáfora, do que os comentários de Santo Agostinho que a criaram e em que os escultores se inspiraram. Figura-se

TÚMULOS DE ALCobaça

porém já o resultado dêsse juízo, e os *eleitos*, de mãos postas, revestidos de insignias reais, túnica e corôa segundo a tradição apocalíptica, entram na bemaventurança conduzidos por um anjo e, transpôndo a porta do paraíso, coroada duma cúpula oriental, alcançam a direita de Deus, — enquanto os condenados, conduzidos por um demónio, são tragados pelo inferno, dragão de fauces hiantes, dentes agúdos e línguas de fogo. É a guela de Leviathan de que fala o livro de Job. Com pitoresco medieval, um diabo de pés de cabra, puxa os condenados com um croque.

É o ciclo da *vida eterna* conforme a tradição evangélica, e não já segundo a visão apocalíptica que inspirara a escultura românica dos tímpanos de Moissac. O juízo final foi a grande obsessão da Idade Média, que mesmo um espírito como o de Vicente de Beauvais previa próximo: e os fieis, ao transporem os tímpanos dos porticos que o representavam, consideravam a todo o instante a possibilidade de ouvir soar, enfim, as tubas dos anjos (Mâle).

Como *pendant* a esta composição, cuja inspiração iconográfica é essencialmente francesa, no cabeçal do túmulo de D. Pedro vê-se a admirável *rosácea*, interpretada por Natividade no sentido histórico e dramático dos amores e da morte de Inês.

É certo que alguns episódios, sobretudo no ciclo exterior da *rosácea*, figurando colóquios de amor, uma degolação (a de Inês?) seguida duma execução (a de um dos assassinos?) sugerem de maneira impressionante alguns passos averiguados do drama.

Outros, porém, são já duma interpretação forçada ou obscura, — como as duas mulheres que lutam, e a que derruba e calca um homem, o rei que preside a tudo, e a composição final interpretada como a *Fonte das lágrimas*. É ainda estranho que nos supostos grupos de Pedro e Inês, nunca êstes apareçam com atributos que indiquem a sua estirpe régia.

Os recentes estudos críticos levaram a reconhecer nas figurações medievais quási exclusivamente reflexos dos livros sagrados e agiológicos, dos espelhos morais e filosóficos sem preocupações de narrativa histórica. Antes de aceitar, pois, uma interpretação cujo lirismo e intenção histórico-dramática seriam verosímeis na Renascença (como sucedeu á sua versão literária) mas pouco lógica na idade-média, parece-me racional recordar que a iconografia tumular da época, reflete habitualmente, como toda a arte medieval, as grandes preocupações morais, filosoficas e religiosas.

Perante a morte, o problema essencial era o da vida futura e do juízo que as acções na terra haviam de merecer. Por isso, do morto só se recordavam os actos de heroísmo ou de sacrificio, dignos de figurarem a par do martírio dos Santos ou da vida de Cristo. A morte não era o momento, nem o túmulo o lugar, para recordar e exaltar as paixões do amôr, da cólera e da vingança, a não ser para tirar delas uma lição moral ou filosófica, ou contrapôr-lhe símbolos de castidade, de humildade e de perdão.

O ciclo externo da rosácea, aquele que mais fortemente parecera a Natividade (e nos impressiona ainda hoje) uma possível representação dos passos da vida de Inês, feliz primeiro entre os filhos, depois em lutas mal explicadas, que acabam na sua degolação e na vingança do Rei, — poderia também ser interpretado no sentido do simbolismo da *vida* — desde a *infância*, figurada no primeiro passo, da *adolescência* e da *juventude*, nos seguintes, ás lutas em que a mulher e o homem alternadamente triunfam, até serem, ela degolada, ele assassinado, e tudo rematar no túmulo com a sua legenda famosa.

Essa legenda:

A : E : AFIN : DO MUDO

que Natividade leu *até a fim do mundo*, oferece sob o ponto de vista epigráfico uma leitura duvidosa, embora êsse adeus, fôsse poeticamente dum patético admiravel. Abstraindo da forma «até», no século XIV menos freqüente que «atá»¹ não me parece possível ver no *A* ou no *E*, incluído o *T* que evidentemente lhes falta, ou tomar os pontos que os separam por um êrro do canteiro que

¹ Consultada sobre este ponto, a Sr.^a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos cuja generosidade é tão grande como a sua preciosa erudição, deu-me a honra da seguinte resposta:

«No primeiro período da língua e da literatura portuguesa usava-se de preferência da preposição *ata* (grafada ora *ataa*, ora *ta*) para designar termo de espaço e tempo. — De origem árabe (*chata*), *hasta* no país vizinho; no Algarve e na Extremadura *fasta* de onde proveio *afastar*.

Mas a par dela havia o moderno *até* (com as variantes populares *atês*, *intês té* — e o arcaico *atē atēes*) cast. ant. *atanes*. Proveniente do lat. *ad ten(us)*, segundo Diez, Meyer-Lübke e outros filólogos.

Posso apontar um exemplo de *até* nas *Cantigas de Santa Maria*, de

TÚMULOS DE ALCOBAÇA

os tivesse gravado em lugar do *T.* (1). A independência das duas letras é de tal maneira clara que somos forçados a tomá-las como pertencendo a palavras distintas. O *E* pode ter simplesmente um valor conjuntivo, mas o *A* deve representar a inicial duma palavra — ou um símbolo — correntes na epigrafia medieval.

A, aparece muitas vezes em vez de α e ligado a ω para significar o *principio* de todas as coisas, como ω significa o *fim* segundo o simbolismo apocalíptico. Assim figurava em inscrições tumulares e entre nós, a par do *crisma*, em documentos do século XII. (Elucidario de Viterbo, *alpha*). De acordo com a epigrafia da época e não esquecendo que *fim* era outrora feminino, a legenda poder-se-ia ler pois: O *principio* (*A*) e o *fim do mundo*, referindo-se ao ciclo da vida na terra representado na rosacea e em oposição ao ciclo da vida eterna, simbolizado no *juízo final* do tumulo de Inês.

Emfim, certas formas e composições que aparecem em Alcobaca, têm mesmo um simbolismo tradicional de que não é lógico abstrair. Assim, a *rosácea* que, como forma decorativa, não figurava em geral nos túmulos, simbolizava por vezes, como em Amiens, a *roda da fortuna*, imagem vulgarizada na idade média pelos teólogos e figurando como simbolo desde a catedral já citada até ás ilustrações do *Roman de Renart*. A ela preside em geral um Rei, e, enquanto de um lado, figuras ascendem para a glória, do outro precipitam-se no desespero, na luta e por fim na morte. A rosácea, simbolo da *roda da fortuna*, exprimia como diz Mâle, a *instabilidade das coisas na terra*.

A rosácea de Alcobaca preside também um rei, que não é D. Pedro nem muito menos D. Afonso IV, cuja presença e preeminencia mal se justificariam ali; mas o *rei* simbolo máximo da grandeza na terra, em contraste com o nada da morte, que em baixo se lhe contrapõe.

No ciclo interno, vêem-se de um lado, numa ascensão de felicidade, pequeninas *tanagras*, vivendo, em atitudes helénicas e envoltas

Afonso, o Sábio. N.º 115, estr. 24 onde um monje diz ao outro, referindo-se à Virgem, a *do bon talan*:

Ela seja teu solaz
ate en a mannãa. = (*manhã*).

Nos *Doc. de Evora*, publ. por Gabriel Pereira (p. 26 e 27), ha *atees* ».

¹ Hipótese da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

em panejamentos de Parthenon, horas de idílio e de doce colóquio amoroso, — enquanto do outro surgem figuras de desespero que se precipitam e fogem até ao edículo final. Nêste, uma figura esfingica, com a cabeça fóra do edículo, apoiada no centro da rosácea, e de cujo ventre sai um monstro, é o *símbolo da Fortuna*, de que Honorius d'Autun dizia, fundado em Boecio (Mâle): «falam-nos os filósofos duma mulher presa a uma roda, girando perpetuamente, e dizem-nos que a sua cabeça ora se eleva, ora se abaixa, etc...»

A roda é a glória do mundo, e a mulher é a Fortuna, cuja instabilidade acaba por precipitar as almas no desespero.

Quando agora consideramos um pormenor cuja importancia (e mesmo cuja presença) parece ter escapado até hoje — a figuração de Adão e Eva junto à rosácea, embora fora dela, e representando certamente a criação do mundo — mais parece confirmar-se a interpretação acima exposta do *A* por α como símbolo do *principio* do mundo, assim como o simbolismo global da rosácea e da legenda.

Esta hipótese, embora cheia de lacunas e de dúvidas no meu proprio espírito, parece-me todavia digna de consideração porque abrange e interpreta a composição global (e não apenas a rosácea) e se inspira no espírito idealista e teológico da época dando à iconografia uma significação mais largamente simbólica do que intencionalmente histórica e levantando na leitura da legenda uma dúvida que parece legitima, embora talvez a não resolva ainda. De resto, parece-me imprudente e excessivo afastar desde já a hipótese original de Natividade; talvez as duas hipóteses — histórica e simbolista — encerrem cada uma a sua parte de verdade.

Que o escultor escolhesse para ilustrar os temas da *roda dos fados* e do efêmero das paixões da terra, alguns episódios do *grande desvairo*, não me parece inverosimil em terra hispanica, embora o fôsse talvez em França. Um mestre que já trabalhara em Espanha e sofrera as influências do realismo peninsular, não admira que, longe da disciplina e da ortodoxia dos grandes centros teológicos, sujeito às sugestões ou a um expresso desejo do Rei, se afastasse das puras tradições iconográficas da arte medieval francesa, e exprimisse a obsessão régia em temas realistas. Mas a composição global deve exprimir uma idéa moral, embora através duma narrativa de paixão, recente e viva.

REYNALDO DOS SANTOS

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

L I T E R A T U R A

D. JULIAN RIBERA Y TARRAGÓ: *A MÚSICA DAS "CANTIGAS"*.
Madrid, 1922 ¹.

MAL haverá um ano que a cultura peninsular se honrou com uma afirmação altamente sensacional e do maior interesse para nós, portugueses. Aludo ao longo e exaustivo trabalho do catedrático eminente da Universidade Central de Madrid, D. Julián Ribera y Tarragó, sobre a música das *Cantigas* do Rei Sábio. Complemento à edição das *Cantigas* empreendida em tempos pela *Real Academia Española* e cujo comentário crítico foi confiado à pena do falecido marquês de Valmar, o estudo do senhor Ribera y Tarragó constituiu um verdadeiro acontecimento, destinado aos resultados mais imprevistos, não só dentro dos domínios da erudição e do bom-saber, mas ainda como uma fonte de incalculáveis motivos artísticos. Graças à aplicação beneditina do senhor Ribera y Tarragó, resolveu-se, e com inesperado sucesso, o problema que persistia em se manter cerrado à volta da música das *Cantigas de Santa Maria*. «*El estudio de las Cantigas*, — recorda-nos o ilustre professor da Universidade Central de Madrid —, *como el de los cancioneros medievales de Europa, ha sido intentado por varios musicólogos nacionales y extranjeros; se ha acometido con afán, reiteradamente, con extremado ahinco, hasta quizá, quizá, forzando la cerradura; mas la esfinge ha permanecido hermetica: las tentativas de interpretación no han alcanzado éxito. Pero así como aquella puerta misteriosa de que nos hablan las Mil y una noches no se dejaba abrir a fuerza de golpes violentos, ni con llaves ni ganzúas, y se abría suave y automáticamente a cualquiera que pro-*

nunciase la fórmula de « Abrete, Sésamo ! », del mismo modo por encanto, sin casi dificultades, se me reveló la esfinge.»

Como ? Até agora a música das *Cantigas* tinha-se sempre procurado interpretar com a preocupação de que, em harmonia com o tema, se tratava de música eclesiástica, de raiz aproximadamente gregoriana. Sabe-se que a incógnita da questão, enquanto assim encarada, não cedeu aos porfiados esforços com que era aturadamente investida. Um acaso feliz pôs o senhor Ribera y Tarragó na esteira da ambicionada solução. Dedicando-se com fortuna e perseverança ao esmiuçamento da confusa genealogia das formas poéticas usadas pelos moiros peninsulares durante o tumultuário renôvo da Reconquista, o senhor Ribera y Tarragó chegou a descobertas de incontestável alcance para uma revisão completa das ideas e juízos correntes acêrca das origens líricas da poesia hispano-lusitana. Avançando com método e exemplar continuidade nas suas investigações, o ilustre arabista conseguiu apurar que os moiros peninsulares, — os andaluzes, sobretudo, inventaram para as suas expansões métricas um sistema estrófico próprio, em tudo diferente dos sistemas árabes clássicos. Volvamos a escutar o senhor Ribera y Tarragó, professor autorizadíssimo, a quem é grato ceder-se a palavra : — « *Muchas de las composiciones hechas con arreglo a ese nuevo sistema, por sus multiples y artisticas combinaciones de rima, por la elegancia, la brillantez y naturalidad o espontaneidad de su estilo, ofrecieron atractivo tal, que se difundieron con aplauso y se hicieron populares, no solo dentro de la Peninsula, sino también en los países musulmanes del Norte de Africa y de Oriente, y hasta fueron imitados por los trovadores provençales, por los minnesinger alemanes y por otros poetas europeos.* »

Não pormenorizaremos no actual momento a revolução trazida à história das literaturas da Península pela douda actividade do senhor Ribera y Tarragó. Mais de espaço contamos condensar em adequados limites o que, porventura, haja de positivo no tocante à génese e vários antecedentes da nossa antiga poesia lírica, — da poesia dos nossos *Cancioneiros* afonsinos, principalmente. Recomendamos, no entanto, a algum leitor impaciente os *Discursos* de admissão do mencionado senhor D. Julián Ribera y Tarragó à *Real Academia de la Historia* e à *Real Academia Española*, aquele de 1915, o segundo de 1912, onde se nos depara matéria tão inopinada como abundante.

Reforçando-se no seu propósito, o abalizado catedrático da Universidade de Madrid acompanhou a difusão da métrica empregada pelos mouros andaluzes através dos vários *cancioneiros* cristãos da Península. O que mais o impressionou foi o *Cancionero*, pertencente à livraria do Palácio do Oriente, publicado em 1890 por D. Francisco Asenjo Barbieri. A característica de semelhante colectânea, concernente na sua totalidade aos séculos xv e xvi, consiste em regis-

BIBLIOGRAFIA

tar, ao lado de numerosas canções de natureza popular e arcaica, a música correspondente em notação da época. Observou D. Julián Ribera que, entre os trechos de feição popular mais evidente, sobressaíam alguns de construção estrófica, igual à usada pelos mouros andaluzes. E um havia, especialmente, — o registado debaixo do n.º 17 —, de manifesta proveniência oriental e que, antes de se introduzir no património da poética popular da Espanha mussulmana, já em Bagdad andara na boca do povo, em tempos do califa Harún Arraxid, — o que figura no conto célebre do velho plantando nogueiras.

« Al advertir el hecho de haber pasado a la literatura cristiana española ese tema lírico oriental, — pondera a tal respeito o autor, cuja lição estou glosando e aproveitando —, hube de hacerme la siguiente pregunta: Si el tema poético, cantado en árabe y de difícil traducción, se ha vertido al castellano; si la forma artística de la letra con los propios caracteres del sistema moro español se han conservado también, no habrá perdurado, juntamente con ellos, la música, que es lenguaje que toda persona de cualquier nación del mundo puede aprender? » Longe de ser um músico profissional, ou de se preocupar, pelo menos, com as generalidades da história da Música, um simples movimento de curiosidade culta levou o senhor Ribera y Tarragó a entoar a canção referida. « Sorprendíome una singular coincidencia: la música y la letra estaban acopladas simétricamente: cada verso, su ajustada frase melódica: a los versos de la misma rima aplicábase idéntica ou similar frase musical; a los de rima diversa, diversa música; había estribillo para el coro popular, y estrofas para el cantor solista; en una palabra: paridad de forma artística de letra y música. » E o sábio acadêmico espanhol informa na sequência das suas deduções: — « Esa semejanza de forma não podia atribuirse discretamente a coincidência fortuita, sino al acoplamiento exigido por el sistema métrico musical: la letra y la música se habían fraguado sobre el mismo molde artístico. Se ofrecían, pues, indicios vehementes de que la música, como el tema poético, era de origen árabe. »

Levantada a suspeita e fundamentada em razões de suficiência bastante, importava agora certificar-se o senhor Ribera y Tarragó se estava, ou não, em presença de um trecho de música árabe. Ora os estudos realizados acerca de música árabe não forneciam ao exame do investigador nenhuma melodia, que se reputasse com segurança anterior ao século xix. Começou imediatamente o sr. Ribera a consultar os autores especializados no conhecimento de música oriental, — da arábica, destacadamente, persuadindo-se com o desenrolar paciente, mas firme, das suas pesquisas, « no solo de que las melodías del Cancionero de Palacio eran árabes y se habían popularizado en la Península, sino que también se habían difundido por la mayor parte de los pueblos de Europa. Pasados siete años dedicados casi constantemente a esa labor, — conta-nos no prólogo do seu monumental

volume o douto arabista—, disponíame ya a redactar un libro acerca de las razones de la musica popular española y europea, cuando li en la obra de un historiador de la música española (2), hombre de escasisima autoridad científica, la cita de una canción que, según el afirmaba, era una cantiga de Alfonso el Sabio. Como la melodia de esa canción semejaba a las que yo habia estudiado en el Cancionero de Palacio, consideréme obligado a comprobar la cita acudiendo a los manuscritos originales de las Cantigas, las cuales yo no habia intentado si quiera estudiar, porque los mas autorizados tratadistas musicales afirmaban, como bien averiguado, que las Cantigas eran musica religiosa semejante al canto llano, muy distinta de la que era objecto de mis investigaciones.»

Entrava o senhor Ribera y Tarragó, por esta súbita via, no caminho das mais sorridentes conclusões, a-pesar-de Soriano Fuertes, — o autor invocado, se ter redondamente enganado na sua alusão, visto que nem no códice das *Cantigas*, guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, nem nos códices da Biblioteca do Escorial se acha a tal canção attribuída por êle ao Rei Sábio, avô do nosso D. Denis. Mas, confessando-se gratíssimo à leviandade de Mariano Fuertes, o senhor Ribera y Tarragó, possuidor agora de cópias fotográficas das *Cantigas*, extraídas dos mencionados códices, decidiu-se a analizá-las com atenção e escrúpulo.

Contra a opinião transitada em julgado de que a música das *Cantigas* se moldava nos processos vulgares da música eclesiástica medieval, immediatamente ocorreu ao insigne arabista de que em Sevilha, acabada de conquistar aos mouros, se copiaram e, presumivelmente, as *Cantigas* se compuseram. Ora como Afonso-o-Sábio mostrára sempre entusiasmo pela cultura muçulmana e como na sua côrte figuravam músicos mouros, desde que em Sevilha se localizava um dos centros então mais prestigiosos da arte musical, o senhor Ribera y Tarragó não constrangia em nada a lógica dos seus raciocínios, admitindo que fôsse árabe a música das *Cantigas*.

«Siguiendo esta hipótese, — esclarece-nos êle —, apliqué a la notación de las Cantigas los principios averiguados en las cuarenta o cincuenta melodias árabes del Cancionero de Palacio, y ese fué el talisman que me abrió la puerta misteriosa: habia encontrado la clave necessaria para su interpretacion: ni una sola cantiga de aquel manuscrito opuso resistencia, revelandose que la musica de las Cantigas es la colección de piezas vocales y instrumentales que formaban el repertorio de los profesionales moros españoles de la corte de Alfonso el Sabio; piezas conservadas en su parte melodica por notación musical del siglo XIII, es decir, hace ya siete siglos; ejemplar admirable y curiosísimo de la cultura musical del pueblo español en la Edad Media.»

O âmbito do projectado estudo do senhor Ribera y Tarragó alargava-se

BIBLIOGRAFIA

assim consideravelmente. Pensou primeiro o ilustre catedrático em publicar apenas as *Cantigas* do manuscrito guardado na Biblioteca Nacional de Madrid, por ser o mais antigo, pois contém o núcleo primitivo da obra do Rei-Sábio. Apressou-se a *Real Academia Española* a tomar para si o encargo de dar à estampa as locuções do senhor Ribera y Tarragó, seu sócio efectivo, em suplemento à edição das *Cantigas*, ordenada pelo marquês de Valmar. Entendeu a benemérita agremiação que às *Cantigas* do códice de Madrid se juntassem outras do códice escurialense J. b. 2 e que de aquêl não constassem. Cumprindo a deliberação da *Real Academia*, o senhor Ribera y Tarragó transferiu para notação musical moderna, não só as 128 cantigas do manuscrito de Madrid como mais 167 do códice escurialense, ficando somente por publicar as que não passavam de repetições ou variantes inúteis do mesmo motivo.

Não me cumpre a mim criticar com competência o labor do senhor Ribera y Tarragó. Alinho unicamente uma modesta ementa bibliográfica para que os amigos da cultura peninsular, que desconhecem ainda tão importante trabalho, atinjam bem quanto ela se enalteceu com o estudo de D. Julián Ribera.

Não nos achamos em frente de um paciente desenfado de investigador miúdo e pertinaz. O senhor Ribera y Tarragó já em escritos seus anteriores, realçados pela sua particular autoridade como arabista, nos demonstrára com proveito e largueza de dados que «*los monumentos de la lirica européa en lenguas vulgares, provençal, alemana, de los Minnesinger y la italiana (y aún los latinos de los Carmina burana, etc.), aparecen con posterioridad à la lirica vulgar de los musulmanos españoles.*» A nós, portugueses, o caso toca-nos de perto, porque a lírica popular dos muçulmanos espanhóis, sem inserção alguma na lírica islâmica, da qual diverge radicalmente, desde as formas e ritmos empregados até à sua essência emocional, pressupõe, como fonte directa, «*o una lirica andaluza romanceada, anterior al siglo X, más antigua que la que aparece en los cancioneros portugueses, o una lirica gallega antiquísima, que la colonia gallega trajo a Andalucía de, donde procede la romanceada andaluza, anterior a Abencuzmán.*» Pois que em nada é provável a existência duma «*lirica andaluza romanceada*», nos termos apontados pelo senhor Ribera y Tarragó, ao lirismo galaico-lusitano se terá de pedir a explicação do lirismo popular muçulmano da Espanha do sul, representado pelo poeta Abencuzmán, — objecto de muitas vigílias do catedrático da Universidade de Madrid.

¿Para que acentuar o significado valiosíssimo de tais indagações? Menéndez y Pelayo, na sua indispensável *Historia de la poesia castellana en la Edad Media* (Tomo I, pags. 229-231), já assinalara a rara individualidade do lirismo galaico-lusitano, concedendo-lhe pergaminhos de remota autoctonia ⁽³⁾.

Graças ao depoimento do inolvidável mestre, encostado a passos elucidativos de Silius Italicus e de S. Martinho de Dume, convencemo-nos, com efeito, da recuada antiguidade, a que ascendem no noroeste peninsular as manifestações duma arraigada poesia oral entre o povo. Por íntimas predisposições étnicas se pretende justificar a sua formação e persistência. Sempre tão cauteloso, Menéndez y Pelayo não se eximiu ao influxo da miragem celtista, que tamanha vaga desfrutou nos círculos cultos da Europa meridional. Mas, independentemente de qualquer preferência teórica na apresentação das suas hipóteses, é fora de dúvida que o seu celtismo mitigadíssimo não compromete de maneira alguma o *indigenato* dessa poesia fluente e doce, transitada da roda viva das romarias para a estilização doirada dos *Cancioneiros*. Tão entranhado como incontestável, para êle, — para semelhante *indigenato*, apelava, de-certo, o senhor Ribera y Tarragó, quando nos fala duma «*lirica gallega antiquissima*», difundida na Andaluzia pelos escravos galicianos, com tanta procura nos mercados e bazares de Córdova. Daí brotaria seguramente (e em virtude de condições que o senhor Ribera y Tarragó largamente explana) a poesia romãnceada dos mouros andaluzes, em que o mesmo senhor Ribera radica a paternidade da lírica europeia das línguas vulgares, pois que «*sin ella* (a poesia romãnceada dos mouros andaluzes) *no se explican los sistemas que en Europa aparecen posteriormente*» (*).

Impugna-se assim, e com luzida vantagem para nós, portugueses, a alardeada hegemonia do provençalismo naquilo em que reside o melhor braço dos nossos *Cancioneiros*. Jeanroy, no seu livro *Les origines de la poésie lyrique en France*, reconhece, não sem constrangimento, que a lírica galega é das mais arcaicas da Europa e a mais antiga das Espanhas, declarando também que a lírica portuguesa, já personalizada nos nossos monumentos literários do período afonsino, se mostra rebelde, — os *Cantares-de-amigo*, sobretudo —, a toda a tentativa de a sujeitarem a uma ascendência transpirenaica. Convém não esquecer que Menéndez y Pelayo caracterizava os *Cantares-de-amigo* da corte de D. Denis como um jôgo poético, em que se adaptaram «*nuevas palabras a una musica antigua*». Discorrendo das canções de Abencuzman, oferece-nos o senhor Ribera y Tarragó a informação preciosa de que «*puden llamarse de amigo, pero con acepción menos decente que en la lirica gallega*», — tão fielmente os *Cantares-de-amigo* do nosso ciclo dionisíaco traduziam as afeições sentimentais e rítmicas da velha poesia galaico-lusitana!

Provindas igualmente da anónima e colectiva musa do noroeste da Península, as *Cantigas de Santa Maria*, compostas em galego pelo verdadeiro iniciador da cultura castelhana, são, como sinal da preponderância exercida

BIBLIOGRAFIA

na Península pelo génio lírico das suas partes ocidentais ⁽³⁾, o documento que mais amplamente nos demonstra a quanto chegou em prestígio e em finuras emotivas a fala que, bipartida ao depois por força de causas históricas, se vazou no português, por um lado, enquanto, por outro, se reduzia, com o galego propriamente dito, à miséria dum pobre dialecto aldeão, vegetando triste e inglório. Pronuncia-se o senhor Ribera y Tarragó: — «*Los versos de las Cantigas están escritos en el romance peninsular galaico portugués, lengua no difícil de entender para los españoles; el sentido y la forma métrica no están escondidos o velados por caracteres misteriosos; la poesía se ha podido leer, estudiar y examinar por los eruditos sin dificultades aparentes; sin embargo, por el simple hecho de ser desconocido el sistema lírico de los moros españoles, que es el seguido en las Cantigas, ellos no han advertido siquiera la forma de su construcción estrófica. Aunque la puerta parecía físicamente abierta, espiritualmente estaba cerrada.*»

A obsessão provençalasca fechava os olhos aos historiadores da literatura espanhola, sempre que se punha em discussão a métrica empregada pelo Rei-Sábio. «*El Señor P. J. Pidal, en su introducción al Cancionero de Baena (pag. LIV) no tiene dificultad en creer imitación lemosina la forma de las Cantigas; el P. Garcia Blanco, al hablar de las Cantigas, dice que en ellas se despliega «toda la rica variedad de los metros provenzales»*; Ticknor repite que en las Cantigas «*todo lleva el sello de los poetas provenzales*» y Valmar cree que «*la poesía de las Cantigas, como toda la poesía galaico-portuguesa de los siglos XIII, XIV y XV, es hija de la provenzal y francesa*». Êste era o tom geral com que a complexa questão das Cantigas se ventilava. Apenas se conta a excepção de Milá y Fontenals, que declara não achar motivo para, em conjunto, considerar as Cantigas como uma derivação do provençalismo, — e a de Menéndez y Pelayo, seu discípulo, que, na intuição de juízos mais tarde vigorosamente afirmados, escreve algures: — «*La misma perfección de lengua y ritmo que en las Cantigas se observa es indicio claro de una elaboración poetica anterior y quizá muy larga, cuyos primitivos monumentos han perecido. No es posible aventurar conjetura de gran fuerza sobre tiempos tan remotos y oscuros como aquellos en que la poesía de las lenguas vulgares comenzó a emanciparse de la latina.*» E termina salientando nas Cantigas o predomínio galaico.

Em face das descobertas do senhor Ribera y Tarragó, a incógnita do problema tocante à estrutura das Cantigas desvaneceu-se absolutamente. Diz o abalisado arabista: — «*la inmensa mayoría de ellas tiene la forma de zéjel de los moros españoles, el cual... nació en Andalucía a fines del siglo IX o principios del X: una estrofilla temática, generalmente en distico, a la cabeza de cada can-*

tiga, que es el estribillo que canta el coro; luego una estrofe compuesta de tres versos monorrimos, seguidos de un cuarto con rima común, para el cantor solista.» Lamento que a tirania dos limites não permita alongar-me acerca do *zéjel* e do seu extraordinário desenvolvimento. O *zéjel* (*) é a forma estrófica característica do sistema lírico inventado pelos mouros andaluzes, em que tanto temos insistido na nossa longa, mas ao mesmo tempo comprimida notícia. Coincidindo com uma vigorosa afloração de nacionalismo hispânico nas regiões peninsulares submetidas ao Califado de Córdova, êsse sistema inicia-o um poeta cego, Mocádem ben Moafa, natural de Cabra, cidade pertencente aos domínios do grande caudilho nacionalista, Omar ben Hafsun. Principiou Mocádem ben Moafa «*a cantar estribillos nacionales, canciones nuevas, en las que se empleaba la lengua romance, vulgar y corriente en aquel éntonces entre el pueblo andaluz de toda categoria y religión.*»

«*No solo eran populares sus poesias por la lengua, sino porque el sistema métrico que el empleó era esencialmente popular, puesto que se basaba en un estribillo popular, destinado a que el pueblo lo cantara...* — agrega o senhor Ribera y Tarragó; *es, por conseguinte, un brote del estro indígena popular espanol.*» Em que consistia o novo sistema, que, introduzido pelo cego de Cabra, acabou por suplantar e exilar as formas cultas, importadas do Oriente com a chamada «civilização árabe?» Continua o eminente catedrático da Universidade de Madrid a esclarecer-nos: «*... el nuevo sistema ofrecia novedades que se distinguen de la clásica «casida» árabe. En esta los versos constaban de los hemistiquios rimando en toda la casida todos los segundos hemistiquios con una misma rima y teniendo todos una misma medida métrica. En el nuevo sistema métrico no habia hemistiquios sino versos cortos rimados con variada rima y varia medida, aunque sujetos todos a una pauta matemática, señalada por el estribillo popular, que era la base de las composiciones y esencia del sistema.*» Lançado o *zéjel* por Mocádem ben Moafa, e lançado em forma embrionária ainda, (*un paréado, por estribillo y una carteta por estrofa*) cresceria em êxito, aperfeiçoar-se-ia, através de diversos poetas, que, de popular, acreditaram como culta a semelhante forma. Destacarei Abencuzman, cujo espólio poético chegou até nós integralmente e que facilitou ao senhor Ribera y Tarragó o primeiro passo para as suas sensacionais descobertas. Alastrando-se numa divulgação triunfal, a medida rústica de Mocádem ben Moafa alcançou não só os favores do gôsto colectivo, mas a mais completa nobilitação literária. «*No hubo provincia o región española, aún la más apartada, a la que no llegasse la moda de tales canciones; todas tuvieron sus poetas populares...* En el Occidente brillaron Abengayats, de la región de Beja; Elcamit, extremeño, de Badajoz, y Abenhabib, del Algarbe.» Mas o centro foi Sevilha, onde, em tempos do célebre Almanzor, com tamanha onda de poetas, se

BIBLIOGRAFIA

criou uma repartição especial de administração pública encarregada de os classificar e premiar, como se se tratasse dum serviço do Estado.

Mas se o *zêjel* se cantava, e com que música o cantavam? Eis-nos outra vez com o nosso assunto enlaçado. Interroga o senhor Ribera y Tarragó: — *Se utilizó exclusivamente la música indígena española, o se empleó o modificó la música oriental que se habia popularizado en España desde principios del siglo ix en que vivió Ziriab?* O mesmo senhor procura desfazer a interrogação. «*Los historiadores nada nos dicen respecto al particular; pero como en el tiempo en que nació este nuevo sistema lírico, a principios del siglo X, se habia difundido ya por la Península la música árabe oriental, de sospechar es que fuera esta utilizada, pero con alguna alteración, puesto que la música oriental penetró en España por medio de canciones monódicas, es decir, cantadas por un solo artista, y la forma nueva era coral, basada precisamente sobre el estribillo, que era la parte que habia de cantar el coro.*»

Sem nos invadir a idea estulta de contrariarmos sequer a especializada competência do illustre arabista, fixamos, para fins posteriores, a importância duma diferença tão profunda como a que o senhor Ribera y Tarragó sublinha: a música oriental penetrou em Espanha por meio de canções monódicas, ou seja de canções cantadas por uma só pessoa, enquanto que a forma nova se manifestava de natureza coral, baseada num estribillo que motivava a intervenção do coro. Acresce, segundo confissão do próprio senhor Ribera, que «*esta nueva disposición de frases melódicas, entre el coro y el solista, debió modificar de algún modo la estructura musical de las canciones, por lo menos para acomodar la musica a las alternativas de coro y cantor, estableciendo relaciones que facilitarán la combinación.*»

Assente a transformação que a música oriental sofreria na Espanha muçulmana para se ajeitar ao género poético, inventado pelo cego de Cabra, não oporemos agora à tese do senhor Ribera y Tarragó certas reflexões que nos dansam à flor da pena. Segundo a lição do eminente catedrático, notáveis compositores surgiram na Península, musicando canções dentro dos moldes impostos pelo sistema lírico popular. Foi um dêles o afamado filósofo Avempace, «*que dominaba igualmente la practica como la teoria de la música*». Um seu detractor, Abenjacán, para o deprimir, acusa-o de uma paixão tão desaforada pela Música que se ia atrás de qualquer ganhão, conduzindo o gado a beber, desde que o ouvisse cantar. Isto só prova que havia uma música popular, mais enraizada talvez do que o supõe a tese do senhor Ribera, e que Avempace enriquecia a sua inspiração artística, recorrendo, — como se notaria hoje —, aos tesouros do *folc-lore*.

O que é indubitável é que tanto o sistema lírico andaluz, como a música em

que êle se cadenciava, transpuzeram a órbita peninsular, indo espalhar-se ambos pelo Oriente sumptuoso e longínquo. « *Se verificó en los siglos XII y XIII un cambio de las corrientes civilizadoras del mundo islámico* », — prossegue o senhor Ribera y Tarragó. « *En los primeros siglos de la dominación musulmana vino de Oriente a la Península la cultura oriental: libros de religión, de ciencias y artes; la superioridad del nivel hizo que las aguas se inclinaran de allá hacia aquí; pero luego, el flujo de la cultura varió de dirección, y la corriente establecióse refluyendo en el sentido contrario en los siglos XII y XIII* ». Mas o que nos surpreende de-veras é que ainda actualmente o sistema lírico dos mouros andaluzes se observa no Oriente entre as pessoas cultas, como também entre as camadas baixas do povo, — tanto na Pérsia, como na Índia. Nos seus *Chants populaires des Afghans*, James Darmesteter, ao enumerar-nos os géneros de poesia popular do Afeganistão, menciona-nos a « *car baita* » (*cuartata*, em espanhol), conhecida na Índia por *musamat* e que não é senão o tipo determinado pelo sistema popular andaluz. Em Marrocos, então, o dito sistema quasi se naturalizou, a ponto de ser o único utilizado pelos rapazes marroquinos nas suas rimas e jogos infantis. Não nos escape, porém, mais uma indicação do senhor Ribera y Tarragó, — e é ela « *que parece vislumbrarse también la realidad de otro hecho, digno de ser notado: que allá donde se dejó sentir la influencia de esas canciones, cuya letra está ordenada segun el sistema lírico español, se ha introducido también la musica española con que se cantaban* ».

Tal é o fenómeno que, efectivamente, se nos depara nas *Cantigas de Santa Maria*. Noventa por cento das *Cantigas* identificam-se com a estrutura do *zéjel* andaluz, sendo a forma empregada por Afonso-o-Sábio mais singela ou de maior primitivismo, de que a forma usual em Abencuzmán, que é o cânon consagrado do género. Porquê? Porque, no parecer do senhor Ribera, « *era difícil que la lirica gallega naciente aceptara formas tan complicadas como las que habia alcanzado la de los moros andaluces que le servia de modelo* ».

Classificando de «nascente» a lirica galega, expressa nas *Cantigas de Santa Maria*, e alegando a sua natureza incipiente como razão do primitivismo da forma utilizada por Afonso X, se a compararmos à de Abencuzmán, que lhe foi anterior bem mais de um século (?), só por uma deplorável amnésia é que o senhor Ribera y Tarragó se esquece de tudo quanto asseverou e comprovou nos seus magníficos «*Discursos*» de admissão às duas Academias, — a da *Língua* e a da *História*, como também do que, de Menéndez y Pelayo a D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, se há apurado e joeirado acêrca da perfeita conexão do lirismo popular arcaico do noroeste peninsular com o lirismo renovado dos nossos *Cancioneiros*. A obsessão orientalista perturbou, a meu ver, a serenidade crítica do senhor Ribera y Tarragó, — e de tal modo que, no desfiar de deduições tão

BIBLIOGRAFIA

exactas e irrefutáveis, o obriga a taxar de «nascente» a lírica das *Cantigas de Santa Maria*, não se lembrando de que ela culmina uma época de actividade literária, em que o idioma galiciano era na Península, — pelo menos, na sua parte central, o idioma literário. Num grau avançadíssimo do seu desenvolvimento, essa lírica dispunha até duma «poética», que não se compadece, seguramente, da afirmação precipitada do senhor D. Julián Ribera —, a «poética» que, fragmentariamente, se salvou com o *Cancioneiro Colocci-Brancuti*. A distinção que aí se faz entre os géneros eruditos e cortesãos, e os géneros de proveniência popular, como os «*Cantares - de - amigo*», pressupõe uma *sensibilidade* e uma *intenção*, que não nos permitem aceitar como «nascente» a lírica consagrada pelas *Cantigas* do Rei-Sábio. De resto, os factos são impiedosos para com a inexplicável asserção do senhor Ribera y Tarragó, por qualquer dos lados por onde se examine. Afonso X escolhe precisamente o idioma galiciano (mais português primitivo, de que propriamente galego), porque era o idioma literário e culto da Península, — descontada a Catalunha, então, como hoje, mais virada para além dos Pireneus, do que para o coração e para a consciência das outras Espanhas. Espírito tão elevado, como aberto a uma grande simpatia lusitanista, já Menéndez y Pelayo, há um bom número de anos, declarava ser absurdo «*desconocer que el primitivo instrumento del lirismo peninsular no fué la lengua castellana, ni la catalana tampoco (puesto que hasta muy entrado el siglo XIV, y cuando ya Cataluña habia producido algunos de sus mayores prosistas, los versos seguian componiendose alli en provençal) sino la lengua que, indifrentemente para el caso, podemos llamar gallega o portuguesa (puesto que las variedades tardaron mucho en acentuarse, y antes en la prosa que en los versos), y que en rigor merece el nombre de lengua de los trovadores españoles, la cual fué un dialecto poético convencional en parte como el provençal clasico y como el italiano de los librettos de Opera*» (8).

E Menéndez y Pelayo insiste: — «*Nos encontramos, pues, en presencia de un hecho indisputable y curiosísimo. La primitiva poesía lírica de Castilla se escribió en gallego antes de escribirse en castellano, y coexistió por siglo y medio con el empleo del castellano en la poesía épica y en todas las manifestaciones de la prosa. Y este galleguismo no era meramente erudito, sino que transcendia a los cantares del vulgo. El mismo pueblo castellano, que entonaba en la lengua de Burgos, sus gestas heroicas, se valia del gallego para las cantigas de escarnio y de maldecir, como lo prueban aquellos curiosísimos versos*

Rey velho que Deus confonda...

con que los vasallos de Alfonso el Sabio increpaban al gran rey de Aragón Don Jaime I, según nos refiere D. Juan Manuel en su Conde Lucanor. »

Convergindo depois para o ponto que mais directamente nos prende agora, Menéndez y Pelayo infere:—«*Aquel hecho, que a los antiguos analistas parecia aislado é inexplicable, de haber compuesto en gallego todos sus versos el patriarca de la prosa castellana, ordenando a mayor abundamiento que se cantasen en Murcia donde mandó enterrarse, se enlaza hoy con toda una serie de hechos elocuentísimos, y no es mas que confirmación de una lei historica general. No fué capricho o voluntariedad de Alfonso el Sabio el cultivar la poesia gallega, ni menos puede decirse que el la creara, aunque su libro, tomado en conjunto, sea la mas antigua colección poética, que tenemos en ese dialecto.*»

Evidentemente que o senhor Ribera y Tarragó não contesta o que é do domínio comum, mas que preferimos recortar das lições de Menéndez y Pelayo. Nós é que pretendemos com tal autoridade eliminar a classificação de «naciente» que à lírica galaico-lusitana dispensa o ilustre arabista, quando nos observa que a estrutura das *Cantigas de Santa Maria* se revela mais primitiva e ingénua de que a estrutura das canções de Abencuzmán, embora anteriores bem um século. Quanto a nós, o motivo é diverso. Derivadas as *Cantigas de Santa Maria*, como as canções de Abencuzmán, do mesmo fundo poético, estas, ao contacto da musa árabe, mais policiada pelo bisantinismo importado da arte oriental, tenderiam naturalmente a complicar-se, conquanto pouco perdessem do seu pronunciado sabor popular. Eis onde estaria a diferença, — diferença que, em meu parecer, resalta evidente na própria letra das canções de Abencuzmán, meio romanceada, mas com a preponderância da linguagem arábica mantendo-se, em todo o caso. A mescla que se nota na expressão verbal, não influiria, também, desenvolvendo-se o *zéjel* em ambiente trabalhado por factores antagónicos, numa maior ou menor alteração da quantidade, ou forma, de tão divulgado e festejado género? Não é o sr. Ribera y Tarragó quem destaca a estreita similitude das canções de Abencuzmán com os «*Cantares-de-amigo*» dos nossos *Cancioneiros*, descontando, sem favor para os temas lusitanos, a pouca decência do andaluz? Não correspondiam os «*Cantares-de-amigo*» ao profundo e tradicional veio da poesia galaico-lusitana, guardada entre o povo, a-pesar da intrusão do provençalismo? De sorte que a «*sencillez*» acusada pelo sr. Ribera y Tarragó nas *Cantigas de Santa Maria*, «*en que las subdivisiones de la cuarteta, en vez de llevar (como en Abencuzmán) rimas, no las llevan*», não significa nada uma «lírica incipiente», mas antes uma ligação maior com o meio original, uma maior fidelidade ao tipo basilar. Porque, — não o duvidemos! —, as *Cantigas de Santa Maria* marcam o cume na Península do lirismo galaico-lusitano. «*Un siglo dura proximamente el apogeo de la escuela trovadoresca de Galicia, a contar desde el reinado de Alfonso el Sabio en Castilla y de Alfonso III en Portugal, hasta os de Alfonso XI y Alfonso IV, respectivamente.*» — elucida ainda Menén-

BIBLIOGRAFIA

dez y Pelayo. « *Durante todo este periodo, el gallego fué la lengua lírica de las c6rties peninsulares (exceptuada la de Aragón y Cataluña, donde predominaba la imitación provenzal directa)* ».

Entendo desfeita a desastrada classificação do senhor Ribera y Tarragó. O hispanófilo Fernando Wolf chamava à preocupação orientalista o « espectro da literatura espanhola ». Êsse espectro ressurgiu no espírito do senhor Ribera y Tarragó em termos tais que dir-se-ia alheio às belas hipóteses entrevistas, pelo que toca à ascendência do *zéjel*, no seu não menos belo *Discurso* de admissão à *Real Academia Española*. Quem ler, na verdade, o formidável estudo com que se abre o grosso volume *in-fólio* de *La musica de las Cantigas* aceitará, como dum mestre, — que mestre é, e eminentíssimo, o senhor Ribera y Tarragó! —, que Alfonso-o-Sábio imitaria nas suas composições religiosas o sistema poético dos mouros andaluzes, sendo, no fim de tudo, o aludido sistema, e por lição do mesmo senhor Ribera, uma derivante presumível da lírica popular galaico-lusitana, de que as *Cantigas*, por seu turno, representam a nobilitação literária.

Tornaremos ao debate logo que, encerradas de momento as presentes reflexões, tenhamos exposto até ao fim o alcance das descobertas e das teorias do senhor Ribera y Tarragó. Confessando-me discípulo e partidário fervoroso de tantas das suas inovações críticas, atrever-me hei a tentar uma outra interpretação, não para a música das *Cantigas*, mas para a origem dessa música. Não se repetirá por certo a anedota clássica, — *Sutor ne supra crepidam!* —, porque de antemão me subordino ao correctivo que seja de justiça. Não deixarei, no entanto, de indicar o que se me oferece, de passagem, sôbre um tão atraente problema, partindo daquela observação do próprio senhor Ribera, já aqui fixada e para nós, peninsulares, sempre agradável de se ouvir: — « *que allá donde se dejó sentir la influencia de esas canciones (as dos mouros andaluzes), cuya letra esta ordenada según el sistema lírico español, se ha introducido también la musica española con que se cantaban.* »

Se houve uma lírica popular galega, donde dimanou a lírica peninsular, tanto do Rei-Sábio, como antes a de Abencuzmán, ¿ porque não dimanaria também das toadas populares do noroeste da Península a música que, apurada pelo adiantamento musical do Oriente, acabou por estender à Europa a sua força inspiradora? Não nos imaginamos aptos, para responder. Contudo, é nossa obrigação, ao menos, justificar a pergunta. Arrojada e descabida incursão, talvez! ¿ Mas ser-nos há perdoada, pelo encanto irresistível do assunto e pelo muito que adivinhamos de imprevisto ainda, para além do que de inesperado já nos revelou o senhor Ribera y Tarragó?

ANTÓNIO SARDINHA.

¹ *La música de las Cantigas. Estudio sobre su origen y naturaleza con reproducciones fotográficas del texto y transcripción moderna, por Julián Ribera, de las RR. AA. Española y de la Historia. Madrid, 1922.*

² Mariano Soriano Fuertes. *Historia de la música española desde la venida de los fenicios hasta el año de 1850. Madrid, 1885.*

³ Reportando-se à «poética» própria da poesia galaico-lusitana, fragmento constante do *Cancioneiro Colocci-Brancuti*, assim se exprime na obra e páginas citadas Menéndez y Pelayo: — «El gran interés de este fragmento consiste en que cataloga y define, al lado de los géneros eruditos cortesanos, los géneros populares cultivados por los trovadores à la imitación de los joglares: las cantigas de amigo y las villanescas. Esta es la vena legítima del lirismo gallego que los cancioneros ofrecen. No hay rastros de tales poesías en el de Ajuda, compuesto en general de trovadores muy antiguos; por lo cual debemos creer que la irrupción de la poesía popular en el arte culto ha de referirse principalmente al reinado de D. Diniz, en que por gala y bizarría se dieron a remedar príncipes y magnates los candorosos acentos de las canciones de romeros, pescadores y aldeanos, adaptando sin duda nuevas palabras a una música antigua. El descubrimiento de este lirismo tradicional, que pertenece al pueblo por sus orígenes, aunque sufriese sin duda una elaboración artística, — desenvuelve Menéndez y Pelayo —, es el más inesperado, así como el más positivo resultado de las últimas investigaciones sobre nuestra literatura de la Edad Media. Hoy no es posible negarlo: hubo en los siglos xiii y xiv una poesía lírica popular de rara ingenuidad y belleza, como hubo una poesía épica aunque en lengua diferente. Quien podrá llegar hasta las más escondidas raíces de ese lirismo? Quién podrá sorprender sus primeros infantiles pasos? ¿Se trata de un fondo étnico común a todos los pueblos del Mediodía de Europa, ó de algo propio y característico del pueblo gallego? ¿Por que amaneció allí la poesía lírica con carácter más popular que en Provenza, y con un cierto fondo de melancolía vaga, misteriosa y soñadora? Á todas estas cuestiones se ha procurado dar respuesta, pero hasta ahora con más fuerza de ingenio y de agudeza que rigor crítico. Cuanto los datos faltan, toda generalización ha de ser temeraria y prematura. La hipótesis céltica no satisface del todo ni está exenta de reparos, pero algunas dificultades allana y es hasta ahora la mas admisible. Buscar soñados orígenes germánicos, tomando por per-texto el hecho de la conquista sueva, que solo pudo ejercer una influencia superficial y exterior, y de ningún modo penetrar las capas mas hondas de la población galaica, parece tan fuera de proposito como remontarse, según otros, a los mismísimos pueblos turanios y al lirismo de los himnos acádicos. Todo esto puede

BIBLIOGRAFIA

ser materia de paradoxos y ameno discreto, pero conviene conservar a la historia la severidad de seu método, y dar siempre lo cierto por lo cierto y lo ignorado por lo ignorado. Qué población antecede en Galicia a los celtas, ni lo sabemos hoy, ni quizá lo sabremos nunca a punto fijo. Pero de los celtas galaicos sabemos por testimonio de Silio Italico que ululaban cantos bárbaros en su patria lengua, y consta así mismo por varios cánones de concilios y por un libro de San Martín de Braga (*De correctione rusticorum*) que conservaran, después de convertidos al cristianismo, supersticiones más o menos poéticas y canciones profanas. Puede disputarse en que lengua estarían: lo verosímil es que fueren en latín bárbaro, en lengua rústica, y que de ellas se pasase por transición gradual a los cantos en lengua vulgar. Que estos son indígenas no cabe duda; lo demuestra su misma ausencia de carácter bélico, la suave languidez de los afectos, el perfume bucólico, que nos transporta a una especie de Arcadia, relativamente próspera en medio de las tribulaciones de la Edad Media. El ideal que esa poesía refleja es el que corresponde a un pueblo de pequeños agricultores, dispersos en caseríos, y que tienen por principal centro de reunión santuarios y romerías.»

⁴ Veja-se sobre esta tese do senhor Ribera, o seu *Discurso de admissão à Real Academia Española*, Madrid, 1912.

⁵ É conveniente avivar na lembrança dos que me lêem o passo célebre do marquês de Santillana no seu *Proemio... al Condestable de Portugal*. «Y después hallaron este arte que mayor se llama y el arte común, creó en los reinos de Galicia y Portugal, donde no es de dudar que el ejercicio destas ciencias más que en ningunas otras regiones ni provincias de la España se acostumbró; en tanto grado que no ha mucho tiempo cualesquier decidores y trovadores destas partes, ahora fuesen Castellanos, Andaluces, o de la Estremadura, todas suas obras componían en lengua gallega o portuguesa.»

⁶ El nombre de *zéjel*, dado a esta clase de composiciones, quiere decir, a juicio mío, canción o balada que se canta a plena voz, ante público callejero y numeroso. Aparte de su acepción etimológica, nos lo declara el mismo Abencuzmán, canción LVI, estrofe 3.^a, verso 3.^o, donde se dice: «Cantamos a voz en grito» (D. Julián Ribera, *Discurso cit.*, nota a págs. 27-28).

⁷ Abencuzmán ou Aben Cuzmán morreu no ano 555 da Hegira, 1159 da nossa era. Não é descabida aqui uma nota de Menéndez y Pelayo, a págs. 87 do 1.^o volume da sua citada *Historia de la Poesía castellana en la Edad Media*. Falando da colectânea das poesias de Abencuzmán, escreve: «El *Divan* o colección de sus poesias se conserva en la Biblioteca del Museo Asiático, de San Petesburgo, y del se han sacado varias copias en estes últimos años. Segun Dozy, las canciones de Aben Cuzmán son un tesoro para el conocimiento del dialecto arábigo español. Simonet, que las utilizó para su Glosario de voces ibericas y latinas usadas entre

los mozárabes, dice en su introducción (pag. 155) que este Divan constituye el monumento mas rico y acabado que se conoce de la poesia popular y del lenguaje vulgar de los moros españoles. «Como escritos en lengua vulgar y corriente, estos cantares abundan en palabras y aun en frases españolas, en su mayoria de origen latina». E Menéndez y Pelayo acrescenta: — «Tenemos entendido que uno de nuestros más avantajados arabistas, D. Julián Ribera, va a tomar por tema en su discurso de ingreso en la Academia Española, el estudio de los generos populares de la poesia hispano-arabe, valiéndose para ello, entre otras fuentes, del Divan de Aben Cuzmán.»

⁹ A citação de Menéndez y Pelayo é da obra já mencionada, *Historia de la poesia castellana en la Edad Media*.

ANTERO DE FIGUEIREDO : *ESPAÑA*. AILLAUD E BERTRAND, Lisboa, 1923, 451 p., c. 12.

UM livro de viagens como *A Inglaterra de hoje*, de Oliveira Martins, o *John Bull*, de Ramalho, os *Pombos correios*, de Alberto de Oliveira (que se podem classificar como literatura de viagens), uma obra como essas, digo, observa e critica as sociedades tanto ou mais que as paisagens e os monumentos. Não assim com a *Espanha*, de Antero de Figueiredo: limita-se à descrição (ou à descrição e comentário), dos aspectos da natureza, das obras de arte, e à ressurreição de scenas históricas. Ora, para a descrição artistica tem Antero de Figueiredo reais talentos: vê com intensidade, reproduz com vida. Há, por isso, numerosos trechos de beleza inconcussa nestas «páginas galegas, leonesas, asturianas, vasconças e navarras», escritas num estilo elaborado de mosaista, fulgente de imagens e de vocabulário, abundante de evocações indumentárias e arqueológicas, de amplificações literárias e de sentimentais divagações. O capítulo *A ilha da vida*, por exemplo, é um mimo de descrição. Para amostra:

«Na maré vaza, vêem-se ao de cima vários baixios; e além os areais de Cam-bados ficam a descoberto, amarelos e solheiros. São os momentos alegres das areias fundas que, baixadas as águas, têm nas vinte e quatro horas do dia a sua horinha feliz de olhar para o azul do céu. Aqui, da borda do lago, as águas transparentes, paradas como as de um tanque, mosqueiam sua límpida esmeralda com a policromia das côres fundeiras: o fulvo das areias, o lilás das algas, a carapi-nha negra dos penedos encabelados de sargaço... E' a hora da calmaria em que as velas dos raros barcos desfalecem nos mastros desnudos e se quedam como áas fechadas; os barcos mansos adormecem na luz quieta... Hora das águas ví-

BIBLIOGRAFIA

treas; hora das águas-espelhos; hora das eiradas do mar chão; hora das longes esteiras de azul prateado por sobre o azul ferrete do lago, tal qual carreiros de baba deixados por caracóis monstros que passeassem por cima dessa lisura pulcra e celeste... Como as aves modestas, nestes bosquetes de acácias, que enchem seus dias com pequenos gorgeios, estas águas em calma enchem os dias rolando suas maretas em volta das ilhotas de penedos, chapinhando, crianças, babugens de espumas que pronto se desfazem para logo outras se formarem e se desfazerem, num brincar com rolos de papel branco onde a aragem sussurra. E' este o gorgear das águas simples... A's vezes, o mesmo ventinho subtil que estremece os folículos das mimosas dêstes jardins mirados nas águas, estremece também o lago; e então, sua superfície é como pelúcia verde que leves dedos femininos de unhas em bico arripiassem em vários sentidos. E tudo — águas e terras — vive boamente em quietude e doçura... E' uma paisagem verde que nos assossega; uma paisagem fácil que não faz pensar. Águas mansas e outeiros benévolos, acalmam irritados e sorriem aos tristes. Feita de paz e de silêncios verdes, esta terapêutica paisagem para convalescentes tem a expressão dos olhos simples e piedosos das enfermeiras cristãs»...

Que vós parece? Julgamos isto excelente estilo; mas... não é tudo assim; eis uma amostra do que julgamos mau:

«A paisagem dos soutos de Astorga e de Elbarco, na luz do terciopelo verde-escuro no boleio das capas dos velhos castanhos, é a mesma da nossa Beira-Alta, de Viseu e Mangualde, de Viseu a Nelas, tôda reflexos de cobre polido, nas translúcidas tardes setembrinas, em que nas gemas luminosas dos poentes se pulverizam os ramúnculos dos amieiros e das silvas, nas sebes divisórias dos campos, e os troncos delgados dos choupos novos se estilizam em hastes de melancolia e beatitude».

Dada a existência dêstes contrastes, pode ser útil ao autor do livro o exprimir o leitor a sua impressão.

A nossa é a seguinte:

Há beleza por tôda a obra; três objecções, no entanto, se lhe podem apresentar:

- 1.^a o excesso de descrição de coisas materiais, de sensações visuais;
- 2.^a o empregar as palavras, muitas vezes, não como instrumento, mas como fim;
- 3.^a o aparecimento frequente do autor (ou do seu fantasma) entre nós e o objecto descrito.

Vejamos a primeira.

A descrição material das coisas, a descrição estática (por assim dizer) é um formoso elemento numa obra de literatura; mas elemento, cremos nós (e talvez

mal) a que compete secundária importância; um livro de descrições (que fôsse só de descrições) parecer-nos-ia uma ceia só de túbaras, um almoço só de espargos, um jantar só de *chauds-froids*. O substancial — o pão, a carne, a manteiga da literatura, — será sempre o psicológico, a pintura das paixões, a crítica da sociedade, os conflitos espirituais, a aspiração religiosa, e coisas de tal género: em suma, o homem em movimento, ou (menos mal ainda) o comentário do homem *interior* em movimento. A pura descrição material dá-nos o efeito, a nós, de uma ginástica que se limitasse a uma parte restrita da musculatura: cansa, por assim dizer, a imaginação visual, e deixa inerte o melhor do espírito. Ao cabo de algumas páginas, pedimos um pouco de ideias vivas, de crítica, de meditação, de juízos, de psicologia, de interior humanidade. Se se não passa de visualizar, preferimos a realidade concreta à simples imagem pela palavra escrita: vamos nós empreender viagem, ou a um museu de belas artes. Cumpre, além disso, não se deixar prender no hábito; porque, se quem descreve, a princípio, pinta só o que vale a pena, tomado o «jeito» descreve tudo: o importante e o que o não é; o raro e o trivial; o que vêem poucos e o que todos vêem; o significativo e o incaracterístico. Convém lembrar, dizemos nós, que o nosso leitor também tem olhos, também viu, também viajou, — e que se não conhece, supozemos, aquelas terras em que nós passámos, conhece outras que são iguais, ou quasi iguais. O caminho-de-ferro, o transatlântico, o avião, o kodak, o Baedeker, restringem por duas formas a literatura de viagens que se limita à sensação: por um lado, uniformizam o material da vida e tiram às coisas (cidades, termas, praias, hospedarias) a raridade e unicidade; e por outro, tornam tudo conhecidíssimo. Cada vez mais necessário, portanto, o unir à descrição o pensar e o sentir, ou o informar sobre o elemento humano (o social, o político, o literário, etc.) do país que se foi visitar. E nesse género, nada seria tão interessante, para nós, como um livro sobre a Espanha.

O excesso no descritivo pode levar naturalmente ao abuso do factor verbal. De aí, pois, a segunda observação.

Não somos, como tanta gente, inimigos do termo raro. Preferimos o termo raro quando seja elle o mais exacto, o mais vigoroso, o mais pictórico, o mais próprio, o de superior concisão, o de expressiva sonoridade; mas releva, cremos, preferi-lo só por isso — por êsses dotes: nunca, pois, só pelo raro. Pode convir em nossa casa uma certa antigualha ou extravagância; mas não a devemos transformar em armazém de arqueologia. O fim de uma vivenda é o «conforto» do proprietário: nunca a deleitação dos amadores de antiguidades; análogamente, o intuito de um livro não deve ser (supomos nós) assoalhar o léxico do seu autor. A palavra como serva da propriedade da expressão, do vigor, da beleza, da originalidade intrínseca do que se diz: eis o que nos parece artístico e sensato. Se

BIBLIOGRAFIA

domina sobre o conceito; se o pincel do artista, fulgindo, atrai a atenção que se devia ao quadro, — a palavra usurpa o que lhe não pertence, e resulta ominosa ao efeito artístico (supondo, claro está, que o leitor é de bom gosto). Ora, cremos que às vezes no livro *Espanha* o brilho do verbo ofusca a ideia, e que se sente nêle superlativamente o labor porfiado do seu ourives, em busca de gemas de curioso efeito nos escriptos excêntricos da linguagem rara. De aí impressões de artificial, uns certos tons desafinados (até, aqui e além, um ar ingénuo que não é ingénuo) e atenção insuficiente à realidade que nos descreve, donde decorrem inexactidões.

Por outras palavras: o cúmulo da arte (se não erramos) é satisfazer plenamente o nosso desejo de beleza, de harmonia, de entusiasmo, de originalidade, *dando-nos ao mesmo tempo a impressão do espontâneo, do natural, do fácil*, da sinceridade absoluta, da *imediate* comunicação do leitor com os objectos e sentimentos que lhe pretendem sugerir. Parece a arte perfeita que brota por si e para si própria, sem autor, ou que foi criada como os seres vivos, por desejo e por prazer, e não por paciente aplicação do obreiro. O esforço, em arte, deve ter como seu fim supremo a illusão da facilidade. Trabalhe o autor, mas não quem lê. Conciliar o original com o natural, não transpor o limite da originalidade para a extravagância, — eis o segredo do sumo artista; — e, se não erramos, páginas há de Antero de Figueiredo em que tal conciliação não é perfeita.

Quem faz pintura, deve escrever-se à sua impressão, e abstrair da sua pessoa; ora, quando percorremos os belos quadros do livro de Antero de Figueiredo, sentimos algumas vezes a presença do escriptor no primeiro plano da sua tela. É um excesso de romantismo, que prejudica a composição.

O proémio da *Espanha* é constituído por um tríptico de variações literárias sobre o *viajar*, a *salidade*, a *nossa terra em terra alheia*. Cinquenta páginas de virtuosidade que, com serem elegantes e bem lançadas, pouco acrescentam à nossa sciência ou à larga fama do seu autor. Muitas, formosas; algumas, difíceis. Sustentam-se nelas ideias em voga, e contra as quais nos insargimos. Limitemo-nos a apontar uma: a de que o povo, o comum, é o artista, o adivinho, o poeta máximo. Quanto a nós, quando o homem do comum, em vez de seguir docilmente a tradição que recebeu *e que foi obra de uma antiga elite*, se põe a ostentar o seu próprio gosto — pobre da arte! Que são os horrores de que nos queixamos (essas façanhas do «brasileiro», do «burguês», ou do «novo rico») senão a intervenção do homem do vulgo, que, tendo amealhado alguns vinténs, se julga apto a manifestar nas coisas o seu gosto de «poeta máximo», independentemente da cultura? Diz Antero de Figueiredo:

«Ora quem havia de ser senão aquela alma que de pronto atina em pôr em abreviado os maiores pensamentos; que mete, em frases simples e nítidas, dou-

trinas vastas; que cristaliza, em apanhado de dizeres profundos, mistérios e dogmas; que resume, num ditado, as lições da vida; que firma nas quatro palavras toantes de um provérbio, mundos da ciência; que concentra numa máxima, mundos de conceitos; e que fixa, numa quadra singela, a poesia inteira da raça, balouçando o dizer com ritmos tirados dos cantos das aves e das cantigas das águas correntes da terrinha natal. Quem, quem havia de ser senão o Povo?»

Não cremos que seja assim. O vulgo, supomos nós, não *cria* nunca coisa que preste: mas, à força de tempo, cristaliza e simplifica, com o timbre que lhe é próprio — com o timbre da garganta ingênua — a obra individual do homem da elite (do homem de excepção: qualquer que fôsse, pois, a classe social onde nasceu: nobre, burguesa ou popular); e conjecturamos que o estudo da poesia popular (que é, em nosso juízo, poesia *popularizada*) quando liberto do dogmatismo de psicologias tão românticas, confirmará plenissimamente esta doutrina que nós propomos: não há boa criação colectiva.

Em resumo, é o livro de Antero de Figueiredo uma peça de ourivesaria mimosamente trabalhada, num plástico material de pouco densa ideologia, frequentes vezes com beleza, aqui e além com artifício, e em certos momentos com affectação. Tendo atingido aquela altura, não lhe faltam dotes, de-certo, por onde ganhe e sobreleve ainda, com novas obras mais repletas de psicológica força-viva, e menos prejudicadas, por isso, pelo abuso da descrição, por alguns laivos de subjectivismo, e (cremos nós) pela própria riqueza vocabular.

ANTÓNIO SÉRGIO.

JÚLIO DANTAS: *O HEROISMO, A ELEGANCIA, O AMOR*. Lisboa, PORTUGAL-BRASIL, 1923, 183 p.

OS admiradores do formoso talento do sr. Júlio Dantas não poderão negar que elle o esteja empregando muito bem no ponto de vista do comércio de livraria: mas reconhecem com mágua que o está empregando um tanto mal no ponto de vista da verdadeira cultura literária.

Consta este livro de três conferências, ditas no Rio de Janeiro há pouco tempo. A primeira, *O Heroismo*, pareceu-nos uma peça oratória muito pouco original, assim nas ideas como no estilo, com excesso de palavras e uma página eloquente: a de D. João I em Aljubarrota. A segunda, se não erramos, é uma pouco elegante e um tudo-nada enjoativa dissertação sobre a elegância, onde se afirma este ideal de vida: «que a nossa existência, no fim de contas tão curta, seja uma comédia brilhante e delicada». Na terceira, *O Amor*, fala-se das *Mulheres que Camões*

BIBLIOGRAFIA

amou; propõe-se aí o sr. Júlio Dantas reconstruir a psicologia do épico pelo conhecimento das mulheres por êle amadas. Afigura-se-nos isto querer aclarar o relativamente claro e cognoscível pelo incognoscível e obscuríssimo. Para a psicologia de Camões há documentos incontestáveis: as suas obras; para a das mulheres que êle amou, — a fantasia. Graças à fantasia, soube o conferencista quem elas foram, viu-as por fora e também por dentro, conhece o dia, a hora, o sítio, o céu, a temperatura, o vestido dela e o fato dêle, a nuança de nervos e de sentimento em cada entrevista e em cada olhar; e, naquelas intuições de medicina, tanto suas, revela-nos que o poeta herdara de avós uma certa espécie de sensualidade e que «perdera em combate um dos olhos, *de-certo* uma panoftalmia consecutiva a ferimento *por estilhaço de metralha*, que determinara uma ptose da pálpebra», — numa época em que as balas se não estilhaçavam com facilidade, porque se não inventara ainda a espoleta.

Em sùmula, pareceu-nos estar êste novo livro, com seu ar de literatura para damas elegantes de segunda ordem, muitíssimo abaixo das raras capacidades do seu autor, da função, que exercia, de presidente da Academia, e da missão representativa que o levou a Santa Cruz.

ANTÓNIO SÉRGIO.

CASTELO BRANCO CHAVES: *FIALHO DE ALMEIDA*. LUMEN, 1913

NADA mais agradável, cremos nós, do que aplaudir francamente uma estreia prometedora. O sr. Castelo Branco Chaves dá-nos um estudo sobre Fialho de Almeida em que revela uma inteligência crítica (coisa tão rara em Portugal) muito sadiamente orientada: felicitamo-lo, e felicitamo-nos.

Foi bem escolhido o seu assunto. Fialho é o produto mais acabado da doença romântica entre nós, — daquela demagogia espiritual originada pela ausência, ou relaxamento, das faculdades dirigentes da intellecção. Define-se melhor pelas negativas (pelo que lhe falta) que pelos dotes criadores e positivos; e com razão indica o jovem crítico, como linhas de Fialho características, a vagabundagem do intellecto, o dandismo espiritual e a impotência construtora.

Dos românticos, Fialho tinha, em primeiro lugar, a doentia preocupação do próprio *eu*: aquilo de cuidarem, ao pensar e ao escrever, mais de si que do seu assunto, e procurarem sobretudo «fazer vista», — donde resulta que a palavra, nesses autores, mostra relevos desproporcionados à penúria do material; tinha a ausência de architectónica; tinha o império do dado *sensível*; tinha a balda do

misticismo estético; tinha o confundir o incoordenado com a complexidade e a riqueza; e tinha o vulgar estratagema de toda mórbida vaidade, que é apresentar como superioridades as próprias inferioridades de que padecemos, e tomar para critério do genial o obscuro e fragmentário, o desconexo, o estrambótico, o desvairado: aquela inversão de valores que põe o doente superior ao são; o caos adiante da ordem; o fraco acima do forte; o incompleto, do perfeito; o sensível, do inteligível; a viscera, do cérebro; o animal, do propriamente humano. Por isso era Fialho invulnerável à finura, e preferia os melodramáticos, revelando um intellecto um tanto grosso; e applaudimos o sr. Chaves quando nos diz que «a admiração pelo panfletário de «Os Gatos» vai evoluindo para uma espécie de culto que é, sob muitos aspectos, prejudicial, porque toma como guia da sensibilidade e da inteligência uma das mentalidades portuguesas que justamente mais precisou de um preceptorado disciplinador; nêle o pensamento jazia abafado pelas sensações;... sofria de ausência de princípios disciplinadores e de ideas directrizes, de que êle sistematicamente se tinha afastado, julgando que assim seria um super-homem;... Fialho não tinha a serenidade de espirito e de intelligência para construir obra homogénea e perfeita; e por isso êle nunca passou de um articulista e de um contista, não conseguindo, embora o tentasse, realizar obra de mais vigor e de mais fôlego; a sua obra é a obra de uma nevrose; nela não há a objectividade, a rigorosidade dos processos, a homogeneidade das ideas e aquela serenidade que faz as obras superiores, faltando-lhe assim todos os elementos com que se constrói uma obra perfeita.»

Tudo isto nos parece justo, se bem que exposto (ainda, como é natural) com imperfeições de noviciado; e endereçados ao jovem autor os elogios a que tem direito, pedir-lhe hemos atenção para duas pequenas observações:

Por muitos esforços que tivesse feito (e realmente os fez) para atingir a ponderação completa (tão invulgar nos seus poucos anos) há no final do seu trabalho certa tendência a submeter a critica a um dogma político determinado, — a uma politica de carácter estático. E' mau processo. A análise há de ser directa, sem nenhuma idea preconcebida: subministrar as conclusões, em vez de as conclusões lhe serem impostas (sob a forma de critério, de norma, ou de idea directriz) por uma politica previamente aceita. A antiga critica jacobina e a actual critica reaccionária (jacobinos e reaccionários pertencem à mesma formação mental, *anti-critica*) coincidem no facto de possuirem ambas uma fórmula geral que as monotoniza, dispensando-as, por isso mesmo, do esforço de pensarem directamente diante dos casos particulares. Um Teófilo Braga, por exemplo, explicava a priori todos os males e todos os defeitos dos escritores pelo despotismo da monarchia, pelo obscurantismo da Igreja católica, pela influencia dos Jesuitas, etc., etc.; qualquer que fôsse o escritor, a critica era uma só; a mesma máquina, em todos

BIBLIOGRAFIA

os casos, produzia as mesmas conclusões, em que a inteligência não intervinha; em resumo: o contrário do espírito crítico, essencialmente renovador. Os reaccionários, pelo seu lado, querem explicar todos os males e todos os defeitos dos escritores pelo liberalismo, pela democracia e pela liberdade de pensamento. A mesma monotonia. Analisar qualquer caso torna-se assim desnecessário, por isso mesmo que se conhecem já, de antemão, tôdas as causas e conclusões: e com efeito não se analisa nada. Quere um exemplo? Tem-no no prefácio (aliás interessantíssimo) que deu António Sardinha para o seu livro.

Os males de Fialho, para Sardinha (formoso e parcial espírito) lá vão entroncar na democracia; e por isso afirma: «dentro dos moldes positivos em que outrora as estirpes se desenvolviam e fortificavam, senhoras de uma finalidade, cheias de um imenso destino, — como Fialho, condensado nos seus ímpetos, economizado fecundamente nos desperdícios da sua abundante personalidade, marcaria um valor incalculável para grandeza da Pátria e aproveitamento dos vindouros!» A culpa, portanto, de êle não marcar um valor incalculável para grandeza da Pátria e aperfeiçoamento dos vindouros, não estaria na pessoa ou no organismo do panfletário, mas na desorganização das famílias dêstes nossos tempos liberalistas, posteriores à Revolução francesa; mas ¿ como se explica, então, que outros escritores dêstes mesmos tempos tivessem conseguido o que não Fialho, — e que Herculano, Garrett, Castilho, Latino, José Estêvão, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Camilo, Antero de Quental, João de Deus, Eugénio de Castro e outros, nos tivessem dado em menos de um século tanto valor, pelo menos, como *tôda* a literatura de alguns séculos precedentes ao liberalismo? ¿ como se explica outro-sim que antes dos tempos da Democracia se houvesse transviado por maus caminhos o génio poético de um Bocage, e diminuído em ninharias, como diminuiu, o talento subtil de um Manuel Bernardes? ¿ E que homem há aí, finalmente, dos que leram alguma vez os documentos dos velhos tempos, que creia mais regulares e mais «moldadas», senhoras pois de uma finalidade e conscientes dum «imenso destino» — as nossas famílias de outras eras, comparadas com as do século xix, contemporâneas estas de Fialho de Almeida?

Convenhamos, pois, em que nem a Democracia incapacitou Fialho, nem a Monarquia perverteu Elmano; e faça empenho o sr. Chaves de nunca cair em tais quimeras, lembrando-se de que elas são, precisamente, o contrário do espírito crítico; a «dúvida metódica» cartesiana, a ausência de dogmas e de preconceitos, e independência do juízo próprio e a análise directa de cada caso, são (como diria o amigo Banana) as virtudes dos críticos; o primeiro dever de quem faz críticas é ser crítico (e crítico com sigo próprio) como o do guerreiro é ser guerreiro e o do marujo é ser marujo: querer ser crítico, pois, e abominar o espírito de exame, é ser marinheiro e ter horror à agua; se não fôr capaz de ser *sempre*

crítico, de ser crítico *até ao fim*... mas não: para que insistir? — a sua estreia é uma garantia de que lá chegará em tempo breve.

O segundo ponto de que queremos falar refere-se ao capítulo do seu livro onde aproxima Fialho de Stendhal, pelo que toca ao amor da música, apoiando-se, para isso, em Seillière e Delacroix. Conviria, cremos nós, avançar a análise um pouquinho mais, e ver se Fialho, feitas as contas, sente a música *musicalmente*, como um espírito musical. Nós cremos que não. Fialho transpõe visualmente a música; a música, para êle, é um simples excitante de *outras* espécies de sensações e de actividades cerebrais. A música é uma linguagem que êle *traduzia*; não pensava em música, como os músicos.

Diremos enfim que o seu último capítulo nos parece conter a judiciosa maneira de encarar o Nacionalismo (no que lhe não damos novidade, pois que nos citou) e que folgariamos de o ver agora, e nas mesmas bases, continuar o estudo do romantismo na literatura do nosso país, o qual lhe fornece na actualidade exemplares de muito cunho, uns na poesia e na prosa outros: minuciaria assim, sistematicamente, o esperançoso quadro da sua estreia.

ANTÓNIO SÉRGIO.

HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL.

EMQUANTO não dedicamos em as nossas páginas ao trabalho monumental da *História da Colonização Portuguesa no Brasil* o estudo que ela merece, ou melhor, a série de estudos, começamos por nelas arquivar os documentos que a consagram na sua altíssima beleza de grande padrão nacional. Cabe hoje a vez aos artigos dos ilustres escritores srs. Celso Vieira, na *América Brasileira*, a brilhante revista dirigida pelo formoso espírito de Elísio de Carvalho, de que apenas extractamos o início, e Segundo de Ispizua, no *A B C* de Madrid:

«Imaginemos que pudessem reaparecer, miraculosamente, como têm ressurgido letras e formas imperecíveis da antiguidade, as cartas endereçadas de Vera Cruz, em 1500, a D. Manuel, o Venturoso, pelos capitães e pilotos da frota de Pedro Álvares Cabral, tôdas essas cartas sumidas entre as névoas atlânticas do descobrimento e as cinzas dos arquivos reais de Lisboa. Quantas obscuridades, quantas incertezas, quantos enigmas seriam desfeitos por semelhante achado epistolar no ciclo americano das navegações para oeste, na róta das caravelas anónimas e heróicas, que se anteciparam a Colombo e à sua minúscula frota,

BIBLIOGRAFIA

sob o pendão das quinas! Se os dois únicos padrões iniciais da nossa história — a longa missiva de um escrivão despachado para a feitoria de Calecut e a breve notícia de mestre Joanês, físico e astrónomo de bordo, o mais velho desenhista do Cruzeiro do Sul — rectificam dados e renovam teses, ainda hoje, à cultura americanista, prefigure-se a onda tenebrosa clareada pela onda de luz, que seria a divulgação da correspondência de navegadores, cosmógrafos, assinalados barões como Bartolomeu Dias, descobridor e vítima do Cabo Tormentório. Nicolau Coelho, herói camoneano, Duarte Pacheco Pereira, o mago de tantas ilhas tempestuosas e desencantadas, expedicionário manuelino e venerável cronista do *Esmeraldo de situ Orbis*.

Mas a aparição instantânea e casual da verdade náutica, da verdade histórica, da verdade política, immersas no segrêdo remoto dêste hemisfério, talvez fôsse menos comovedora que a reconstituição beneditina e sábia de tôdas elas, feito de alta mentalidade, surto da inteligência para o ignoto, com que o espírito de Carlos Malheiro Dias, encetando a *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, associou magnificamente o prestígio do seu nome à glória da sua raça. Porque nenhuma das maravilhas do Acaso, embora propícias aos nossos objectivos mais imperiosos, estimula e exalta a natureza humana como a resultante hercúlea dos seus esforços e das suas ideações. Carlos Malheiro Dias, nessa *Introdução* escultural, cinzelando o bloco errante e denso dos factos, minúcia por minúcia, até visionar a imagem da grande Realidade oceânica, desvendada pelos mareantes portugueses, é bem o iluminado, que se faz viajor de penumbras seculares, atento pesquisador de jazigos arcaicos, donde sobem revelações continentais: «A presente obra é escrita... com a esperança de se deslocar uma das pedras do túmulo em que dorme, amortalhada, a verdade.»

Tal verdade histórica e geográfica existiu, lampejou no profundo elemento marítimo dos séculos xv e xvi. Idealmente, foi a sciência portuguesa dos astrónomos, dos cartógrafos, dos matemáticos, dos navegantes, rebuscando ao longo da costa negra o tormentoso caminho das Índias, desde a escola de Sagres, em que se desdobrava para glórias supremas o vetusto condado do mar de Nuno Cogominho. Politicamente, foi a série mais ou menos clandestina de expedições e doações, que levaram os portugueses a situar no Atlântico ocidental, muito antes de Colombo, ilhas e terras firmes. Tecnicamente, foi a experiência lusitana dos nautas desconhecidos ou ilustres, que primeiro contornaram o orbe, velejando por mares ainda não sulcados, e conceberam a unidade continental da América, entre as ficções colombianas de Cypango e Cathay. Diplomáticamente, em suma, foi a consciência imperialista de D. João II, príncipe admirável e inflexível, ambidextro nos golpes da esgrima política do seu tempo, mixto de falcão e coruja, certo de que havia terras ao austro, mas reservado, sagaz, ambi-

cioso, tão hábil para encobrir os seus planos cesáreos à espionagem da monarquia ibérica e das repúblicas italianas como para sotopor os interesses de Espanha majestática aos desígnios secretos de Portugal, entrevistos mais tarde nas cláusulas do Tratado de Tordesilhas.

Obscurecida, quasi ignorada pelos descendentes europeus e americanos dos que a humanisaram, insuflando-lhe a sua energia, o seu pensamento, a sua idealização, uma vida em cujos anseios palpitavam as mesmas ásas incoercíveis, que se elevam hoje sobre os nossos mares e as nossas almas, essa verdade ressuscitou esplêndidamente no trabalho de Carlos Malheiro Dias.

(AMÉRICA BRASILEIRA, Ano I, N.º 9 a 12).

CELSE VIEIRA.

ASI SE HACE PATRIA.

ES cosa desconocida casi completamente en España la labor de investigación histórica emprendida en Portugal acerca de sus descubrimientos marítimos em general, y de la historia del descubrimiento y colonización del Brasil en particular. Se titula la obra *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, cuyo tomo primero, que abarca la historia de los descubrimientos oceánicos de los portugueses, preparación científica o arte de navegar de los mismos y primeras exploraciones descubridoras portuguesas en América, está impreso, y se está publicando el segundo. Sin verlo, es imposible dar una idea del lujo editorial con que se ha impreso el libro: mapas históricos y modernos especiales de gran tamaño (no falta el de Juan de la Cosa), retratos auténticos, no fantásticos, de los principales personajes que intervinieron en las navegaciones; portadas de libros rarísimos, contribución de sus artistas para la reconstitución de escenas, etcétera, etc. En cuanto a su fondo, es decir, a las materias que comprende y la forma en que se realiza la reconstitución histórica de las glorias más grandes de la vecina República, baste saber que a ella se hallan consagrados numerosos escritores, sabios y especialistas en los complejos problemas históricos que se abordan en la monumental obra. Esta se publica con motivo del primer centenario de la Independencia del Brasil. «La colonia portuguesa en el Brasil — se lee en una «Advertencia» puesta al frente del libro —, y con ella el alma de Portugal cumpliendo un deber sagrado impuesto por su honra, resolvió concurrir con el mayor brillo posible, y, al mismo tiempo, con lo mejor de su gratitud hacia el pueblo brasileiro, a las fiestas del primer centenario de su independencia; y ofrece por ello una obra monumental, artística, científica y literaria, que denomina *Historia de la Colonización Portuguesa del Brasil*.

BIBLIOGRAFIA

La idea fué sugerida por la Cámara portuguesa de Comercio del Pará y estudiada por una gran Comisión, reunida em Rio Janeiro, llamada Pro Patria con la colaboración del insigne hombre de letras D. Carlos Malheiro Dias; y fué acogido con gran entusiasmo el proyecto de una remembranza altamente patriótica, que venía a glorificar todo el esfuerzo, toda la generosa participación de Portugal en la formación de la grandeza brasileña. Ayer, Italia, con motivo del cuarto Centenario del descubrimiento de América; hoy Portugal, con el motivo indicado, han acometido labores históricos de gran aliento para dar a conocer al mundo sus glorias y su participación en los grandes descubrimientos oceánicos.

El fruto que de esta reconstitución de valores históricos se deriva es la vigorización del sentimiento nacional. Tengo para mí que no hay en la historia hechos más altos, hechos que mejor afianzasen la civilización occidental y su predominio sobre toda la terra, que los descubrimientos portugueses y españoles. La circumnavegación de Africa mató la civilización musulmana. La Europa occidental, abierta la vía marítima directa con la India y los países de Asia, quedó libre del tributo que pagaba a los Sultanes de Egipto y Turquía, contribuyendo antes con su dinero al poderío económico y militar de la Media Luna. Con el descubrimiento de América se desplaza del Mediterráneo al Atlántico el centro de la civilización, y se abre todo un nuevo Continente desconocido para que fuese poblado por la estirpe europea, especialmente por las razas sajona e ibérica, haciéndola aún dueñas de un instrumento poderoso de acercamiento e influencia: el idioma.

La historia de los descubrimientos marítimos se estudia en el día investigando la manera como llegaron a ser posibles tales hechos, es decir, estudiando la preparación científica que poseían los pueblos ibéricos para acometer las empresas de los descubrimientos de cuya investigación resulta evidentemente probado que poseían una aptitud técnica superior a la de los demás pueblos del Viejo Continente.

«Las navegaciones portuguesas — escribe Malheiro Dias en una grandiosa «Introducción», que llena 131 páginas, folio mayor —, de las que los descubrimientos de las Antillas y el Brasil forman dos episodios (mejor hubiera dicho el ilustre Malheiro Dias que estos dos episodios fueron el fruto del progreso de las navegaciones en general, sin poner en duda que Portugal figuraba en primer término en esos progresos), han sido generalmente consideradas como el resultado de la audacia heroica de la raza, y narradas, por la forma en que ocurrieron, ante la imaginación de las mayorías, como una prodigiosa y audaz aventura. Pero ello no es verdad. El elemento heroico que aquellas empresas entrañaban no puede ser confundido con una aventura,



en la acepción vulgar de esta palabra. Los descubrimientos resultaron de un plano nacional, a que precedieron concepciones geográficas arrojadas, desenvueltas por un trabajo científico de gran *envergadura*.

«La mayor empresa de colonización llevada a cabo por Europa — afirma el mismo ilustre historiador — es la colonización de América.»

Carlos Malheiro Dias da desde el primer momento la impresión de una persona distinguida, atildada y correcta en el vestir y en sus modales. Es de una alta mentalidad. Monárquico convencido, se desterró voluntariamente al Brasil. En América concibió la necesidad de emprender una labor histórico de reivindicación de las glorias patrias. Abriga elevadas y nobles convicciones iberistas. «La obra de los descubrimientos — nos dijo en nuestra primera entrevista — fué obra ibérica. La Iberia que llevó a cabo tan grandes obras está llamada a un alto porvenir. Debe laborar por la confraternidad ibérica y la confraternidad de los pueblos de Iberia con los de América, sus hijos. Débese inculcar en éstos los prestigios que poseyeron los pueblos que los descubrieron y civilizaron.

Los temas históricos de que se ocupan actualmente en Portugal nos afectan muy de cerca. Sus estudios se rozan con acontecimientos históricos en que tuvimos la principal y mayor parte: el descubrimiento de América, viajes de exploración marítima de las costas del extenso continente, la preparación científica y náutica que precedió a estos hechos, verdaderas causas que los produjeron; la competencia de nuestros grandes marinos de aquella época, desconocidos en España en cuanto a su valor náutico y científico, cosa que indigna y avergüenza; la anticipación de nuestros nautas en el descubrimiento del Brasil, lo cual se trata hoy de negar en Portugal; la intervención de elementos extraños en la preparación y ejecución de los descubrimientos — la carta de Toscanelli, las cartas de relación de Américo Vespucci —, etc., etc.

Y permítasenos una mera indicación: ¿no ve el Directorio la necesidad de fomentar el estudio de estos grandes temas de historia nacional, en cuyos estudios nos llevan tanta delantera Italia y Portugal?

Hay en este último país un gran movimiento iberista, sumándose a él los ilustres historiadores que colaboran en la *Historia de la colonización portuguesa del Brasil*, Malheiro Dias y el que está al frente de la sección de la historia de la astronomía náutica peninsular, el doctor Luciano Pereira da Silva. Sus mismos estudios les hacen hallar la raíz de aquel sentimiento. Creemos, pues, que es patriótico el dar a conocer dicha monumental obra, que contiene la última palabra en materia de descubrimientos marítimos.

(A. B. C. de Madrid, 8 nov. 1923).

SEGUNDO DE ISPIZUA.

BIBLIOGRAFIA

HISTÓRIA E FILOLOGIA

JAIME DE MAGALHÃES LIMA: *A LÍNGUA PORTUGUESA E OS SEUS MISTÉRIOS*. AILLAUD E BERTRAND, Lisboa, 1923, 154 p.

UM livro dêste nobre e diserto escritor lê-se sempre com proveito, com agrado, com atenção e com simpatia. Prendeu-nos a êste o maior interesse, se bem que discordássemos quasi sempre das suas ideas fundamentais.

Num ponto, pelo menos, o sr. Magalhães Lima vai com a moda: é inimigo do intellectualismo; e nêsse ponto, como em outros, estamos nós em guerra com o nosso tempo.

Com a chama do sentimento se descrevem os sentimentos; neste livro, porém (se não erramos) pôs o escritor o sentimento a raciocinar sôbre a linguagem. Resulta de aí uma certa tendência para ver mistérios onde os não há; e mais de um «mistério» de que nos fala, se se metesse a isso, o sr. Jaime de Magalhães Lima desvendaria facilmente, com o engenho penetrante do seu fino espirito.

Abre logo êste volume com uma estocada à pobre Análise — tão maltratada em lusas terras. «A análise» (diz) «é o algoz por excelência de tôda a criação.» Sejamos nós o D. Quixote desta inocente Mofina Mendes, vítima dos pastores do nosso tempo:

Por mais que a dita me enjeite,

Pastores, não me deis guerra,

Que todo o humano deleite

Como o meu pote de azeite

Há de dar consigo em terra,

Os grandes criadores (diremos nós) foram grandes analistas — e nem percebemos que o não fôssem. Nada mais criador do que a análise de um Sócrates, um Platão, um Sófocles, um Leonardo, um Racine, um Molière, um Goethe, um Hegel, um Heine, um Newton, um Vieira, um Balzac, um Darwin, um Antero, um Nietzsche. Êsses criaram analisando, analisaram criando beleza — artística ou especulativa (que realmente o é). Tôda criação pressupõe análise; a análise é a condição prévia, o primeiro passo necessário da verdadeira criação. O espirito, sabe-se, não tira do nada aquilo que cria. De que cria êle? Do que a análise lhe subministra. Decompomos primeiro em elementos as percepções da experiência: análise; depois, reúnimos êsses elementos em novas combinações, ligando partes do dado A com partes do dado B (o exemplo do Centauro): síntese. Sem a análise, portanto, seria impossível a criação: só se poderia reproduzir o que

uma vez se apercebesse. Um produtor que não analisa é um copista ou um plagiário: um fotógrafo, se quiserem, mas de maneira alguma um criador. A análise prepara a criação; e, longe de o destruir, o espírito de exame enriquece o sentimento estético, dando-lhe profundidade e complexidade, facetas e elementos novos.

Outra idea com que não concordamos é a de que «os instintos não erram, na sua suprema sabedoria». Erram os instintos, e a todos os momentos estão errando; não há intuição *imediate* do real. Busquemos exemplo no mais «divino», que é o amor. Quantos casamentos há estéreis? quantos, também, em que se verifica a breve trecho a muito trivial «incompatibilidade dos génios»? Nem pois fisiologicamente, nem no sentido espiritual, deixa de errar a intuição do amor. Nos instintos dos animais surpreendem-se erros de palmatória. O recurso à inteligência pode ser que seja incerto; mas é ainda o mais segurinho.

No que, ao contrário, assentimos plenamente, é nos dizeres do ilustre autor sobre a música da linguagem; mas não cremos que os seus «mistérios» «escapem à análise» e à inteligência. Também aplaudimos com entusiasmo a distinção do «clássico» verdadeiro e do que chama «mentira clássica», — mas protestamos contra a afirmação de que a incapacidade para as ideas gerais não «desonra» o povo que dela sofre, e contra o ataque ao aticismo, do qual diz: «será sobretudo apanágio de qualidades bárbaras, isto é, só poderá convir a um estado de *simplicidade*», etc. Porque havemos de confundir a simplicidade de ordenação com a simplicidade de substância? A simplicidade da expressão só se atinge por um *complexo*, difícil trabalho ordenador, feito numa substância *complexa* de produtos espirituais. O difuso não é riqueza verdadeira, como insinua o ilustre autor. Uma casa em desordem dá a impressão de ter muita coisa; as mesmas coisas, ordenadas, parecem em número muito menor. O difuso e redundante não são riqueza de conteúdo: são pobreza de ordenação. Existe a simplicidade rica, como existe a complexidade pobre.

Não seguiremos, também, o seu exagerado popularismo estético. O sr. Jaime de Magalhães Lima é um democrata-popularista; nós, democratas-aristocratas. A democracia, em nosso juízo, deve ser o governo da persuasão pela elite da inteligência. É a elite (cremos nós) que estrutura um povo e lhe dá vida; se a elite cai — decai o povo; se a massa, por qualquer razão, não tem elite a que se confie, ou deixa de confiar naquella que tem, outro-sim decairá a massa; e quanto a arte, em nosso entender, o povo não a cria nunca: sempre cisterna, e nunca fonte; sempre adaptação, e nunca germe. Não oremos pois receita infalível a de que se plebeize a elocução dos mestres. Infundem beleza à obra de arte um certo número de condições, que não vem ao caso discutir agora; mas tanto pode existir beleza no que está longe do popular, como nas obras que lhe ficam próxi-

BIBLIOGRAFIA

mas. Os punhos de renda, pois, só cobrem debilidade nos que são débeis; mas a êsses, não há pano grosseiro que os fortifique. Afirma também o excelso escritor que a linguagem das letras cultas, separando os incultos dos que o não são, destrói a unidade da nossa Grei; é possível; não cremos, todavia, que a reprodução da língua do povo, à maneira da de Camilo (que tanto exalta) suscite melhor a unidade: porque essa língua é regionalista. Não sublinha, pois, uma separação de duas culturas: mas estabelece uma separação de natureza corográfica, mais fragmentadora que a primeira. A língua culta, ao menos, é entendida por todos os cultos, desde Caminha até Tavira; mas o provincianismo trasmontano, ou minhoto, não é percebido pelo homem culto (e ainda menos pelo povinho) do Alentejo ou da Extremadura. O povo do Algarve, por exemplo, não perceberá muito melhor a linguagem de Camilo (cujos dotes populares o sr. Magalhães Lima tanto aplaude) do que a de Ramalho ou Júlio Denis, a de Herculano ou de Queirós.

Não exageremos em nenhum sentido; haja equilíbrio e haja ordem. Estamos numa fase lindamente bárbara, simpaticamente anarquizadora; subiremos a um grau mais alto quando soar a reacção sã contra este ódio à Inteligência que neste momento embriaga todos, os mais inteligentes e os mais nobres — entre os quais, há muito tempo, nos habituámos a contar o sr. Jaime de Magalhães Lima. Num tecido de afirmações que a nós nos parecem pouco exactas, mas sempre defendidas com raro brilho, foi bordando o distinto ensaísta preciosas ideas de pormenor; tem a elocução dêste seu livro aquele aroma purificador, a frescura, a elegância, que já encontráramos nos precedentes; e lê-se a obra com o maior agrado, porque, ao atacar o intelectualismo e o aristocratismo na literatura, ostenta dotes excepcionais de intelectual e de aristocrata.

ANTÓNIO SÉRGIO.

ARTE E ARQUEOLOGIA

REYNALDO DOS SANTOS: *A TORRE DE BELÉM*. Estudo histórico e arqueológico, com desenhos de Maria de Lourdes. Edição do autor, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1923.

COM a publicação da *Torre de Belém*, após a do *Álvaro Pires de Évora* e a dos estudos empreendidos anteriormente, o Dr. Reynaldo dos Santos assinalou definitivamente uma primacial posição, de distinção notabilíssima, entre os nossos arqueólogos e críticos de arte. Nêle se admira

um dêsses casos, tão raros em Portugal como alhures, em que a sciência do erudito serve e afervora a devoção do artista, a quem o ambiente dos arquivos não dessora o entusiasmo nem seca o sentimento. E' por isso que das mãos do presidente dos *Amigos do Museu*, vibrátil com tôdas as manifestações da Beleza, poderosamente cultivado e dotado, os documentos saem animados daquelle calor vivo que apenas a faculdade de sentir e admirar logra comunicar-lhes, e sem o qual os documentos são tão sòmente materiais que ficam aguardando o animador sensível, quando não são papéis mortos.

Desta formosa monografia da *Tôrre de Belém* ressaltam, emfim, a história e o simbolismo do precioso monumento manuelino, assás louvado mas tão precariamente estudado e compreendido que puderam prolongar-se até aos nossos dias o êrro que o attribuia ao debuxo de Rêsende e a superstição que nêle entrevia a sugestão da Índia — com tão grave prejuízo da glória de Francisco de Arruda e esquecimento da influência — palpitante, essa — dos Algarves dalém mar, a grande lição da Cavalaria portuguesa e sua escola de heroismo. E', em primeiro lugar, o descobrimento — pode dizer-se assim — e a justa proporção dada à dinastia magnífica dos Arrudas, *mestres de pedraria*, que conferem ao estudo do Dr. Reynaldo dos Santos o valor com que êle vem acrescer e avigorar o nosso património artístico.

Sob êste aspecto, tal livro vale singularmente não apenas pelo muito que já aclarou e fixou, mas até pelo muito que sugere e promete. A partir da *Tôrre de Belém* a nossa arqueologia artística não mais poderá esquecer os Arrudas — sem a acção primacial dos quais ficariam obscuros tantos passos da nossa arte — desde o mais antigo da admirável família, João, mestre das obras da Batalha, ao «grande mestre da fortificação joanina», Miguel, amigo de ilustres capitães e humanistas, até ao poderoso e subtil architecto da *Tôrre de Belém*, Francisco, agora identificado, o qual, com seu irmão Diogo, deixou igualmente em tôda a arte manuelina do Alentejo as sugestões da arte do Islam, cujos temas o inspiraram em Marrocos, onde também construiu fortalezas cristãs da conquista. Desarte os Arrudas adquiriram um soberbo relêvo, quando até aqui erravam como vagas sombras delidas no textô dos documentos. E a importância dêstes mestres afirma-se numa época em que os dois Castilhos não haviam ainda grangeado a glória que lhes adveio das obras de Tomar, Belém e Coimbra. A-par do ressurgimento dos Arrudas, o Dr. Reynaldo dos Santos acaba de vez com a lenda do indianismo da *Tôrre*, demonstra quanto foi episódica a emigração artística dos nossos mestres para a Índia, e põe em surpreendente destaque a importância que D. Manuel ligava à ocupação e cristianização da Mauritània. Assim chega a erguer, para o resolver já em muitos passos, o magno problema das relações artísticas entre Portugal e o Maghreb nos séculos xv e xvi, concluindo que «o ba-

BIBLIOGRAFIA

luarte do Restelo pode ser considerado como o monumento que melhor simboliza Portugal e os Algarves daquém e dalém mar.» Êstes pontos de vista, documentados por textos inéditos e por outros a que a interpretação do autor emprestou novo alcance, foram pela primeira vez colocados com tal segurança e perfeita consciência pelo autor da *Tôrre de Belém*; e uma nota no final do volume — velada, se bem que muito grave pelo que ali prefere discretamente calar, — o fica atestando por meio do fiel testemunho das datás.

O notabilíssimo estudo appareceu numa edição que é das que mais contentam e consolam os nossos olhos, infelizmente habituados a desconsolarem-se à vista de tantas outras obras publicadas entre nós. O primeiro dever de qualquer livro é ser belo — o que não querê dizer *rico*, mas *harmónico* na sua integral expressão gráfica. Quando, porém, um livro se ocupa de arte, êsse preceito impõe-se até como um dever de coerência lógica.

E' isto que não sentem em geral os estabelecimentos gráficos do Estado nem as oficinas particulares onde o gôsto atento e educado dos autores se não introduz.

Para o valor excepcional da *Tôrre de Belém* concorrem belamente os desenhos da Senhora D. Maria de Lourdes, — verdadeiros desenhos de mestre pela vigorosa estilização que os ennobrece e pelo gôsto decorativo com que se integram no volume.

AFFONSO LOPES VIEIRA.

A. GONÇALVES: *ESTATUÁRIA LAPIDAR DO MUSEU MACHADO DE CASTRO*. Coimbra, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1923, 269 páginas.

O sr. António Augusto Gonçalves, é um dos raros e consoladores exemplos de culto dum património artístico regional. No Museu Machado de Castro, tem recolhido e salvo relíquias que sem a sua dedicação, forte contra as ingratidões e injustiças, estariam hoje perdidas. A sua situação especial, o seu passado e a sua qualidade de artista, dão-lhe uma autoridade excepcional na arte coimbrã. Por isso o seu livro era esperado com o maior interêsse por todos os amadores e historiadores da arte nacional. Mais depressa porém que obra de historiador, que o sr. A. Gonçalves modestamente não quis ser, devemos considerá-lo como comentários dum artista e um hino à imaginaria popular da meia idade, com páginas de exaltação lírica, sincera, tocante e até por vezes ingénua, como a escultura que enaltece.

Reconhecemos a dificuldade de fazer já a história, que aliás o sr. A. G. estava em condições especiais de esboçar. O inventário artístico regional que êle tão justamente reclama, está ainda por fazer (como de resto em todo o País) e é certo que há grandes lacunas documentais acêrca das atribuições das obras e biografias dos mestres, sendo profundamente lamentável emfim, a perda desastrosa das notas sôbre que o A. elaborára um primeiro trabalho, certamente mais objectivo, documentado e ordenado do que êste.

Mas se tudo isto absolve o mestre das lacunas inevitáveis, não explica as omissões propositadas, que aliás restringem o alcance crítico da obra e não nos consola da desilusão de não ver ainda escrita, por quem tinha autoridade especial para o fazer, a história da escultura coimbrã.

Procuremos analisar as ideas essenciais.

Sôbre a estatuária medieval, pensa o A. *que até fins do século XIII, pelo menos, a produção escultural foi essencialmente nacional e de pura intuição*, afirmação esta última um pouco difficil de conciliar com a composição e iconografia dos capitéis de Cellas, uma das obras que, com os túmulos da Sé Velha, constituem a base da sua convicção estranha. No séc. xiv porém, surgem os túmulos da Rainha Santa (1330) e de sua neta que o A. julga *lavrados por artistas estrangeiros e marcando irrefutavelmente o carácter bem definido de estranha intervenção* (p. 98), possivelmente aragonesa. Desde então o sr. A. G. nota a *simultânea existência de duas correntes de imaginária, a dos obstinados e irreductíveis na tradição dos túmulos dos bispos e capitéis de Cellas e a dos conversos*, de cuja plástica volumosa, ampla e tímida, é exemplo o túmulo de Santa Clara, *já desviado da expressão tradicional*. Esta concepção de dois influxos, tradicional um, importado o outro, é correndo ambos a par no período medieval, parece-me menos justa do que na Renascença, em que essa opposição e independência são indiscutíveis. Precisamente, não sei de período em que a nossa estatuária ofereça uma evolução mais harmoniosa e um carácter mais nacional, do que o ciclo do meado do séc. xiii ao meado do séc. xiv, em que o centro da actividade plástica foi Coimbra. As influências que túmulos como os de D. Denis (1320) e D. Isabel (1330) denotam, são as da arte da época, embebida, mesmo em Espanha, da forte sedução francesa, no período áureo da sua estatuaria e influência peninsular.

Mas se do túmulo de D. Tibúrcio (1246) ao de D. Gonçalo Pereira (1350), obra prima da nossa escultura medieval, a técnica e a modelação progridem, os caracteres gerais, que já defini noutro lugar, são essencialmente os mesmos, e acentuadamente nacionais.

As duas correntes que de facto se contrapõem, aqui como em toda a parte, são as da *grande arte* e da *arte popular*, uma mais culta, de melhor técnica

BIBLIOGRAFIA

e estilo, outra mais ingénua e rude, embora por vezes, e por isso mesmo, tocante como sentimento. Precisamente a divulgação dessa imaginária, em parte perdida na humildade de igrejas regionais, é um dos méritos incontestáveis d'este livro, aliás nesse ponto mais apologético do que crítico.

Algumas das imagens, porém, que o sr. A. G. parece ligar à corrente tradicional, são de facto de influência estranha e pena foi que o sr. A. G. não procurasse caracterizar as origens, por vezes diferentes, que as geraram.

Se a Virgem de S. Paulo de Frades (fig. 4), datada de 1448, tem um carácter acentuadamente nacional que pouco depois Diogo-Pires-o-Velho havia de traduzir ainda melhor na imagem de Leça da Palmeira, a encantadora Virgem de Lorvão, aliás bastante anterior, inspira-se, pelo estilo, atitude e panejamento, em certas imagens francesas do século xiv, como a Virgem de Huarte Araquil, importada em 1349 de Paris para a Navarra (hoje perdida) e com a qual a de Lorvão tinha afinidades indiscutíveis. A de Tentugal (fig. 8) reflecte ainda a influência dos modelos franceses do séc. xiv e o sentimento do pregueado faz pressentir uma matéria mais fina e polida, como algum marfim em que se inspirasse.

Tôda a restante imaginária regional, reproduzida nas figs. 6, 12, 14, 15, 16, 18, 21, 22, etc., são essencialmente *arte popular*, em que o A. reconhece com razão «desenho infantil, proporções arbitrarias e roupagens improvisadas» mas que por isso mesmo e pela excessiva ingenuidade de execução, não correspondem à exaltação lírica das palavras do A.

Já do *Cristo no túmulo* do Museu (fig. 3), é justo tudo que diz sobre o patético da expressão. Mas a *invenção do lençol*, como o A. escreve, não é do artista — é a repercussão entre nós da concepção naturalista da morte, e que na Borgonha envolve já a figura jacente de Jacques Germain (1424) num «sudário trágico». Por isso me não parece justo afirmar que aquela escultura do Museu, pelo sr. A. G. atribuída aos fins do séc. xv, «poderia ter saído das mãos dum ascendente, cem anos antes». Mesmo em França, isso seria pouco verosímil.

O que restringe porém fundamentalmente o alcance do livro e até alguns dos seus juízos, é o critério de querer abranger a evolução da arte duma região, tão importante como Coimbra, limitando-se às obras que nela se encontram, sem as ligar à arte donde provêm, nem à expansão que originaram.

Se o sr. A. G. tinha o direito de tomar como objectivo, apenas a estatutária regional e até só a do Museu, não podia eximir-se a relacioná-las, pelo menos, com a evolução da arte nacional e os reflexos da irradiação estranha. Sem isso, era-lhe impossível uma ampla compreensão da génese

LVSITANIA

e filiação das mútuas influências. ¿E como explicar omissões, certamente propostas mas injustificáveis, como a de Diogo-Pires-o-Velho, sem dúvida um dos mais ilustres, senão o mais ilustre, escultor de Coimbra na 2.ª metade do séc. xv, e cujo nome nem sequer aparece neste livro sobre a escultura coimbrã?

Conhecêmo-lo, não apenas por documentos de arquivos e citações dos cronistas, mas pelas obras que deixou, e mesmo que o sr. A. G. não quisesse aceitar (por razões que lhe cumpria dar) a atribuição que Teixeira de Carvalho lhe fez e eu perfilhei, do admirável túmulo e estátua jacente de Fernão Teles em S. Marcos, não podia deixar de considerar essa obra essencial, nem esquecer que a Virgem de Leça da Palmeira, em pedra de Ançã e feita em Coimbra, é averiguadamente de Diogo-Pires-o-Velho. Notável pela modelação, naturalismo, e até pela expressão étnica de beleza plebeia e regional, essa escultura tem uma importância capital para a história da estatuação de Coimbra e identificação de outras obras do mestre que o sr. A. G. tão injustamente esqueceu.

A 2.ª parte do livro, consagrada ao *Manuelino* e à *Renascença*, tem, quanto a esta, o interêsse de nos fazer conhecer as opiniões do A., sobre algumas obras cuja atribuição é controvertida.

Na estatuação manuelina, o A. aproxima com razão as Virgens de Santa Cruz (fig. 25) e as Santas Mães do Museu (fig. 26), da Virgem de S. Paulo de Frades (fig. 4); obras evidentemente nacionais, ligadas a meu ver entre si pela arte de Diogo-Pires-o-Velho; mas o que diz da imaginária dos túmulos reais, é vago e não esclarece o desconhecimento em que estamos dos mestres que a modelaram. A enérgica contestação, que o *manuelino* seja o *plateresco*, embora supérflua para quem conheça a arte da península, é ainda necessária para certos professores de História da Arte, cuja sensibilidade artística nem sequer lhes permite compreender as expressões próprias da arte nacional.

Mas quando afirma que « não é possível estabelecer aproximações e regras de classificação » dos elementos orgânicos e decorativos do manuelino, permito-me lembrar que a Batalha foi a escola original das formas *gótico-naturalistas* onde essa filiação é clara, e que para as formas *mouriscas* do Alentejo, Sintra e Lisboa, já indiquei noutro sítio as influências donde provinham. E a êste propósito e do que escreve sobre a Torre de Belém, não deixo passar sem reparo (pelo respeito que me merece o autor e o alcance que o facto comporta) a aproximação dos *domos gomados* do Restêlo com os do baixo-relêvo do *juízo final* de Alcobaça. Teria sido prudente, um comentário que afastasse do público inculto a idea duma filiação — inverosímil

BIBLIOGRAFIA

perante a dupla corrente evolutiva que trouxe essa forma oriental à península e ilógica por supor uma forma decorativa a gerar uma forma construtiva, ao invêz das leis habituais da evolução plástica. De resto ninguém de boa fé e senso crítico que conheça a Torre de Belém e os monumentos marroquinos, pode furtar-se, em face da célebre *Coutobia* de Marrocos, às afinidades evidentes da sua cúpula aos gomos (do séc. xiii) com as do nosso baluarte. Foi o que sucedeu ainda recentemente a um autêntico mestre de História da Arte, o prof. E. Mâle, que esteve em Marrocos depois de ter visitado Lisboa e Alcobaça. Quando em Outubro passado e em Paris, ao confiar-me a aproximação que o minarete almohade e a torre manuelina lhe tinham sugerido, lhe contei que Francisco de Arruda estivera precisamente na região da *Coutobia* antes de ser o mestre da *Torre de Belém*, logo no espírito do eminente historiador, a espontânea sugestão de afinidade se converteu numa fundamentada filiação, haurida agora na dupla prova — plástica e histórica. Por isso me é penoso ver o sr. A. G. citar como «dessassombros judiciosos» (pag. 119) leviandades lamentáveis escritas entre nós sem probidade e sem crítica e que não são dignas de ser perfilhadas por si, como nem sequer o tinham sido de ser contestadas por mim.

Sobre João de Ruão e Nicolau Chanterene, o valor dos juízos é desigual. Como Teixeira de Carvalho, o sr. A. G. conhece melhor a obra do mestre que sempre viveu em Coimbra do que a de Nicolau que sobretudo ali trabalhou em volta do decénio 1518-1528. Baseando-se numa obra deturpada pela pintura (retábulo de S. Marcos) e desprezando ou desconhecendo as obras de Belém, Sintra e Évora, melhor conservadas, identificadas e datadas, o sr. A. G. privou-se mais uma vez de elementos essenciais de comparação e crítica, indispensáveis à compreensão da evolução artística do mestre e identificação segura da sua obra. Por isso algumas das suas atribuições carecem de revisão, como a da *porta especiosa* da Sé.

Por outro lado, e a propósito dos baixo-relêvos do claustro de Santa Cruz, o sr. A. G. exalta o talento de composição do escultor, sem se aperceber que se inspiram, ou mesmo copiam, as gravuras da Paixão de Dürer. Sem contestar ao artista, méritos que outras obras fundamentam com mais originalidade, a verdade é que estas, precisamente, só traduzem a influência bem conhecida e absorvente durante a Renascença, da obra daquele gravador de génio.

Emfim, após algumas referências à arte indo-portuguesa dos séc. xvi e xvii, e à talha barôca, o A. acaba por um pequeno capítulo sobre a obra dos Castilhos, não aceitando para João de Castilho a possibilidade

de ser sucessivamente o mestre da janela de Tomar, do claustro de Belém e do Renascimento do convento de Cristo. É esta uma das intransigências mais estranhas do espírito de um historiador de Arte.

João de Castilho, é um dos numerosos exemplos, como Enrique Egas e tantos outros em Espanha, de artistas que vivendo num período de transição, assimilaram as sucessivas correntes estéticas que a transformação do gosto da época e até as exigências dos Mecenas que serviam, fatalmente lhes impunham.

Tal é a súpula dêste livro, mais impressivo do que crítico, bem escrito e longamente pensado, um pouco excessivo nas suas divagações estéticas e apologéticas, insuficiente como história — mesmo da arte regional, mas interessante pelas opiniões que revela e pela autoridade especial de quem as enuncia.

É justo ainda acentuar que o fim essencial do A., foi divulgar o encanto da estatuária medieval popular — antes mal conhecida do que incompreendida — e que sob êsse ponto de vista, o sr. A. G. prestou com o seu livro, mais um grande serviço à arte da região, mesmo com o reduzido número de ilustrações que o documentam. Se algumas imagens me parecem demasiado ingénuas para merecerem os louvores com que o sr. A. G. as exalta, outras seriam dignas duma reprodução que melhor valorizasse a sua importância e o encanto da sua beleza. Não obstante, o livro ficará como um documento, nada banal, do culto e das opiniões que a arte coimbrã inspirou — ao mestre que mais a tem defendido.

REYNALDO DOS SANTOS.

VERGÍLIO CORREIA: *SEQUEIRA EM ROMA (DUAS ÉPOCAS)*.
Coimbra, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1923, 83 p.

COM o título «Sequeira em Roma (duas épocas)», publica o sr. dr. Vergílio Correia um pequeno volume fruto da sua última (?) viagem àquela cidade italiana.

Se o sr. dr. Vergílio Correia se tivesse limitado a publicar os documentos que ali copiou e a reproduzir as obras de arte *autenticadas* que ali viu, teria prestado um serviço à História da arte portuguesa, fornecendo elementos aos que, com competência para isso, de futuro se ocupassem do grande artista português. Mas o sr. dr. Vergílio Correia quis ir mais longe e, não se limitando às obras autenticadas de Sequeira, quis, por sua vez,

BIBLIOGRAFIA

autenticar outras, acompanhando-as tôdas do seu comentário crítico, o que é lamentável porque encheu assim o seu livro de enormidades, transformando-o de elemento útil em elemento nocivo e desnorteador. Ao sr. dr. Vergílio Correia faltavam-lhe para fazer o que quis intentar, os conhecimentos indispensáveis, conhecimentos que não se improvisam; e, o que é pior, faltava-lhe ainda a vocação e esta, infelizmente para si, não se remedeia mesmo quando para a substituir se lhe sacrificam longos e aplicados anos. O grande crítico e historiador de arte Molinier, de quem fui discípulo em Paris, dizia isso com frequência nas suas lições.

O livro do sr. dr. Vergílio Correia fecha com os seguintes períodos: « Esperar, demorar muitas vezes por largos anos, uma publicação, porque nos falta uma informação, um documento que esclareceria determinado ponto, não é para o nosso tempo nem para o meu temperamento. Porque muito esperaram homens aliás eminentes e sabedores dentro do campo artístico é que Portugal não possui ainda uma História de Arte . . . » Transcrevêmo-los porque êles definem os processos do autor e são tanto mais lastimáveis quanto vêm de quem tem não só de ensinar mas também de educar. Para um estudioso de antiguidades, o sr. dr. Vergílio Correia é em verdade demasiado, não diremos moderno, mas modernista, o que é diferente. Nós preferimos continuar a guiarmo-nos neste ponto por Fustel de Coulanges e a acreditar, com êsse altíssimo espírito, que, em matéria de história e sobretudo de história da arte, para uma breve hora de síntese, não são demais longos anos de análise.

O livro do sr. dr. Vergílio Correia publica, entre o frontispício e o prefácio, a reprodução de um desenho existente no « Museu das Janelas Verdes », que o sr. dr. Vergílio Correia dá como o auto-retrato de Sequeira. Ora êsse desenho não pode ser um auto-retrato de Sequeira pela elementar razão de não ser um auto-retrato, mas um simples retrato, isto é, a imagem de uma pessoa feita por outra. Basta para isso olhá-lo com atenção e atentar na posição do busto e sobretudo no movimento da cabeça e posição dos olhos. Mas, além disso, que é já suficiente, essa cabeça não se parece em nada com a de Sequeira, da qual temos três *imagens* a óleo (uma delas, na posse de família, só a conheço pela gravura que acompanha o estudo do Marquês de Sousa Holstein nas « Artes e Letras ») e que, sendo tôdas idênticas, como o é ainda a gravada por Queirós, mais tarde litografada por Sendim e Dias e Costa, nos dão um Sequeira totalmente diferente do que se vê no desenho reproduzido no livro do sr. dr. Vergílio Correia. O nariz, a boca e configuração craniana dessa cabeça, que é uma cabeça essencialmente aristocrática, divergem pro-

fundamente das feições que nos dão os retratos indiscutíveis do pintor, como o de Pelligrini, e que caracterizam o seu tipo rude e plebeu.

¿O que é que levou então o sr. dr. Vergílio Correia a apresentar êsse desenho como o auto-retrato de Sequeira? ¿A indicação do respectivo catálogo do Museu? Mas o sr. dr. Vergílio Correia não ignorava nem podia ignorar que êsse catálogo está condenado e tão condenado que, desde 1911, época da minha entrada para a Direcção do Museu, o mandei retirar da venda.

A pag. 18 do seu livro, diz o sr. dr. Vergílio que Sequeira *copiou* em 4 dias os frescos com que, em Grotta Ferrata, Dominichino decorou a capela Farnesiana, e para isso funda-se na carta publicada pelo sr. dr. Martins de Carvalho a pag. 18 do seu livro: «Domingos Sequeira em Itália». Ora isso seria um absurdo em que o sr. dr. Vergílio Correia, tendo visto como viu a capela, não teria caído se tivesse uma vaga idea do que representava uma cópia, embora superficial, dêsses frescos. E se a carta do guarda-jóias dissesse realmente tal, o sr. dr. Vergílio Correia não devia, a-pesar disso, ter aceite essa informação, tomando-a, como de justiça, como uma revelação de absoluta ignorância. Mas a-pesar-de exagerada e louvaminheira, a carta em questão não diz que Sequeira *copiou* os frescos. O que, na carta, se escreve é que Sequeira os *desenhou*, o que é muito diferente e plausível.

Êrro mais lamentável é a atribuição que o sr. dr. Vergílio Correia faz a Sequeira do retrato de José Pereira Santiago (pag. 6), tela que nada tem com êste artista, sendo ainda curiosos os argumentos que dá para tal. Quanto ao retrato de Francisco Pereira Santiago (pag. 10), não tenha o sr. dr. Vergílio Correia dúvidas; êsse é de Sequeira e das melhores coisas dêle.

Mais grave porém do que tudo isto é o capítulo: «O Retrato de D. João VI». A tela, que reproduz a pag. 68 e que atribui a Sequeira (pag. 53) e de que, nesse capítulo, o sr. dr. Vergílio Correia faz um tão grande elogio, é uma obra péssima, um autêntico *mamarracho*, horivelmente desenhada e *construída* e feita por qualquer pinta-monos sôbre a litografia de Gianni, e de-certo já tardiamente no período romântico, como o indica o seu especial maneirismo. O desenho a lápis, reproduzido a pag. 60 e que o sr. dr. Vergílio Correia dá como um original de Sequeira, sendo, na sua opinião, o *preparo* para a litografia de Gianni, êsse não passa duma cópia, e má, da litografia. E é preciso não ter a menor idea do valor de Sequeira e do que é uma obra de arte para, a propósito de tais horrores, ter pensado no nome do grande artista português. O sr. dr. Vergílio Correia não lhe podia ter feito injúria maior do que a que lhe fêz dando-lhe a paternidade dêsses dois desgraçados trabalhos.

BIBLIOGRAFIA

E' com pesar que somos tão severos com o sr. dr. Vergílio Correia e, a-pesar-de tudo e do sr. dr. Vergílio Correia não ter sequer a desculpa de não ter sido bem aconselhado por pessoas autorizadíssimas que consultou e que lhe disseram a verdade sobre o caso, a-pesar disso, repito, não escreveria o que escrevi se, a seguir ao seu nome, a capa do volume não indicasse a sua qualidade de Professor de História de Arte da Universidade de Coimbra.

Assim tôdas as enormidades que o seu livro encerra revestem especial importância pois, os que o lerem, se não conhecerem Sequeira, ficarão a fazer dêste artista um juízo tristíssimo, e os que o lerem, conhecendo o grande desenhador, não o farão melhor da Faculdade em que o sr. dr. Vergílio Correia professa.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

EXPOSIÇÃO DE GUERRA DE SOUSA LOPES.

SOUSA Lopes é sem dúvida o mais forte pintor da sua geração, por um conjunto raro de qualidades que só os grandes mestres lograram reunir como êle. Também, por outro conjunto de circunstâncias a que o seu patriotismo não foi estranho, S. L. encontrou-se em face do assunto cuja grandeza precisamente exigia e punha em jôgo a exuberância dos seus instintos de fresquista, servidos por uma técnica poderosa e larga.

Sobre esboços surpreendidos em plena *mêlée*, o artista compôs as grandes telas destinadas a uma sala especial do Museu de Artelharia, juntando-lhe uma colecção de desenhos, esboços e águas-fortes que a par do sabor documental têm um incontestável valor artístico. Das grandes telas, a maior representa o avanço do 15 cruzando em La Couture a onda dos fugitivos civis, carregados de tôda a miséria do êxodo. Neste esforço formidável de composição, a ordenação perdeu um pouco a unidade expressiva e o fluxo e refluxo destas duas correntes de derrota e de energia, que se deviam opor como os dois temas duma sonata, afogam-se numa complexidade episódica a que falta a hierarquia dos valores e uma estilização da realidade.

Já a tela vizinha, se constrói com outro poder de síntese, embora a meu ver a sua força emotiva resida menos na figura principal que atira ao horizonte ardente um gesto declamatório, do que na restante composição do primeiro plano, em tons graves, onde capacetes enormes sobrenadam ao lume da terra indicando os corpos mergulhados na trincheira e na dor; depois o grupo de maqueiros e o morto, maravilha de desenho, modelação e côr, brochado com largueza dramática e incarnando num corpo de títan a alma do herói.

No quadro simbólico que comemora o soldado desconhecido, o artista procura ritmar os perfis negros das mãos sobre o fundo de ouro da Batalha; tentativa curiosa, de dramatização impressionante, mas cuja composição, ritmo de linhas e de cores, não alcançaram uma harmonia perfeita.

Esse equilíbrio de composição decorativa, conseguiu-o S. L. no episódio do soldado que, já rodeado de inimigos, destrói à picareta a última peça da bateria. Anima-o um sôpro heróico, e no desenho uma energia formidável, mas tem para mim o defeito, que talvez o não seja para muitos, de teatralizar o herói e o gesto, dando-lhe atitudes de melodrama e envolvendo-o numa policromia romântica.

As qualidades de S. L. são tão fortes que suportam a crítica e triunfam das restrições sinceras. Por isso me permito notar que os pintores cedem por vezes ao preconceito, maior ainda nos oradores, de procederem como se só se pudesse evocar o heroísmo com retórica. O estilo heróico da pintura militar, desde as telas de David e Gros às de Géricault e Delacroix, tem uma tradição declamatória como a do teatro clássico na casa de Molière. Perdeu assim o valor decorativo de tapeçaria, que a Renascença e Salvatore Rosa e Van der Meulen no sec. XVII lhe tinham dado e não ganhou o valor expressivo que a epopeia napoleónica lhe tentou dar. S. L., nesta tradição, aliás gloriosa, cedeu por vezes à tentação de impressionar pela teatralidade episódica e o romantismo das cores.

Mas se noto êstes raros desfalecimentos do seu gosto, que uma emoção sincera redime e uma técnica sempre poderosa sustenta, é para melhor lhe dizer quanto me sinto esmagado agora, em face do *friso da rendição*, isento do menor ressaibo de retórica, concebido com a largueza do fresco, cujas figuras modeladas com lama e neve, caminham vergadas ao pêso do Destino, mais que da *impedimenta* e do cansaço, numa incarnaçãõ que tem a força duma síntese e dum símbolo. Massas de resignação heróica, rolando sobre planícies dilaceradas como a camuflagem que as oculta...

É pintura e é já escultura, a dois passos do bronze, modelada por planos e patinada de tonalidades esverdeadas. É uma das mais belas obras que a guerra inspirou à pintura mundial e já agora a mais positiva compensação, talvez a única, que os nossos sacrifícios alcançaram.

Esta circunstância de um artista como Sousa Lopes ser encarregado duma missão cujo alcance muita gente não compreendeu e esperamos compreenderá agora, é ainda o caso raro em Portugal, de ver *the right man in the right place*, e que devemos a uma feliz decisão do general Norton de Matos.

O pintor também pagou-lho régiamente, porque o retrato que dêle fêz fica como uma tela notável na arte do retrato contemporâneo.

BIBLIOGRAFIA

Tal como está, e esperamos que assim ficará, é quasi um grande *grisaille* lavada de azul e enriquecida de toda a gama de valores que esta sóbria harmonia podia gerar. A figura do general, a um lado, está desenhada com a energia que o carácter dêsse realizador exigia; o queixo voluntarioso, a attitude tenaz, as pernas curtas retezadas em arco. A composição do debuxo e da côr, é uma das *trouvailles* dêsse retrato, cuja energia de linhas contrasta com o fundo em gris, povoado de silhuetas militares, envoltas no esfumado evocador duma litografia de Raffet.

Mais forte ainda que esta *grisaille*, é o *sanguíneo* admirável dos « *Cavadores* ». No ciclo heróico do soldado português, o artista incluiu o *Génésis*, quando o homem antes de ser expulso para o inferno da guerra, cavava ainda no Paraíso. São troncos humanos agarrados ao solo por raízes atávicas, que uma luz sanguínea de aurora envolve de frescura paradisíaca. O molinete das enxadas desenha-se no ar, fixado em fases sucessivas que cinemam o movimento e imprimem às attitudes, admiravelmente desenhadas, ritmos diversos de harmonia que são um dos prodígios desta composição excepcional.

É ainda a obra dum escultor, dum colorista e dum nobre plebeu que restitui à Terra, em forma e em côr, todos os másculos instintos de artista que dela recebeu. Não sei que maior força sugestiva o mestre poderia ainda dar-lhe, e em busca dum acabamento que só preconceitos técnicos exigem, esta flor de espontaneidade e força juvenil, talvez corre o perigo de se converter num fruto de atelier.

O profundo sentimento da matéria, havia de arrastar fatalmente este colorista à *água-forte*, como a espontaneidade da sua factura e largueza de composição (tão rara entre nós) o haviam de conduzir ao *fresco*.

Essas *águas-fortes* constituem já hoje um dos grandes títulos de glória do pintor, certamente o primeiro português que triunfou nesta forma de arte, cujas tradições nacionais são raras ou tímidas, desde Vieira Lusitano a Constantino Fernandes.

Crateras da *terra de ninguém*, onde a água tem um silêncio de morte; figuras debruçadas ao parapeito da trincheira, cuja attenção se adivinha prescrutando o horizonte; soldados para a rendição, duma *mise en page* admirável; canhões destroçados em attitudes de tragédia, homens rastejando como tartarugas cobertas duma carapaça de lama, — tudo tem uma força, uma expressividade e uma grandeza que se são do assunto são também do artista, da sua visão e do seu génio de colorista, que dá às coisas mortas, a vida e deixa entrever nos vivos — a morte.

REYNALDO DOS SANTOS.

SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS E FÍSICO-QUÍMICAS

ENRIQUE DUPUY DE LOME E PEDRO DE NOVO: *LAS LÍMITES DE MANCHAS ARCAICAS Y PRIMARIAS EN LOS CONFINES DE LA PROVINCIA DE HUELVA CON EL ALEMTEJO EN PORTUGAL.* Madrid, 1923.

A COLABORAÇÃO entre geólogos espanhóis e portugueses impõe-se para a solução de muitos problemas da geologia da nossa Península. Na organização das cartas geológicas dos dois países vizinhos, o Instituto Geológico de Espanha e a nossa Comissão do Serviço Geológico prestaram-se mútuo auxílio, mas, geralmente, apenas pelo conhecimento dos trabalhos que *independentemente* realizaram os respectivos geólogos; faltou o trabalho metódico, por comissões hispano-lusitanas, que fôsem encarregadas de ajustar entre si as representações dos afloramentos cortados pela linha de fronteira.

E, diga-se de passagem, a nossa carta geológica, apresentando Portugal destacado do resto da Península, como se fôra uma grande ilha, não presta a quem a estuda tóda a utilidade que só provém do conhecimento da forma por que se estendem para fora dos nossos limites as diversas manchas geológicas. Já não incorreu nessa falta a carta espanhola de 1893, a qual incorporava a nossa de 1876, nem a de 1919, utilizando para a parte portuguesa da Península os dados mais recentes do serviço geológico português.

No relatório da comissão desempenhada em Espanha no ano de 1878, o nosso insigne geólogo Nery Delgado, descrevendo a sua excursão na província de Huelva em companhia do sábio espanhol D. Joaquin Gonçalo de Tarin, mostra as vantagens da cooperação estreita dos geólogos peninsulares.

Anos depois da excursão de Delgado, estiveram em Portugal D. José Macpheson e Fernandez de Castro y Cortazar, com o intuito de harmonizar os estudos feitos dos dois lados da fronteira; mas nunca foram oficialmente organizadas comissões mixtas constituídas pelos geólogos que num e noutro país se dedicaram ao estudo das mesmas formações.

A pesar desta independência quasi absoluta, são raras as faltas de concórdância entre as cartas geológicas dos dois Estados. Apontamos duas: as manchas arcaicas e silúricas a nordeste de Trás-os-Montes não se ligam com as arcaicas e paleozóicas da província de Zamora, ao sul de Puebla de Sanabria; — não há correspondência perfeita entre a representação dos terrenos também arcaicos e paleozóicos do Alentejo, em tórno de S. Domingos e na parte fronteira da província de Huelva.

BIBLIOGRAFIA

Nesta última região os problemas geológicos são muito complicados, porque as maças estratificadas se apresentam muito deslocadas, em inextrincáveis disposições tectónicas e com os seus caracteres petrográficos primitivos profundamente alterados pelo metamorfismo de contacto com rochas eruptivas. São realmente frequentes as intrusões ígneas, tendo o mapa geológico espanhol representados em grande número os afloramentos respectivos, constituídos especialmente por pórfiros, diaritos e diabases.

No relatório citado, Nery Delgado também admitia para esta zona de metamorfismo uma « intensíssima acção geyseriana, porventura concomitante da emissão metalífera » à qual atribuía « a formação de potentes maças minerais, calcáreos e provavelmente quartzitos, que se mostram nas condições mais anormais e sem a continuidade exigida para as camadas formadas regularmente ».

Além disso, mesmo nas rochas menos alteradas, faltam ou são muito escassos e irregularmente distribuídos fósseis característicos. Necessariamente os estudos estratigráficos numa região de tectónica tão complicada devem ser de extrema dificuldade, e assim se explicam as indecisões traduzidas nas sucessivas cartas geológicas.

A discordância entre a carta portuguesa de 1889 e a espanhola de 1893 manifesta-se no corte brusco da facha devónica de Ficalho pela linha de fronteira, a oriente da qual nos aparece Rosal de la Frontera assente na mancha extensa do arcaico; o rio Chança separa, ao longo de oito quilómetros a NW de Paymogo, este terreno, em Portugal, do vasto afloramento gothlandiano da carta de Espanha; e, mais abaixo, o afloramento devónico, que tanto se prolonga para oeste e que, do norte de Corte do Pinto ao sul de S. Domingos, se alarga por dez quilómetros, interrompe-se no rio Chança, tendo, do outro lado da fronteira, ainda o silúrico superior da carta de Espanha.

Para a nova edição da folha n.º 42 da carta geológica na escala de 1:400.000 resolveu o Instituto Geológico do país vizinho empreender novos estudos da região, confiando-os aos dois geólogos, senhores Enrique Dupuy de Lôme e Pedro de Novo. No « Boletim del Instituto », t.º XLIII, III da 3.ª série, foi publicado o relatório dos seus trabalhos, cujo método e conclusões devem ser conhecidos em Portugal.

Estudaram: 1.º os trabalhos portugueses, já publicados, de Nery Delgado, e a longa discussão por êle sustentada sobre o nível geológico da formação de S. Domingos com notáveis especialistas estrangeiros no estudo de formações semelhantes — Roemer, Gumbel, Ginitz, Liebe e Richter; 2.º as investigações paleontológicas de Pierre Pruvost, a quem, por Paul Choffat, depois da morte do Nery Delgado, foi pedido o estudo dos raros fósseis colhidos pelo infatigável

LUSITANIA

e peritíssimo colector sr. Romão de Sousa, dentro das áreas representadas na nossa carta de 1899 como devónica e do carbonífero inferior.

Para completarem êsse estudo, examinaram nas ricas colecções da nossa Comissão de Serviço Geológico os exemplares de rochas e fósseis do Baixo Alentejo, reünindo ali também o maior número de dados verbais e escritos.

O sr. Pereira de Sousa pô-los ao facto dos seus trabalhos actuais sôbre o carbonífero do sul do país, apresentando-lhes também a sua opinião sôbre a tectónica das fachas paleozóicas do Alentejo.

Conhecidos assim os trabalhos portugueses e a respectiva documentação arquivada, passaram ao estudo, no campo, dos dois lados da fronteira.

No relatório publicado mostram a extraordinária dificuldade da identificação das diversas formações, em virtude da falta de fósseis e da variedade dos caracteres petrográficos, e assim, a título provisório, emitem a opinião de que talvez se deva retomar em Portugal a primeira hipótese proposta por Nery Delgado de se considerarem como silúricas as piçarras de S. Domingos, admitindo dentro delas inclusões da formação devónica. Crêem que o estudo de Pierre Pruvost se prestava a motivar e motivou uma exagerada generalização estratigráfica baseada no estudo paleontológico de pontos especiais.

Como modificações agora propostas nas cartas salientamos as seguintes :

a) a facha devónica de Ficalho é prolongada para oriente da fronteira, envolvendo Rosal de la Frontera ;

b) em tórno do Paymogo reduz-se a mancha silúrica da costa espanhola, estendendo-se para além da fronteira a portuguesa do arcaico,

c) em frente do Corte do Pinto e S. Domingos, a separação entre o gothlandiano da carta espanhola e o devónico da portuguesa é feita por uma linha cortando obliquamente o rio Chança, avançando o silúrico espanhol para Portugal, ao norte, por uma área triangular igual a outra em que, pelo sul, se prolonga para Espanha o terreno apresentado como devónico na carta de Portugal.

d) o devónico de Pomarão estende-se para fora da fronteira até às vizinhanças de El Granada.

Terminam o seu consciencioso trabalho, notando que só pela colheita de fósseis característicos dos diferentes sistemas paleozóicos poderá chegar-se a formar um mapa geológico preciso de tão complicada zona.

Os estudos litológicos não poderão resolver o problema ; e mesmo não darão muita luz as observações estratigráficas mais minuciosas, pois que, com frequência, os estratos se apresentam deslocados e com a continuidade interrompida por abundantes intrusões ígneas.

BIBLIOGRAFIA

Com estas palavras concluem o seu relatório: «Este estudio, tan interesante para el conocimiento del paleozoico de la frontera de ambas naciones, reuniria la maxima garantia de acierto si se hiciese en colaboracion intima con nuestros amables colegas los geólogos lusitanos.»

A. FERRAZ DE CARVALHO.

POLÍTICA, PEDAGOGIA E SOCIOLOGIA

ALBERTO SEABRA: *PROBLEMAS SUL-AMERICANOS*. MONTEIRO, LOBATO & C.^a, S. Paulo.

NOS últimos tempos appareceu, e tem conseguido valioso número de apóstolos, quere em Portugal e Espanha, quer no continente Sul-Americano, a idea de uma união ibero-americana, para uma cooperação na realização de interêsses de que tôdas participam. Esta idea, que é simpática e grandiosa, vai ganhando terreno, quere na sua totalidade, quere parcialmente (aproximação Portugal-Brasil e aproximação, aliança mesmo, Portugal-Espanha). Ainda não há muito tempo, ouvimos da boca de um estudante que honra os estudantes de Portugal, Manuel Múrias, as boas esperanças desta aspiração, que poderá amanhã ser uma realidade: «*Virá porventura um dia em que cem milhões de homens, derivados ou transformados pela gente portugueza, encherão o interior vastissimo do Brasil e os planaltos salubérrimos de Angola. Então, nos dois lados e no próprio coração do Atlântico,—na Madeira, nos Açores, em Cabo Verde, em S. Tomé,—cem milhões de criaturas falarão o português; nos três grandes portos de Lisboa, Rio de Janeiro e Loanda, mercadorias subirão, descerão movidas por homens rudes, que hão de praguejar e rezar na mesma lingua dos antepassados de todos, aqueles antigos portuguezes que foram conscienciente-mente, em cascas de noz, varrer as névoas do «Mar Tenebroso», conquistar para a civilização as terras que nem em sonhos se pressentiam. A aspiração magnifica do «Mare Nostrum» estará realizada.*» (Aspectos da história e da cultura do Brasil. Oração do estudante Manuel Múrias, pag. 16, Lisboa 1923). Ao mesmo tempo, vemos uma revista nacionalista, «*Nação Portuguesa*», inscrever no seu programa o estudo e defesa desta confederação ibero-americana, e o director desta revista, Dr. António Sardinha, tornar-se seu ardente paladino. O Sr. Dr. Bettencourt Rodrigues, que foi um dos primeiros a apostolar tal cruzada, pros-

segue na sua campanha ajudado por Malheiro Dias, Alberto de Oliveira, João de Barros e tantos outros desta e da outra banda do Atlântico. E se buscamos mais salientemente o exemplo de um estudante, foi para bem darmos a nota da simpatia que tal idea desperta nas camadas moças de Portugal.

Ora o livro do Sr. Alberto Seabra vem pugnar por este ideal de maneira entusiástica e que, não sendo de todo concreta (aliás, todos os propugnadores desta idea de confederação se têm mantido no vago das visões tentadoras e das palavras entusiásticas) não é das que ficam apenas no domínio da literatura. O autor dos *Problemas Sul-Americanos* consegue até ser senhor de uma clara visão na exposição e avaliação de algumas faces desta e de algumas outras questões de que o seu livro trata. De maneira nenhuma, porém, o problema ficou definido e com os seus dados concretizados, conforme mais pormenorizadamente vamos mostrar.

O livro tem dois problemas básicos em volta dos quais gravitam todos os outros problemas, ideas, alvitres ou simples sugestões: o da *confederação ibero-americana*, e o do *imposto único*.

Começa, porém, o autor por nos dizer um pouco simplistamente quais são as causas da anarquia internacional contemporânea, problema complexo que o Sr. Alberto Seabra afinal apenas cifra numa só causa que designa por «Darwinismo Social» e que denuncia como «o maior criminoso da história humana» (pag. 14).

Darwinismo social é, como facilmente se depreende, a selecção natural pela eliminação dos menos aptos em virtude da vitória dos que mais o são em relação a determinado ambiente. Este princípio, que toma a guerra como um meio de selecção e progresso dos povos, não o pode admitir o Sr. Seabra, que tem como opinião que só as ideas e os sentimentos governam o mundo.

Pacifista apaixonado, considera o Estado como «uma aliança, uma associação de individuos subordinados à lei, ao direito...» e toda a soberania dos Estados, (que define como «a faculdade de declarar guerra uns aos outros, a seu bel-prazer») lhe repugna, exortando todas as nações a seguirem o exemplo do Brasil, cuja politica internacional considera modelar, quando proíbe na sua constituição as guerras de conquista. Adoptando-o todas as nações, teríamos a resolução definitiva dos problemas internacionais e seria chegada, enfim, a idade do ouro. E aqui se começa a desenhar a linha directriz da parte que no livro versa o primeiro problema a que atrás nos referimos: — as nações, para viverem e progredirem, têm de ser pacifista se de dar à idea de justiça predominio sobre todas as outras ideas, e para isso é necessário que se unam para resistirem aos ataques do darwinismo social representado pelas

BIBLIOGRAFIA

nações imperialistas que, na opinião do autor, segundo se deduz, hão de persistir.

A união ibero-americana será, deixa-o concluir o autor do livro, o primeiro passo para esse reinado da justiça e da paz. Entre as nações sul-americanas parece existir, e até hoje nada o desmentiu, uma consciência sentimental de liberdade e de justiça. Reparando nela, o Sr. A. Seabra toma-a como manifesta tendência para uma união, a qual, para ser completa, se deverá estender a Portugal e Espanha, nações que, segundo o autor, puseram já de parte tôdas as veleidades imperialistas para se entregarem definitivamente a uma era de trabalho, de justiça e de paz (pag. 111).

Indo buscar exemplo à história, o autor dos *Problemas Sul-Americanos* garante que contra a união não há força que fique vencedora, e é ao abrigo dela que as sociedades sul-americanas se poderão defender do absorvente imperialismo *yankee*, e Portugal as suas colónias das cobiças que as rondam. Não se julgue, porém, que se advoga a paz armada. Não, o Sr. Seabra apenas quer um pacto, uma liga «em que seja excluída a possibilidade de agressão mútua e que torne obrigatória a mútua defesa em caso de ataque a alguma soberania» (pag. 96).

Às elites de cada uma das nações a confederar attribuiu o Sr. A. Seabra o principal papel na realização da idea magnífica, e considera a união luso-brasileira o primeiro e definitivo passo a dar para que a confederação ibero-americana seja uma realidade. Transcrevemos a passagem pelo de que particularmente ela nos interessa: «A união política dos luso-brasileiros será de-certo o primeiro germen das instituições ibero-americanas. Basta olhar a carta geográfica. Com que defrontam as nossas costas marítimas intermináveis? Com as colónias portuguesas ameaçadas, invejadas, cubiçadas pelos Estados insaciáveis de territórios alheios. Mas essas colónias ameaçadas oferecem uma base de segurança aos luso-brasileiros, estão a pedir socorro à nossa imprevidência, estão a proclamar uma política de união confederativa, espontânea, natural, estão a dizer aos homens de Estado: eis aqui a confluência dos nossos mares, perservados até hoje da rapina e da violência: tomai-o, fazei-o «*Mare Nostrum*» (pag. 71-72).

O segundo problema tratado no livro é, como dissemos, o do imposto único, de que não falamos, já porque menos interessa à *LUSITANIA*, já por ser suficientemente conhecido, desde a divulgação das doutrinas de Henry George.

CASTELO BRANCO CHAVES.

FARIA DE VASCONCELOS: *ENSAIO SOBRE A PSICOLOGIA DA INTUIÇÃO*. Separata dos «Arquivos da Universidade de Lisboa».

A FUNÇÃO psíquica estudada nesta obra é das de maior actualidade, e das mais populares na filosofia de hoje. Faria de Vasconcelos dá-nos aqui uma série de retratos da intuição (por assim dizer) com sugestiva multiplicidade de traços. O assunto é porém dos mais obscuros, ou, melhor, dos mais obscurecidos pelos seus expositores contemporâneos, sobretudo Bergson, graças à presteza muito sua com que dá um nome a coisas várias, e generaliza a tôdas elas o que de uma única se provou. Existem, ao que supomos, algumas espécies de intuição, e conviria começar por distinguí-las muito bem, — dizendo depois, a cada passo, de qual das espécies se está falando. Há uma intuição imediata, que é afinal a sensação; há uma intuição intelectual *elementar* (se assim nos podemos exprimir) na concepção breve de uma relação, de uma propriedade simples; há uma intuição intelectual *superior*, alicerçada num trabalho da inteligência discursiva, que nos faz achar uma relação complexa, difícil, sábia, que se confirma (ou infirma) pela observação ou pelo raciocínio; há a intuição-simpatia, que nos transporta, como diz Bergson, ao interior de um objecto, para coincidir com o que tem de único (portanto de inexprimível) e da qual fala em termos místicos como onnipotente e infalível, *mas que erra centenaes de vezes, em nossa humilíssima opinião...* Quantas há, realmente? que têm de comum e que é que as distingue?

Depois, — que diferenças e relações devemos admitir entre a intuição (ou intuições) e a inteligência discursiva?

Não entra, é certo, nestes problemas, o dr. Faria de Vasconcelos, porque é de psicologia descritiva o seu trabalho neste livro; notaremos, porém, que ao descrever os vários modos por que procede a intuição — reproduz o autor o próprio esquema com que a psicologia experimental descreve a marcha do juízo... É que o raciocínio, em nosso entender, é uma cadeia de intuições, em que os elos-intuições são presos por intuições (intuições dos termos, intuições das relações); é que a intuição intelectual superior constitui uma conclusão, elaborada no sub-solo, de um trabalho precedente da inteligência discursiva, — e a distinção, a opposição, o contraste, da intuição e da razão, tão cara ao sr. Bergson e aos filósofos sentimentais, se enreda toda ela num imensíssimo quiproquó....

A intuição fornece crenças, suposições, hipóteses — verdadeiras ou falsas, admissíveis ou inadmissíveis, confirmáveis ou inconfirmáveis, geniais ou sem valor; a razão, depois, confirma ou não confirma, aceita ou não aceita, as hipóteses e suposições; a *confirmação, porém, quando possível, consiste sempre afinal*

BIBLIOGRAFIA

de contas na intuição da compatibilidade, ou acôrdo, da crença nova com outras crenças, que também são intuicionais. É a razão, em suma, uma forma especial da intuição: a intuição do acôrdo ou desacôrdo, coerência ou incoerência, harmonia ou desarmonia, das restantes espécies de intuição; é a intuição architectónica, a intuição combinatória, a intuição-juiz, a que separa as intuições que podem ser assimiladas (as ordeiras, boas cidadãs, compatíveis, em suma, com a população já organizada da Cidade intelectual) — das intuições insociáveis, inassimiláveis, incompatíveis com a polícia da Cidade intelectual, com a architectura harmoniosa das intuições homologadas, que a longa experiência *organizou*, depois de se ter verificado o seu valor e solidez.

«Razão, irmã do Amor e da Justiça», disse o poeta, e disse bem: porque a razão é a intuição do possível casamento, da união, do amor, da harmonia das intuições; e porque a Justiça, por seu lado, é êsse sentimento de harmonia, aplicado a intuições sociais; e quando Sócrates demonstrou, pelo seu método dialéctico, que a razão é o vínculo da sociedade, poderia dar o porquê do facto: o ser ela, na essência, a intuição da sociedade possível entre quaisquer outras intuições.

Bergson, em nossos dias, favoreceu a mania mística de opor a razão e a intuição, de por esta substituir aquela. Ora tal mania é um absurdo, porque se trata de funções diferentes: uma põe, outra dispõe; uma apresenta e a outra escolhe; uma é o húmus que dá as plantas, outra o jardineiro que dessas plantas concebe a harmonia e faz o jardim. O intuicionista que ataca a razão destrói-se a si mesmo no seu ataque; porque nos casos em que há conflito entre a intuição e a razão, dá-se o conflito, afinal de contas, entre a intuição recém-nascida e as intuições que a precederam e se organizaram no nosso espírito (luta, portanto, de uma intuição com outras intuições); entre a novidade extravagante e a experiência interpretada; entre a nova criatura e a sociedade secular, *tôdas elas intuições*. Os intuicionistas, portanto, prégam a revolta dos insociáveis contra a Rainha organizadora da Cidade intuicional. A Razão, quando se opõe a uma intuição, fá-lo sempre como representante das intuições organizadas, de quem é a soberana — porque lhes exprime a viva lei.

Desprestigiar a inteligência, como os fanáticos do sr. Bergson (melhor diríamos «as fanáticas», porque têm espírito feminino) — é portanto contraditório: porque tôdas as conclusões do sr. Bergson, e os próprios conceitos de que se êle serve, foram fornecidos ao filósofo por um longo trabalho seleccionador da inteligência discursiva; limitar ao prático a sua alçada, porque se desenvolveu na utilidade prática, — tem todo o jeito de um sofisma: porque também a intuição, que lhe opõem, se desenvolveu pelas exigências e necessidades da vida prática. A inteligência, as outras intuições e o instinto — *todos* têm por objecto, primeira-

mente, as necessidades da vida prática. A argumentação de Bergson é pueril mas terá sempre a adesão de muitos, porque a sua doutrina é consoladora, imensamente consoladora, para as gentes pouco dotadas de faculdades de raciocínio. Uma demagógica inversão de valores, que põe a bête acima do homem. O pato e a tartaruga devem ser intuicionistas.

Perdõe-nos Faria de Vasconcelos o abordarmos tal problema, sugerido pelo seu livro, mas não o que nêle tratou; é que o exame psicológico da intuição não entra na índole desta revista; entra, sim, o assunto de que falámos, pela influência que está tendo na sociedade e na literatura; e quisemos por isso aproveitar o ensejo de dar também o nosso juízo, o nosso ôvo de Colombo (oxalá realmente o fôsse!) neste problema actualíssimo da inteligência e da intuição.

Foi uma maneira, também, de cumprimentarmos o distinto psicólogo e pedagogista, a quem nos resta dizer que cremos boa a tese final do seu trabalho (embora a preferissemos numa forma um pouco diversa): o laço, que nêle estabelece, da imaginação criadora com a natureza da intuição.

ANTÓNIO SÉRGIO.



MARGINALIA

BIBLIOTÈCONOMIA PORTUGUESA

A OBRA REALIZADA PELA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (1920-23). — «AS REGRAS DE CATALOGAÇÃO» DE RAÚL PROENÇA. — OPINIÕES DE ESPECIALISTAS ESTRANGEIROS

CATALOGAÇÃO de todos os livros da Biblioteca, não se encontrando hoje, pela primeira vez em toda a história desse estabelecimento, um único volume que não esteja representado no catálogo. Antes da actual administração havia para cima de 100.000 volumes sem catalogação.

— Fusão dos numerosos e dispersivos catálogos de autores em um único catálogo geral, o que facilita extremamente todas as buscas.

— Constituição de todos os catálogos necessários, incluindo o de assuntos ou ideográfico, catálogo este que, dentro de meia dúzia de anos, constituirá o mais precioso repertório de toda a bibliografia portuguesa.

— Organização minuciosa de todos os serviços da Biblioteca, por meio da redacção de *Regras de catalogação* e *Instruções de serviço* respeitadoras de todas as conveniências práticas e científicas.

— Criação de novas secções topo-

gráficas e Depósito Geral dos Duplicados.

— Instituição de um serviço de Informações Bibliográficas, único talvez em todo o mundo, havendo já hoje, só para esse serviço, para cima de 140.000 verbetes, com menção dos preços e da data da respectiva venda.

— Abertura de novas salas de leitura, como as de Jornais e de Investigações Bibliográficas.

— Organização das secções da Biblioteca e do serviço de leitura, de maneira a permitir, mais do que nunca, a maior segurança das espécies e a mais perfeita ordem de arrumação.

— Mais intensa vida de relação, e participação honrosa dos bibliotecários portugueses no Congresso de Paris, onde obtiveram um êxito que excedeu toda a expectativa.

— Montagem em grande das *Officinas Gráficas* (tipografia e encadernação).

— Considerável obra editorial, orientada pelos mais altos interesses especulativos, tendo-se publicado já trabalhos tais como a edição fac-similada dos *Lustadas*, o *Marco Polo*, os *Dispersos* de O. Martins, o *Processo dos Távoras*, a *Bibliografia das bibliografias*, etc., estando em activa preparação um grande *Guia de Portugal*.

— Publicação dos *Anais das Biblio-*

LVSITANIA

tecas e Arquivos, considerados hoje como a melhor revista da especialidade em toda a Europa.

— *James Lyell*, bibliógrafo, da Sociedade Bibliográfica de Londres: «Um bibliógrafo inglês não pode deixar de se consumir de inveja ao ver a atenção que em Portugal se está dedicando à bibliografia científica, segundo se depreende manifestamente da brilhante e erudita revista publicada pelos que têm sob a sua direcção a Biblioteca Nacional de Lisboa. Não há em toda a Grã Bretanha publicação alguma que se possa pôr a par dos *Anais*, a não ser o *Bodleian Quarterly*, editado pelos dirigentes da Biblioteca Bodleiana de Oxford, e o *Library*, revista da Sociedade Bibliográfica de Londres. Mas nenhum destes periódicos se pode comparar, quer em qualidade, quer em quantidade, aos *Anais das Bibliotecas*.»

— *Library World* (órgão da Associação dos Bibliotecários Ingleses): «A Biblioteca Nacional de Lisboa está fazendo uma obra excelente com a publicação desta revista, que alia às funções de um relatório oficial as de uma verdadeira revista bibliográfica.» O *Library World* termina a sua notícia dizendo que acha essencial a existência dos *Anais* em todas as bibliotecas inglesas.

— O sr. *C. K. Jones*, um dos mais eruditos bibliotecários da Biblioteca

do Congresso de Washington, essa grande instituição de prestígio internacional, confessa-se «admirador entusiasta» da Biblioteca, e felicita-a pelo que diz ser a «magnífica obra» dos *Anais*, das *Regras* e da organização da Biblioteca.

— O sr. *Haebler*, um dos mais distintos bibliógrafos alemães, referindo-se aos *Anais*: «Muito nos contenta ver nestes diferentes fascículos a repetição constante dos nomes dum pequeno número de bibliotecários que se entregam aos seus estudos especiais e sabem dar a prova disso. São eles as pessoas que maiores serviços prestam ao instituto, e uma direcção esclarecida terá por isso o cuidado, como Cortesão já o fez, de lhes oferecer numerosas ocasiões de valorizar o mais possível em benefício do estabelecimento os seus conhecimentos especiais, com tão sério trabalho adquiridos.»

— Em Julho de 1923 recebeu a Biblioteca Nacional da *Association des Bibliothécaires Français* o pedido de um exemplar, pelo menos, das *Regras de catalogação*, do sr. Raúl Proença, «que tão vivamente interessaram», dizia o ofício, «todos os membros do Congresso.» Efectivamente, a participação portuguesa no Congresso de Paris de 1923 foi marcada por um êxito extraordinário. O sr. *Charles Sustrac* (bibliotecário da Biblioteca de S.^{ta} Genoveva em Paris), por ex.^o, declarou que as *Regras* eram o trabalho mais completo e mais perfeito que

MARGINALIA

se tinha publicado até então; nelas se aproveitara, disse o sr. Sustrac, tudo o que havia de bom, tendo-se feito, além disso, inovações fundamentais.

— Da *Alemanha* receberam-se provas inequívocas de grande aprêço da parte de bibliotecários e de grandes livreiros, que têm dirigido consultas em questões técnicas de catalogação.

— O sr. *Ettinghausen*, sócio e gerente de uma das mais importantes livrarias antiquárias do mundo, afirma Maggs. Bros., declara que os *Anais* são a melhor revista da especialidade em toda a Europa, e que a obra editorial que a Biblioteca de Lisboa está fazendo não tem similar em nenhuma biblioteca do mundo.

— Na Bélgica, o sr. *Paul Oilet*, que é a alma do Instituto Internacional de Bibliografia de Bruxelas, escreveu sobre a participação portuguesa no Congresso de Paris algumas palavras do mais extremo louvor: «Apresentastes — diz elle — um conjunto de considerações técnicas e práticas notabilíssimas. Partindo de ideas gerais, de princípios, dêles deduzistes consequências muito felizes, que são de molde a fazer progredir a técnica catalográfica. A vossa teoria das rubricas é inteiramente nova... O relatório sobre os trabalhos de cooperação internacional no domínio da bibliografia encontrou a minha inteira aprovação. É evidentemente no caminho que indicais que se deve entrar... Deveis ser felicitados pela concepção elevada que presidiu à reorganização da Bi-

blioteca Nacional de Lisboa... As minhas relações convosco, embora já preparadas pelas vossas anteriores publicações, foram uma verdadeira revelação. As vossas comunicações comentaram o espírito dos vossos textos, espírito todo de progresso, de dedicação à sciência e de sã democracia intelectual.»

— *Revista de Archivos* de Madrid (órgão dos bibliotecários espanhóis): «A Biblioteca Nacional de Lisboa entrou num período de febril actividade, digno da maior atenção e dos mais calorosos elogios... Não queremos deixar de tributar, nas colunas da nossa revista, aos nossos distintos colegas, o aplauso de que se tornaram credores.»

PELA NAÇÃO PORTUGUESA

EM nota officiosa, de certo emanada da Academia das Sciências de Lisboa, informaram os jornais que o sr. presidente desta agremiação lêra aí o relatório da sua viagem ao Brasil, «como embaixador das Letras e da Nação Portuguesa.»

A esta altíssima pretensão temos a opor que a Nação Portuguesa não é contratável, como as companhias de revista, pelos activos empresários.

A Nação Portuguesa nada teve com a viagem do sr. Júlio Dantas ao Brasil.

Á. L. V.

FITZMAURICE-KELLY

COM a morte em Londres do ilustre professor irlandês James Fitzmaurice-Kelly, aos 65 anos, desaparece um dos críticos de mais penetrante inteligência, graça satírica e vária erudição dos últimos tempos.

A sua *História da Literatura Espanhola* ficará durante muito tempo como a obra fundamental para todos, espanhóis e estrangeiros, que se dediquem ao estudo daquela literatura.

No fim do século XIX existia em inglês a *História* de Ticknor, cheia de erros, e a *Spanish Literature* de Butler Clarke, que foi escrita quando o seu autor tinha apenas trinta anos e que não aspirava a ser completa.

Foi cinco anos depois, em 1898, que o sr. Fitzmaurice-Kelly publicou a sua pequena mas brilhante *História*, logo traduzida em várias edições francesas e espanholas.

Vieram depois, entre outras obras em que a abundância de factos e datas não impedia juízos penetrantes e originais, o seu livro sobre *Lope de Vega and the Spanish Drama* (1902), *Chapters on Spanish Literature* (1908) (também desta obra interessantíssima há tradução espanhola); *The Oxford Book of Spanish Verse*, (1913); *Cambridge Readings in Spanish Literature* (1920).

Cervantista acérrimo, publicou duas

Vidas: *The Life of Miguel de Cervantes Saavedra* (1892) e *Miguel de Cervantes Saavedra, a Memoir*, (1913) indispensáveis para o estudo do maior génio da raça espanhola.

De esta última obra, publicada pela *Oxford University Press*, existe tradução espanhola (Oxford, 1917), existem até duas, porque foi traduzida em Santiago do Chile sem autorização do autor.

Um dos fins da *Hispanic Society of America* era publicar obras críticas dos srs. Menéndez Pidal (D. Ramón) e Fitzmaurice-Kelly, e ultimamente quando este se sentia doente e envelhecido por quarenta anos de constante trabalho (aos sessenta anos trabalhava doze e quinze horas por dia) foi ainda a generosidade do insigne hispanófilo sr. Archer Huntington que lhe permitiu retirar-se da sua cadeira na Universidade de Londres e viver mais sossegadamente como editor das *Hispanic Monographs*.

Era o sr. Fitzmaurice-Kelly Comendador da Ordem de Afonso XII, sócio da Academia Britânica, da Academia Espanhola, da *Academia Real de la Historia*, da *Hispanic Society*, da *Academia de Buenas Letras*, de Barcelona, e recentemente foi um gosto para êle, que se interessou sempre pela literatura portuguesa, ter sido eleito, graças ao sr. professor Edgar Prestage, sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

AUBREY F. G. BELL.

MARGINALIA

GIL VICENTE EM MADRID

EM Maio passado realizou Afonso Lopes Vieira, na admirável instituição da Residência de Estudantes, em Madrid, uma conferência acêrca de Gil Vicente, a quem os convites oficiais da Residência chamavam «poeta y dramaturgo del Renacimiento Luso-Hispano.» O grande mestre quincentista foi, nos relatos da conferência feitos nos principais periódicos, considerado como aquêlê que «dió impulso al Teatro español, siendo, en verdad, su creador» e em cuja obra «Lope de Vega e Calderon hallaron los gérmenes fecundos de su teatro.» O conferente, depois de estabelecer um paralelo entre os génios da Literatura e das artes nos dois países, terminou com estas palavras: «Cultivemos, com a nobreza das nossas tradições, as nossas esperanças nacionais, mantendo-nos bem peninsulares, mas sendo bem europeus; conservando acesa, através das selvas escuras que houvermos de atravessar, a fé heróica em nós próprios e nos nossos destinos, a fé heróica que nos é ordenada, do além dos nossos mitos, pelo sempre vivo *Encoberto* de Portugal, pelo sempre vibrante *Gid* do *Romanceiro*».

A civilização hispânica — disse o ilustre professor Dr. Ricardo Jorge na sua notável conferência *A inter-cultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro*, realizada no Congresso

Luso-Espanhol de 1921, no Porto — a civilização hispânica *aparenta um tronco comum com duas raízes regionais*. Consideremos, desde êste planalto do centro até às bandas do mar donde eu venho, a clara verdade e a fecunda significação desta imagem. — Amemos e jamais esqueçamos o tronco comum; amemos e jamais deixemos perder o carácter regional das duas raízes. E, fortes com a verdade imortal das nossas pátrias, vamos criando a harmonia hispânica, para que nestes dias tão dolorosos em que o mundo ansiosamente se renova e em que todos nos achamos entre a agonia de um dia que acaba e a esperança de uma manhã que há de raiar, nós outros, os da Península criadora, caminhemos para um futuro que nos deve restituir a grandeza de outrora. »

NORTON DE MATOS E SOUSA LOPES

A INAUGURAÇÃO oficial das telas e águas-fortes do pintor Sousa Lopes, destinadas ao Museu de Artilharia, dá actualidade a um facto, ainda inédito, e que sendo, por nosso mal, absolutamente extraordinário em Portugal, nos mostra, sob um aspecto muito interessante, a figura de tão alto relêvo do Alto Comissário de Angola.

Estava-se em 1917, — precisamente na época de maior actividade da preparação para a nossa entrada na guerra, e Norton de Matos, que foi o orga-

nizador das nossas forças e que se revelou nesse momento como um excepcional homem de acção, estava inteiramente ocupado com este formidável trabalho: o de criar, de um dia para o outro, um exército de algumas centenas de milhares de homens, num país que dispunha então apenas de algumas reduzidas unidades e a que faltava, por assim dizer, tudo, pois o esforço de alguns oficiais distintíssimos não podia suprir a deficiência dos armamentos e a escassês e má preparação dos soldados. Norton de Matos andava portanto nessa ocasião, desde manhã cedo até altas horas da noite, unicamente votado a essa esmagadora tarefa e o descanso dêsse homem pode imaginar-se o que seria se se pensar nas preocupações de tóda a ordem que o deviam absorver, tirando-lhe ou prejudicando-lhe o repouso da noite.

Pois em uma manhã dêsses dias, já hoje longínquos, o autor destas linhas, chamado ao telefone, foi, com espanto, interrogado sobre a possibilidade de uma visita feita ao seu museu pelo ministro da Guerra; e tendo respondido que essa visita podia realizar-se imediatamente, encontrava-se uma hora depois, no Palácio das Janelas Verdes, com Norton de Matos, que via pela primeira vez e que, transportado em uma modesta carruagem de aluguer, era unicamente acompanhado de sua família.

A visita durou cerca de três horas e, durante elas, Norton de Matos e as suas duas companheiras informaram-

-se de tudo e principalmente dos artistas portugueses. Depois, a propósito de diversas obras de arte do museu, lembraram outras existentes no estrangeiro que, com as nossas, tinham pontos de contacto e que conheciam das suas viagens pela Europa. Eu, acostumado a ver passar, não digo já pelas diferentes cadeiras ministeriais, mas pela de Instrução Pública e Belas Artes, homens que saíam de lá sem terem tido sequer a curiosidade de ir ver pela primeira vez o museu sobre que superintendiam, ouvia-o, mais que espantado, maravilhado, pois o facto, que seria invulgar lá fora, revestia aspecto de milagre entre nós.

A conversa foi tomando por isso um tom cada vez mais cordial e tão cordial que me permitiu não só falar a Norton de Matos do pintor Sousa Lopes e da exposição que então êle tinha aberta ao público, o que aliás era natural, mas indicar-lhe ainda o seu nome como o do artista que, em meu entender, melhor poderia, dada a sua mocidade e valor, acompanhar o corpo expedicionário, para, nos campos de batalha, preparar a obra que seria depois o registo artístico da nossa intervenção na guerra. Norton de Matos, que já tinha sido cumulado de pedidos, mas a quem o nome de Sousa Lopes não tinha ainda sido indicado, prometeu-me estudar o caso. Da maneira como o resolveu fala superiormente a exposição agora inaugurada, exposição que se é mais um título de glória para Sousa Lopes, não

MARGINALIA

deixa também de nos dar de Norton de Matos uma das suas modalidades, e não das menos honrosas e interessantes.

J. DE F.

FERNÃO LOPES

OS eminentes escritores ingleses srs. Edgar Prestage e Aubrey F. G. Bell, a quem as nossas Letras devem tão assinalados serviços, preparam uma tradução de Fernão Lopes, a qual deverá abranger um volume de quatrocentas páginas.

Assim o grande historiador e artista da linguagem vai adquirir, com a nova expansão, mais vasta glória. A propósito lembraremos que é urgente trasladar para português o ensaio que o sr. Bell dedicou às obras do Cronista e trouxe elementos novos à visão dessa excepcional personalidade da nossa Idade-Média, a quem os volumes da *Antologia Portuguesa* deram também moderno e mui forte realce.

NA BATALHA

QUE se fizera na Casa do Capítulo da Batalha para aí estabelecer a morada épica dos nossos Soldados desconhecidos, atingia as proporções de um atentado nacional.

Mais uma vez a engrenagem burocrática, absorvente e surda, se antepusera e estragara o que era tão justo e

até tão fácil tornar grandioso e simples.

Era inacreditável que debaixo da lendária abóbada do Capítulo se houvesse engendrado um túmulo no estilo mais burguês dos cemitérios, com sua moldura de mármore negro, de um *chic* de agência funerária que elevara a campa dos Soldados a quarenta centímetros do solo. Apelámos para o ministro da Guerra a fim de que essa concepção de cangalheiros sinistros fôsse substituída pelo único arranjo possível: — as campas rasas, de pedra da região, sem mais ornamentos que o Lampadário forjado pelo ilustre ferreiro Almeida, de Coimbra, aceso à cabeceira.

O major Ribeiro de Carvalho, heróico oficial do C. E. P., logo fêz o belo gesto de comando que desafrontou ao mesmo tempo a Memória dos soldados e o monumento de Santa Maria da Vitória.

A. L. V.

ARTE PORTUGUESA E ARTE ESPANHOLA

BANQUETE dado ultimamente em Madrid em honra do Dr. José de Figueiredo não foi só uma altíssima homenagem prestada pelos mais altos representantes da intelectualidade espanhola, por isso que nêle tomaram parte, com o elemento oficial, os ministros de Instrução Pública e de Estado e Reitor da Universidade, os quatro maiores historiadores de arte do

país vizinho: Cossio, Gomez Moreno, D. Elias Tormo e Ramon y Melida, sem esquecer que ali estiveram também todos os directores dos museus nacionais, e artistas que são a glória de Espanha, como Benlliure, Sotomayor, Moreno Carbonero, Blay, Benedito, Santamaria, etc. Essa homenagem revestiu ainda um mais amplo significado, porque foi, por parte dos homens eminentes que representam a Espanha no campo da História da Arte, o reconhecimento de que nós não só tivemos uma grande escola de pintura, émula das maiores do mundo, mas de que ela foi a grande e nobilíssima antepassada da admirável escola que, no século xvii, fêz de Madrid um dos mais belos centros artísticos universais.

E isso, que foi a consagração das afirmações feitas por José de Figueiredo em Portugal desde 1909, num tempo em que, mesmo entre nós, nem sequer se admitia a possibilidade de uma escola de pintura primitiva portuguesa caracterizada, deve encher-nos de orgulho, porque, como disse justamente, em nome de todos os convivas, D. Elias Tormo, o grande erudito que é hoje o professor de História de Arte da Universidade de Madrid,—o Portugal dos Descobrimentos é assim, graças aos trabalhos de José de Figueiredo e à sua visão, uma nação ainda maior, iluminada como ela nos aparece agora nessa época pelo génio inconfundível dos seus artistas excepcionais.

PROSÓDIA

A PROPÓSITO do nome de *Amadis*, houve quem pronunciasse *Amádis*, ainda que tôdas as razões militam a favor da indiscutível prosódia de *Amadis*.

O decassílabo do Dr. António Ferreira:

Os feitos de Amadis, o namorado,
apenas fica possível acentuando-se a 6.ª sílaba.

Este passo da tragicomédia de Gil Vicente é decisivo:

*Yo también allá iré
a seguir lo qué decis;
no quedaré y el porqué,
por ver lo que hará Amadis.*

E ainda no italiano a pronúncia de *Amadigi* nos assegura a absoluta sem-razão de tal dúvida prosódica.

A ORTOGRAFIA NO BRASIL

O MINISTRO da Justiça dos Estados-Unidos do Brasil, dr. João Luís Alves, nomeou em Dezembro último uma comissão que dará parecer sobre a unificação ortográfica na grande nação sul-americana, e cujos membros são os professores srs. João Ribeiro, Mário Barreto e Silva Ramos, e os jornalistas drs. Medeiros e Albu-

MARGINALIA

querque, e Renato de Toledo Lopes, director de *O Jornal*.

É difficil que esta comissão chegue a resultados práticos, porque as opiniões dos seus membros dividir-se hão certamente. Os srs. Mário Barreto e Silva Ramos, professores e filólogos distintíssimos, usam e defendem a ortografia oficial portuguesa; o illustre académico sr. Medeiros e Albuquerque, jornalista eminente, adopta uma grafia só sua, quasi sónica; o erudito crítico e mestre da língua sr. João Ribeiro tem manifestado sobre o assunto opiniões diversas com o andar dos tempos e atravessa neste momento uma crise de hostilidade à nova grafia portuguesa; o sr. Toledo Lopes, talentoso jornalista que fundou um novo grande quotidiano e em pouco tempo o ergueu à primeira categoria da imprensa do seu país, quer uma grafia oficial única, seja qual fôr. E o próprio ministro autor da iniciativa, não parece ter grande fé na proficuidade dela, porque, num officio dirigido em 14 de Dezembro último ao dr. Toledo Lopes, começa por dizer: «*Desejando tentar a unificação ortográfica oficial...*»

Indubitável nos parece que o Brasil há de vir algum dia a ter e a manter uma *política lingüística* definitiva e firme, porque isso convém até à própria unidade nacional e deve constituir uma das bases do programa cívico destinado a preparar e a realizar o seu grande futuro. Por enquanto, porém, não se vêem ali senão incoe-

rências e contradições em matéria de linguagem. Há os vernaculistas integrais, que estudam e conhecem o português tão bem como nós, ou melhor; e há os partidários da emancipação não menos integral, que querem organizar o *brasileiro*, língua nova e diferente da nossa, tão de-prensa, se puder ser, como se cozinha qualquer *esperanto* ou *volapük*. A natureza, é claro, trabalha por êstes, embora com lentidão que os encanquina; e o Estado não faz nada para impedir, ou sequer travar, na língua oral de tão grande país, as inevitáveis diferenciações naturais. Nestes termos, interessa menos a Portugal qualquer solução que o Brasil resolva adoptar para conseguir o que aqui temos desde 1911: um padrão gráfico a que todos possamos encostar-nos, em ordem a exprimirmo-nos por escrito sem hesitações nem disparates. Quando digo *todos*, excluo, já se vê, os «doentes de beleza», que continuam a supor que a ortografia é um grande e importante capítulo da Estética.

A. DE C.

AUBREY BELL

AGOSTINHO de Campos vai publicar em versão sua, com prefácio, o ensaio *Some aspects of Portuguese Literature*, estampado na *Fortnightly Review* pelo illustre lusófilo sr. Aubrey F. G. Bell.

AMIGOS DO MUSEU

VÁ sair brevemente uma nova edição de 20 postais, reprodução de alguns dos melhores quadros do Museu Nacional de Arte Antiga.

É justo recordar que foi graças à generosidade de bons portugueses do Brasil, — Alexandre Herculano Rodrigues, Gervásio Seabra, Francisco Pereira dos Santos, João Rodrigues Sequeira, António Dias Leite, Alfredo de Sequeira Jorge, Domingos Meneses de Sampaio, Mário Fernandes Teles, — que esta edição pôde ser levada a efeito.

«LE ROMAN D'AMADIS DE GAULE»

EDITADA por Claude Aveline, «esse editor letrado que se apresentou sob o patrocínio do seu velho amigo Anatole France», no dizer do bibliófilo Bormans no *Journal des Débats*, publicou-se em Paris a tradução francesa do *Romance de Amadis*, de Afonso Lopes Vieira. A versão, bem cingida ao ritmo do original, é do ilustre e benemérito amigo das nossas Letras, sr. Philéas Lebesgue, e vem acompanhada do prefácio que para o Romance escreveu a senhora D. Carolina Michaëlis. O volume, de distinto aspecto e decorado de gravuras em madeira, traz como sub-título estas palavras que consagram definitivamente no mundo a origem nacional da novela (proble-

ma também ultimamente tratado por António Sardinha nos números 9 e 10 da *Nação Portuguesa*) — *reconstitution du Roman portugais du XIII^e siècle*.

Ainda a propósito da mesma obra, diremos que o sr. Aubrey Bell terminou a sua versão inglesa.

GUIA DE PORTUGAL

AS edições da Biblioteca juntar-se há brevemente a do *Guia de Portugal*. Ele será, ao mesmo tempo que um roteiro da feição mais prática, uma obra de alta cultura, de sorte que tão bem servirá nas mãos do viajante, a encaminhá-lo e a instruí-lo durante as jornadas ou os passeios, como nas mãos do leitor confinado no remanso do gabinete. Concebido dêste modo pelo sr. Raúl Proença, director da publicação, a êste espiritual *Baedeker* da Terra Lusa trouxeram o seu concurso os nossos escritores mais assinalados, tratando cada um especialmente dos trechos do país que lhes são mais caros e conhecidos, da arqueologia à história, da arte à paisagem — paisagem não apenas entrevista pelas janelas dos vagões, mas de caminheiros curiosos e artistas, do vale à serra, da planície ao mar. Antologia antiga e moderna de escritores nacionais e de muitos e notáveis estrangeiros acêrca das nossas obras de arte e da natureza, o *Guia de Portugal* abrirá o seu primeiro volume com uma série de *Introduções* sintéticas, preparando o

MARGINALIA

espírito do leitor e do viajante para a segura visão e o certo conhecimento, em conjunto, do país: — Introdução histórica, de António Sérgio; geográfica, de Silva Teles; arquitectura e esculptura, de Reynaldo dos Santos; pintura, de José de Figueiredo; etnográfica, de Aquilino Ribeiro; folclore musical, de Oliveira Ramos. O *Guia de Portugal* terá edições inglesa e americana, publicadas nos respectivos países.

OS RETÁBULOS DE FERREIRIM

○ NOSSO achado, há cerca de 15 anos, dos painéis da Igreja de Ferreirim (próximo de Lamego) não teve só a vantagem de os pôr em relevo chamando para elles a atenção dos eruditos e críticos de arte que, connosco, os desconheciam. Sem isso, esses painéis não existiriam já talvez hoje. Quando na excursão que nesse ano fizemos pela Beira, tivemos a fortuna de os encontrar, já um antiquário do Porto, o sr. A. R., estava em negociações para os comprar por uma quantia ainda não de todo fixada, mas que atingiria apenas algumas poucas dezenas de mil réis. Não tendo porém ainda sequer a vaga idea do valor dessas coisas que, depois, a prática lhe deu, o que o levava a fazer a compra eram as molduras, aliás bastante inferiores, que os enquadravam. As pinturas, a que elle não ligava a menor importância, corriam assim o

risco de, perdendo-se definitivamente para o Estado, se perderem também talvez para todos, visto ser certo o elas não serem transportadas com os cuidados que o seu estado melindroso requeria.

É claro que, desde que as vimos, o negócio, — e não foram poucos os que pelo país fora evitámos antes e depois de 1911 — ficou prejudicado e a posse dos painéis assegurada definitivamente para o país.

Fizemos bem, ou devíamos antes ter deixado realizar-se a compra ficando com os quadros para o Museu das Janelas Verdes por uma quantia mínima, o que não representaria mais do que a sua transferência sem sobressaltos nem ruído a dentro do próprio Estado? Hoje, e visto o abandono em que os painéis continuam, deteriorando-se dia a dia, sem ser possível fazê-los vir a Lisboa ter o tratamento de que carecem, pensamos diferentemente do que pensavamos então. É que nessa época, tínhamos ainda sobre os homens do país ilusões que já hoje não guardamos.

J. DE F.

PROF. A. VENTURI

○ PROF. A. Venturi, autoridade suprema na História da Arte Italiana (de que acaba de publicar mais um admirável volume, o VIII — *Architettura del quattrocento*) esteve no outono último em Lisboa a convite

do Dr. José de Figueiredo. A visita do ilustre Mestre foi preciosa pelo valor da sua opinião sobre as obras italianas do nosso Museu e sobre a colecção — que considera *importantissima* e sem par até mesmo em Itália — de ourivesaria romana do séc. xviii na capela e museu de S. Roque.

Reconheceu em Nuno Gonçalves um dos maiores pintores não só do séc. xv mas de todos os tempos e na pintura e iluminura portuguesa a individualidade incontestável duma escola.

Emfim a visita a Sintra, Jerónimos e Torre de Belém, deu ainda ensejo, ao mestre que vinha de Salamanca, de reconhecer a originalidade da arte manuelina em algumas das suas expressões mais robustas ou delicadas.

«PRO ARTE»

APÓS os incidentes levantados a propósito da *Filarmonia de Lisboa*, a bela orquestra dissolvida, fundada pelo eminente maestro e professor Francisco de Lacerda, realizou-se em S. Carlos (12 de Janeiro) um concerto de *Pro Arte*. Lacerda alcançou um novo e notabilíssimo triunfo com a apresentação da sua orquestra de câmara, em que figura a *élite* das cordas e que executou um programa de alta cultura — a música dos primitivos, de Corelli a Mozart e Gluck, e as canções do folklore. O público vitoriou com excepcional entusiasmo o maestro, a orquestra e o câro de

senhoras que tão gentilmente colaborou no concerto.

A *LVSITANIA* dará no seu próximo fascículo notícia mais desenvolvida da acção artística da *Pro Arte*.

GEORGES DEMOTTE

A*LVSITANIA* ainda quando não contasse, no seu corpo de redacção, pessoas que tiveram a fortuna de conhecer o grande antiquário francês e de privar com êle, não poderia contudo deixar de referir-se a essa invulgar figura que, no outono passado, um desastre estúpido aniquilou em plena força da vida. Georges Demotte, que era um dos maiores peritos do mundo em matéria de tapeçarias e escultura medieval e um grande erudito de arte e, especialmente, de arte persa, foi na verdade um grande amigo de Portugal, de onde, de resto, parece que procedia remotamente a sua família. E não o foi apenas como muitos, platonicamente. Foi-o *de facto*, como o provam as suas importantíssimas doações ao museu de arte antiga, entre as quais a «Negação de S. Pedro», tela admirável de Ribera, exposta na sala de pintura espanhola do nosso primeiro museu.

Grande amigo do Dr. José de Figueiredo, Georges Demotte não perdia uma ocasião para lhe provar a sua amizade e ao museu que o Dr. José de Figueiredo dirige; e assim, e sem falar nas diversas peças de arte persa (cerâ-

MARGINALIA

mica e iluminuras) e nas facilidades que continuamente dava, adiantando dinheiro sempre que isso era necessário, Georges Demotte tomou o encargo dispendiosíssimo de editar «Les Chefs d'œuvre d'art au Portugal», publicação de grande luxo que breve virá a público e que constituirá um verdadeiro monumento à arte portuguesa e ao nosso património artístico.

Atacado injustamente por colegas desleais que, no receio das suas qualidades excepcionais, o queriam inutilizar na América do Norte, onde Demotte começava a ter uma situação de grande preponderância, o ilustre antiquário teve a desgraça de morrer precisamente quando estava reconhecida a injustiça dessa campanha, na qual se não hesitou em recorrer aos mais baixos e vergonhosos processos. O inquérito aberto pela Direcção Geral de Belas Artes e pela Sociedade dos amigos do museu do Louvre, favorável a Demotte, levou aquelas altas entidades, que deviam ser parte na questão, a recusarem-se, manifestando assim toda a sua repulsa por aquela campanha. Ela era de resto não só injusta, mas estúpida, quando se pensa que Demotte, acusado de traficar com obras de arte, vendendo-as ao Louvre por 30.000 francos, oferecera antes e depois ao grande museu francês, peças no valor de centenas de milhares de francos!

Profundamente artista, Demotte era sempre de uma grande generosidade, gastando em doações a museus europeus e americanos o que o seu

génio e actividade comercial lhe permitiam ganhar. Raro é o grande museu do novo mundo que não possui, oferecida por êle, uma obra de escultura francesa gótica de alto valor. E com a mesma prodigalidade, a prodigalidade de um grande fidalgo da arte, com que se desfazia graciosamente de autênticas maravilhas, êle procurava valorizar o património artístico do seu país, editando volumes como *Le musée du Louvre depuis 1914, dons, legs et acquisitions*, publicação excepcional na livreria francesa.

Demotte ocupava-se ultimamente da *Tapisserie Gothique*, de que tinham saído já, sob a direcção artística de Henri Rivière, três fascículos de estampas. E a parte já publicada mostrava-nos o que seria essa obra uma vez concluída e enriquecida com o texto de um conhecedor como Demotte. As gravuras são feitas com um tal escrúpulo e rigor que, quando reproduzem pormenores, dão a ilusão dos originais. Salomon Reinach, que tinha por Demotte muita consideração e que se prontificou a prefaciá-lo esse livro, considerava esse arquivo como um dos mais altos serviços que se podiam prestar à História da Arte.

A última carta de Demotte, escrita na véspera da sua morte a Salomon Reinach, versava, a propósito da campanha que lhe tinha sido movida, o princípio tão discutido do restauro da obra de arte; e tão superiormente e inteligentemente esse problema era pôsto, que Salomon Reinach deu-lhe a

honra da sua inserção nas colunas da Revista que dirige. Não podia a memória de Demotte receber maior consagração nem que fôsse mais

grata aos que o conheceram e amaram — tão grande é pelo seu talento e carácter a figura dêste grande sábio e perfeito homem de bem.

Os artigos assinados da *Bibliografia e Marginália* são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

O PRÓXIMO FASCÍCULO DA LVSITANIA PUBLICARÁ, ENTRE OUTROS ESTUDOS:

O **ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS**, pelo professor ANTONIO DE VASCONCELOS.

A **RENASCENÇA MÉDICA EM PORTUGAL** (*Pierre Brissot e Amato Lusitano*) pelo professor RICARDO JORGE.

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS, por CARLOS MALHEIRO DIAS.

O **CLÁUSTRO DOS JERÓNIMOS**, por REYNALDO DOS SANTOS.

ARTE PORTUGUESA PRIMITIVA—*Jorge Afonso*, por JOSÉ DE FIGUEIREDO.

EÇA DE QUEIROZ e o renascimento da língua portuguesa, por JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

CONVERSÃO E MORTE DE JUNQUEIRO, por AGOSTINHO DE CAMPOS.

Será dada notícia, entre outros livros, de: *Catálogo de las Pinturas del Instituto de Valencia de Don Juan, Madrid, 1923*; *Fuentes literarias para la Historia del arte español — Tomo I (siglo XVI) Madrid, 1923*, por F. J. Sanches Canton. — *Les Heures de Notre-Dame, dites de Hennessy, Bruxelles, 1923*, par Joseph Destrée. — *Obras de Bernardim Ribeiro e Cristóvão Falcão, nova edição conforme a edição de Ferrara, preparada e revista por Anselmo Braamcamp Freire e prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Coimbra. Imprensa da Universidade.* — *A morte de Camões*, por Xavier da Costa. — *Domingos A. de Sequeira*, por J. M. Teixeira de Carvalho. — *Sinal da Sombra*, por Alberto Osório de Castro. — *Bobos na Côte*, pelo Conde de Sabugosa.

A **LVSITANIA** dará também no seu segundo fascículo um *desenho inédito de Rembrandt*, da colecção do Museu Nacional de Arte Antiga e publicará um artigo acêrca do Museu Nacional de Arte Contemporânea e a obra do seu director, Columbano.

O PRÓXIMO FASCÍCULO DA **LVSITANIA** DEVERÁ TER, COMO TODOS, EM MÉDIA, 128 PÁGINAS

SOMMAIRE DU NUMÉRO I

URIEL DA COSTA. *Nouvelles Notes sur sa vie et ses œuvres*, par Madame CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

RÉCEMMENT, M.^{me} Michaëlis donnait à Coimbra une étude brève mais substantielle sur le libre-penseur judéo-portugais Uriel da Costa (qui fut le précurseur de Spinoza non seulement en matière de critique biblique, mais aussi sur la question de l'*Amor Dei Intellectualis*), mettant à profit certains documents inédits tels que la première immatriculation d'Uriel comme étudiant en droit canon à l'Université de Coimbra, avec sa signature (*Uriel da Costa. Notas relativas á sua vida e suas obras*, Coimbra, 1922, 180 pag. par M.^{me} Carolina Michaëlis de Vasconcellos). En même temps, un érudit de Francfort sur le Mein s'occupait de son côté de cette intéressante figure, utilisant des documents et des notes recueillis au cours de longues recherches dans des *Miscellanea* d'Amsterdam, de Hambourg et de Venise, et dont une petite partie seulement était connue d'Alfredo Klaar, auteur de la belle vulgarisation de l'*Autobiographie* (1909).

M.^{me} Michaëlis expose aujourd'hui aux lecteurs de *Lusitania* ce qu'il y a de nouveau dans l'étude de Karl Gebhart, *Die Schritten des Uriel da Costa* (tome II de la *Bibliotheca Spinozana*, Amsterdam, 1922).

Pour ce qui est des idées, ce philosophe considère la destinée particulière d'Uriel comme la destinée-type du *Marrano* (ou *Nouveau Chrétien*), du juif converti et revenant à sa foi première, dont la conscience, déchirée par la conversion forcée, rentrait dans le judaïsme avec l'illusion de rentrer ainsi dans son état d'âme primitif. Un hésitant : *Catholique sans foi — Juif ignorant de l'hébreu et du Talmud, juif seulement par désir de retrouver son Dieu, le Jahve des Israélites*.

Chercher Dieu, telle est la mission du *Marrano* : elle devait être accomplie dans la philosophie de Spinoza.

Quant aux écrits d'Uriel, ils sont réunis pour la première fois, entourés d'une excellente documentation et de notes explicatives.

1. *L'Autobiographie (Exemplar Humanae vitae)*, le message le plus émouvant que l'Humanité ait jamais reçu. Uriel l'écrivit dans les derniers jours de sa vie avec un pistolet à portée de la main (1640). Première édition

en 1687 — Plusieurs réimpressions. Traductions en anglais, allemand et portugais.

2. Trois chapitres, les seuls qui nous soient parvenus, de l'*Examen des traditions pharisaïques, confrontées avec la Loi*, ouvrage condamné et détruit par la Communauté. Comme ils traitent de la *Mortalité de l'âme*, ils ont été insérés dans la réplique de Manuel da Silva sur l'*Immortalité* (1623). Ils ont été reproduits pour la première fois l'année dernière, par M.^{me} C. Michaëlis de Vasconcellos.

3. La première rédaction des parties relatives aux pratiques judaïques, sous la forme de onze *Propositions contre la tradition* superposée par les Pharisiens à la Loi de Moïse (1616). Ouvrage de début d'Uriel, que le sagace érudit allemand publie à part pour la première fois sous le nom de son auteur, l'extrayant des *Répliques* adressées par le Rabi Leon de Modène au Rebelle qu'il ne nommait pas.

En quelle langue fut rédigée d'abord l'*Autobiographie* ? Tous ceux qui s'en sont occupés jusqu'à ce jour considéraient le beau texte latin comme la rédaction originale. Karl Gebhart, suivant Siegmund Seligmann, qui a découvert récemment le manuscrit utilisé pour l'édition de 1687, y voit la traduction d'un texte portugais, perdu sans doute. Cette opinion se fonde sur une dizaine de corrections que porte le manuscrit, et que l'on interprète comme des variantes dues à l'effort du traducteur pour rendre fidèlement la pensée d'Uriel. L'argumentation ne paraît pas décisive à M.^{me} C. Michaëlis de Vasconcellos.

Dans une Note, Karl Gebhart établit que la lettre en prose à Antonio Enriques Gomes sur la triste fin de l'hétérodoxe, attribuée à Daniel Levi de Barrios, est bien une fantaisie littéraire de Menéndez y Pelayo, ainsi que l'avaient supposé les spécialistes.

À PROPOS DES LECTURES DE L'INFANT par LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coimbra.

L'HISTORIEN Oliveira Martins avait affirmé que l'Infant Henri le Navigateur avait lu les livres de Peurbach et de Regiomontanus (Jean Müller de Kœnigsberg) : M. Pereira da Silva montre qu'il n'a pas pu en avoir connaissance. Quant à ce qu'on appelle l'astrolabe nocturne de Raymond Lulle, ce n'est pas à proprement parler un astrolabe, mais un instrument permettant de déterminer l'heure, pendant la nuit, d'après la position de la Petite Ourse, et par un procédé analogue à celui qu'utilisèrent plus tard les navigateurs portugais du xv^e siècle.

SOMMAIRE

LE POÈME DU CID. Adaptation, en prose, de la geste castillane du XII^e siècle (*Cantar de Mio Cid*) p. 19.

AFFONSO Lopes Vieira, l'auteur de la reconstitution du *Roman d'Amadis*, récemment traduite en français, commence à publier son adaptation du poème espagnol. On sait à quel point la beauté réaliste du *Cantar* étudié si à fond par l'éminent philologue Menéndez Pidal, contraste avec la beauté idéaliste du Roman portugais.

LA PEINTURE PRIMITIVE PORTUGAISE: *Frey Carlos*, par le Dr. JOSE DE FIGUEIREDO, Directeur du Musée d'Art Ancien.

POUR la première fois, le Dr. José de Figueiredo étudie dans son ensemble et d'un point de vue portugais l'œuvre de ce peintre si apprécié de Justi et de Bertaux. M. de Figueiredo met en relief ses qualités exceptionnelles de paysagiste, et montre comment son coloris, très proche au début de celui de Quentin Metsys, a subi l'influence de la lumière si particulière de la province de l'Alemtejo, où se trouve le couvent dans lequel Frey Carlos a fait profession en 1517. Pour la première fois aussi, ce critique établit un essai de chronologie des œuvres de Frey Carlos, prenant pour point de départ le tryptique où l'on voit en prière les princes Jean et Louis, fils du roi Manoel.

C'est, d'après M. de Figueiredo, la plus ancienne œuvre connue de Frey Carlos (vers 1512). Il place immédiatement après la *Vierge à l'enfant* du Musée Municipal de Porto, qui serait encore antérieure à l'entrée du peintre en religion. Quant au *Bon Pasteur*, il serait postérieur à l'*Apparition du Christ à sa Mère*, qui est daté de 1529.

M. de Figueiredo fait remarquer que le peintre, après avoir manifesté au début des tendances plus conformes à l'esprit de la Renaissance, devient de plus en plus primitif: sans doute subit-il l'influence de la vie mystique du cloître, et peut-être aussi celle de la ville, toute proche, d'Evora, qui devait être alors un merveilleux musée de peinture gothique. Les draperies deviennent de moins en moins pleines, multiplient leurs plis, qui se font de plus en plus cassants. Quant à la matière, elle garde sa transparence, tout en devenant plus saturée, au contact des peintres portugais traditionalistes.

Des documents inédits du XVI^e siècle permettent au critique d'établir que Frey Carlos, quoique d'origine flamande, est né à Lisbonne, et qu'à la date de 1553, il reposait déjà au Couvent de l'Espinheiro.

A la liste des œuvres de Frey Carlos dressée en 1921 par le Prof. Luciano

LUSITANIA

Freire, M. de Figueiredo ajoute trois panneaux: deux *Saint Jérôme en prière*, qu'il a identifiés récemment, l'un au Musée régional de Porto, l'autre dans une collection particulière d'Evora. Le troisième est le *Mariage mystique de S.^{te} Catherine* de la collection Cook, qu'il a pu examiner à Londres en 1917.

M. de Figueiredo considère Frey Carlos comme ayant exercé une influence considérable sur les peintres portugais de son temps.

LE SECRET PORTUGAIS DES DÉCOUVERTES: Chroniques disparues, mutilées et altérées. Quelques uns des faits dissimulés, par JAIME CORTESÃO, Directeur de la Bibliothèque Nationale.

DÈS son plan initial de découvertes, qui visait le commerce oriental, le Portugal entoure ses itinéraires maritimes du plus profond secret et des défenses les plus efficaces: L'Inde une fois atteinte, le monopole du trafic avec l'Orient apparaissait comme entraînant de graves modifications dans l'équilibre économique et politique de l'Europe; c'est aussi qu'on entrevoyait la possibilité d'y parvenir par le Sud ou par l'Ouest.

C'était surtout la Castille qui, dès le début, avait disputé au Portugal la possession des terres nouvelles et des routes par mer.

Les chroniques pouvaient, dans les conflits internationaux, servir de titres authentiques de possession: il importait donc de les rédiger de telle sorte qu'elles pussent faire foi sans révéler pourtant les plans portugais. Elles devenaient ainsi de purs instruments politiques, ou bien une source d'information précieuse pour les pays rivaux.

Au Portugal, du vivant de l'Infant Henri le Navigateur, on voit au service d'Alphonse V, un certain Lourenço de Caceres, dont le nom indique l'origine castillane, et qui exerçait la fonction de «lecteur des chroniques et livres de Castille.»

Chroniques secrètes et chroniques détruites:

Lorsqu'au milieu du xvi^e siècle les grands chroniqueurs portugais Barros et Goes voulurent écrire l'histoire des Découvertes depuis leurs origines, ils se virent dans un très grand embarras, qu'ils ne dissimulent point. Un grand nombre des chroniques relatives à l'entreprise portugaise avaient disparu et les autres étaient presque muettes sur ce sujet. Si nous en croyons Damião de Goes, les chroniques suivantes avaient disparu au temps où il écrivait: de Fernão Lopes, la *Troisième partie de la Chronique* de Jean I^{er}, les *Chroniques* de D. Duarte et d'Alphonse V; d'Azurara, les *Chroniques* de D. Duarte, d'Alphonse V, et *De la découverte et conquête de la Guinée*. En outre, il semble avoir ignoré l'existence de la

SOMMAIRE

Chronique de Cerveira et de l'*Esmeraldo* de Duarte Pacheco. D'autre part Damião de Goes affirme — et Barros confirme en partie son témoignage, — que ces chroniques furent *dérobées* par Rui de Pina, qui les utilisa pour rédiger ses propres *Chroniques de D. Duarte et d'Alphonse V*.

Or celles-ci sont presque complètement muettes sur les Découvertes, et ni la *Chronique d'Alphonse V* ni celle de *Jean II*, dûe également à Pina, ne disent un mot des explorations atlantiques qui furent poussées à l'Ouest des Açores, de Madère et du Cap Vert. En outre, dans sa *Chronique de Guinée*, Azurara, à propos de certains faits relatifs aux découvertes, renvoie à plusieurs reprises le lecteur à sa *Chronique d'Alphonse V*; Pina, qui l'a utilisée, ne fait pas d'allusion à ces faits.

Puisqu'on sait que Jean II organisa de différentes façons la défense et le secret des découvertes, on est en droit de conclure que Rui Pina, son notaire royal, *déroba* par son ordre ces chroniques, afin d'en éliminer les renseignements relatifs aux découvertes qui ne devaient pas être connus.

Une des chroniques disparues, celle *de la découverte et de la Conquête de la Guinée*, a été retrouvée et publiée au milieu du siècle dernier, d'après le manuscrit du xv^e siècle conservé à la Bibliothèque Nationale de Paris. En lisant attentivement ce texte, on arrive à la conclusion que le manuscrit primitif a été mutilé, et qu'on y a supprimé certains passages relatifs à l'Archipel des Açores et à la géographie commerciale de l'Afrique du Nord Ouest, voire même des chapitres entiers sur la géographie de l'Orient et les mobiles véritables qui ont poussé l'Infant à sa grande entreprise. Outre cela, plusieurs autres lacunes ne peuvent s'expliquer que par le dessein de cacher certaines des expéditions maritimes.

Quelques uns des faits dissimulés :

Dans cette même chronique de Guinée, Azurara affirme que l'Infant Henri favorisa la venue au Portugal de Garamantes, d'Ethiopiens et d'indigènes de l'Inde Majeure et Mineure. Or, par des dépositions et autres documents contemporains on sait que l'Infant Henri eut un Hindou à son service, et que, l'année même où Azurara écrivait sa chronique, le Portugal reçut un ambassadeur du Prêtre Jean.

Si ces faits confirment les dires d'Azurara, ils prouvent aussi qu'il a caché une partie de la vérité et précisément celle qui avait le plus de portée. De même ce chroniqueur est étrangement muet sur les découvertes des Açores et la lutte pour la possession des Canaries. Et le récit qu'il fait de la découverte de Madère semble sujet à caution.

En outre, en 1492, Diogo de Teive, écuyer de l'Infant, faisait des explorations dans l'Atlantique à l'Ouest des Açores, et découvrait ainsi les îles Flores et

LV SITANIA

Corvo : Azurara n'en parle pas davantage ; peut-être était-ce le sujet d'un des passages mutilés de sa chronique.

Enfin, aux *Cortes* de 1481, le peuple demanda à Jean II, l'expulsion des étrangers — en particulier des génois et florentins — qui dévoilaient *les secrets du roi*, au sujet des découvertes.

Conclusions :

1.° La *Chronique* de Guinée, dont le manuscrit a été mutilé et tronqué, avait déjà été intentionnellement déformée sur certains points par Azurara. Ecrite d'après une autre chronique, celle de Cerveira, précisément à l'époque où la Castille disputait le plus âprement au Portugal les terres nouvellement découvertes, et un an avant que le Pape en octroyât le monopole aux Portugais, elle doit avoir la signification d'un instrument politique élaboré tout exprès pour en justifier la possession.

2.° Rui de Pina n'a fait que recommencer sur une plus grande échelle, sous les ordres de Jean II, le travail exécuté par Azurara sous les ordres de l'Infant et d'Alphonse V.

3.° Les matières les plus secrètes furent les projets et renseignements du Portugal sur l'Inde et les voyages vers l'Ouest.

4.° On ne peut accepter qu'avec de grandes réserves les textes de caractère officiel qui ont servi jusqu'ici de base à l'histoire des découvertes.

Seule, la publication, qui s'impose, des innombrables documents conservés dans les archives portugaises et étrangères permettra d'ébaucher une nouvelle histoire de l'épopée portugaise.

L'ICONOGRAPHIE DES TOMBEAUX D'ALCOBAÇA par le Dr. REYNALDO DOS SANTOS, président des Amis du Musée de Lisbonne.

VIEIRA Natividade avait vu dans la rosace du tombeau de D. Pedro (Alcobaca, 1360), qui est une des plus belles compositions de la sculpture médiévale péninsulaire, une représentation anecdotique du drame amoureux d'Inès de Castro. R. dos Santos note :

1.° Que les tombeaux trahissent, pour la partie sculpturale, l'influence de l'art français, et dans leur décoration (arcs en fer à cheval et arcs polylobés) celle de l'art arabe péninsulaire.

2.° Que si l'on interprète la rosace selon l'esprit de l'iconographie du temps (comme un symbole moral ou philosophique plutôt que comme un récit historique), elle fait penser à une *Roue de Fortune*, avec le roi en haut, la mort qui lui

SOMMAIRE

fait contraste en bas, et une figure de sphinge, dont la tête sort de la niche, et qui serait la *Dame Fortune* de Boèce.

3.^o Que la légende ATE AFIM DO MUNDO (jusqu'à la fin du monde) où Natividade avait vu un pathétique adieu d'amour, ne peut être lue ainsi, car les deux lettres A E sont nettement séparées. A est peut être l'alpha symbolique du commencement de toutes choses, et la légende opposerait, comme la rosace elle même, le commencement et la fin du monde.

BIBLIOGRAPHIE. Soulignons diverses études critiques dont l'intérêt dépasse les frontières du Portugal :

a) Reproduction des études consacrées par Celso Vieira (Brésil) et D. Segundo de Ispizua (Espagne) à l'*Histoire de la Colonisation portugaise au Brésil*, qui mettent en relief la valeur de cette publication et l'importance des récentes études portugaises sur l'histoire des Découvertes et des Navigations dans l'Atlantique.

b) Note d'Affonso Lopes Vieira sur *La Tour de Belem* (de Reynaldo dos Santos) : Ce livre révèle le nom de l'architecte de la tour, le portugais Francisco de Arruda, montre l'importance de la dynastie des Arrulas, et pour la première fois l'orientalisme du style manuélín est rattaché non seulement au Mudéjar péninsulaire, mais à l'art musulman du Maroc. La plupart des grands architectes portugais travaillèrent aux fortifications du Maghreb ; le maître de la Tour de Belem avait travaillé à Safi et Azamor, et connaissait certainement la *Coutobia* de Marrakech, dont le dôme côtelé a inspiré les coupoles de la Tour.

c) Le Dr. José de Figueiredo rectifie quelques affirmations et attributions contenues dans une plaquette intitulée *Sequeira em Roma* : il s'agit du plus remarquable des peintres portugais qui font la transition entre le 18^e et le 19^e siècle.

d) Etude critique de R. dos Santos sur la belle *Exposition de guerre* du peintre Sousa Lopes, dont l'œuvre est représentée aux Invalides de Paris et dont la frise «Relève» est une des plus fortes toiles que la guerre mondiale ait inspirée.

e) Étude d'A. Sergio sur la *Psychologie de l'intuition* du pédagogue Faria de Vasconcellos, etc. etc....

les sciences de l'homme et de la nature, dont la base est la morale, et qui se trouve dans la science de l'homme.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.

Les sciences de l'homme et de la nature sont donc les sciences de l'homme et de la nature, et les sciences de l'homme et de la nature sont les sciences de l'homme et de la nature.